



Rita Alexandra Morais Fachadas

Licenciatura em Engenharia do Ambiente

**Levantamento de um sistema de
indicadores para integração no Relatório de
Estado do Ordenamento do Território**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente, Perfil de Engenharia de Sistemas
Ambientais

Orientador: Professor Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira,
Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências e Tecnologia –
Universidade Nova de Lisboa

Coorientadora: Doutora Maria Rita Rodrigues Carmona
Nicolau, Doutora em Engenharia do Ambiente – Direção Geral
do Território

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Tomás Augusto Barros Ramos
Arguente(s): Prof. Doutor Tomás Augusto Barros Ramos
Vogal(ais): Prof. Doutor Nuno Miguel Ribeiro Videira Costa
Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Julho 2018

Rita Alexandra Morais Fachadas

Licenciatura em Engenharia do Ambiente

**Desafios para a Sustentabilidade do Território
Português. Levantamento de um sistema de
indicadores para integração no Relatório de Estado
do Ordenamento do Território**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente, Perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais

Orientador: Professor Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira, Professor Auxiliar,
Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa

Coorientadora: Doutora Maria Rita Rodrigues Carmona Nicolau,
Investigadora da Direção Geral do Território

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Tomás Augusto Barros Ramos
Arguente(s): Prof. Doutor Tomás Augusto Barros Ramos
Vogal(ais): Prof. Doutor Nuno Miguel Ribeiro Videira Costa
Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira

Copyright © Rita Alexandra Morais Fachadas, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Carlos Ferreira, por me ter dado a oportunidade de desenvolver este trabalho na Direção Geral do Território. Agradecer a orientação ao longo destes meses e durante todo o percurso académico.

À Engenheira Cristina Garrett por todo o apoio prestado durante o estágio na Direção Geral do Território. À Engenheira Margarida Castelo-Branco pela sua disponibilidade e apoio durante estes meses na DGT. Ao Jêrome Crozy pela disponibilidade prestada.

À Engenheira Rita Nicolau pela dedicação, orientação, apoio e conhecimentos transmitidos durante a presente dissertação. Muito obrigado por toda a paciência que tiveste comigo durante estes meses.

A todos os elementos da Direção de Serviços de Ordenamento do Território por me incluírem como um elemento da vossa equipa, pelos almoços na COPA e pelas horas partilhadas ao longo de cinco meses

Agradecer à DGT pela oportunidade de realização de um estágio, bem como o fornecimento de diversos materiais para a realização deste trabalho.

Um agradecimento à FCT NOVA por ter sido a minha segunda casa, a todos os professores pelos ensinamentos diários, de nível técnico e humano, e a todos os colegas que me acompanharam ao longo destes anos.

Um agradecimento aos meus amigos que sempre me acompanharam ao longo da vida e aos amigos que a faculdade me deu e que partilharam comigo este caminho.

Um agradecimento muito especial ao meu pai, à avó Amélia, à avó Angélica, ao avô Fachadas, ao avô Morais, à minha prima, à Benedita, à minha irmã e à minha tia, por serem o meu porto de abrigo, por todo o apoio ao longo da vida. Sem vocês, eu não conseguia concretizar este sonho. Obrigado por tudo.

Um agradecimento muito especial à minha mãe por seres uma fonte de inspiração e um exemplo de mulher para mim. Sem ti esta conquista não era possível. Obrigado por nunca me deixares desistir.

Ao Zé Manel pela história que construímos juntos e pelo futuro que nos espera.

RESUMO

A alteração do programa de ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) iniciada em Portugal em 2016 levou à decisão de elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) que disponibilizasse um retrato mais atual do território. A escassez de informação sobre os relatórios produzidos aos níveis regional e municipal fundamentaram a realização da presente dissertação, desenvolvida na Direção-Geral do Território (DGT). Na União Europeia alguns estados-membros elaboram com regularidade relatórios de avaliação aos instrumentos de gestão territorial.

O principal objetivo da dissertação consistiu numa pesquisa de sistemas de indicadores de avaliação da sustentabilidade territorial à escala local, regional e nacional, e também a nível internacional, e na elaboração de um contributo para uma proposta de indicadores para integração no REOT, a produzir em 2018 pela DGT.

A realização de uma revisão da literatura inicial permitiu a recolha de informação sobre exercícios de monitorização do ordenamento do território aos diferentes níveis de atuação. O levantamento dos relatórios produzidos, bem como dos indicadores utilizados, pelas entidades de âmbito regional e municipal, responsáveis pela monitorização do ordenamento do território, foi viabilizado pela realização de entrevistas e a aplicação de um questionário online.

Para além de uma proposta de 172 indicadores, classificados segundo 12 temas, os resultados apresentados incluem o levantamento dos exercícios de avaliação do ordenamento do território identificados pelas entidades entrevistadas/questionadas. A maioria dos exercícios de avaliação do ordenamento do território desenvolvidos pelas entidades regionais está associada à revisão de planos/programas regionais de ordenamento do território. A grande maioria dos municípios nunca elaborou um REOT, contudo alguns desses municípios já efetuaram pelo menos um exercício de avaliação ao estado do ordenamento do território da qual resultou um documento ou um relatório.

Palavras-chave: Avaliação e monitorização do ordenamento do território; Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território; Indicadores; Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

ABSTRACT

The amendment of the National Spatial Development Policy Program action plan initiated in Portugal in 2016 led to the decision to elaboration of a Report on the State of Spatial Planning (REOT) that would provide an updated portrait of the territory. Portuguese legal framework establishes that such reports maybe developed for different spatial planning levels: national, regional and municipal. The last REOT produced for the national level dates to 1999. The lack of knowledge about reports produced for the regional and municipal levels, as well as about similar reports produced in other countries led to the development of the present dissertation at the Directorate-General for Territory (DGT).

The main goal of this dissertation was to prepare a proposal of indicators to integrate the REOT that DGT intends to develop in 2018.

The initial literature review allowed the collection of information about the evaluation and monitoring of spatial planning plans/programs carried out not only by national public institutions but also by other European countries. The identification of the produced reports and indicators adopted by Portuguese entities responsible for the evaluation and monitoring of regional and municipal plans and programs, was supported by interviews and by an online questionnaire.

Besides a proposal of 172 indicators, classified according to 12 themes, presented results include the identification of the evaluation and monitoring exercises developed by Portuguese regional and municipal entities and corresponding deliverables. Most evaluation and monitoring exercises developed by regional entities are associated with the review of regional spatial planning plans/programs. The vast majority of municipalities have never draw up a formal REOT, however many of these have already carried out at least one evaluation exercise on the state of spatial planning, from which a document or a report has been produced.

Key-words: Evaluation and monitoring of spatial planning; Report on the State of Spatial Planning; Indicators; National Spatial Development Policy Program.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

1.	Introdução	1
1.1.	Introdução, organização da tese e objetivo	1
2.	Metodologia	5
2.1.	Análise do enquadramento legislativo	6
2.2.	Pesquisa e recolha de informação	6
2.3.	Entrevista / questionário às entidades responsáveis pelo ordenamento do território	6
2.4.	Proposta de indicadores a integrar o REOT 2018	8
3.	Avaliação do Estado do Ordenamento do Território	11
3.1.	Indicadores	11
3.1.1.	Conceito	11
3.1.2.	Métodos de análise	12
3.1.3.	Construção e seleção de indicadores	17
3.1.4.	Sistemas de Indicadores	18
3.2.	Relatórios de Estado do Ordenamento do Território. Uma perspetiva internacional. 25	
3.2.1.	França	25
3.2.2.	Reino Unido	26
3.2.3.	Espanha	28
3.3.	Política de Ordenamento do Território Nacional	30
3.3.1.	Conceito de ordenamento do território e o seu enquadramento legal atual	30
3.3.2.	Breve cronologia da legislação sobre ordenamento do território em Portugal	31
3.3.3.	Sistema de Gestão Territorial	34
3.4.	Relatórios de Estado do Ordenamento do Território à escala nacional, regional e local 36	
3.4.1.	Âmbito nacional	38
3.4.2.	Âmbito regional	38
3.4.3.	Âmbito municipal	39
4.	Proposta de um Sistema de Indicadores para o REOT 2018	41
4.1.	Levantamento de relatórios que visam a caracterização do estado do ordenamento do território	41
4.1.1.	Entrevista às entidades de âmbito regional	41
4.1.2.	Questionário às entidades de âmbito municipal	42
4.2.	Levantamento de indicadores para monitorização do estado do território e da governação territorial	46
5.	Discussão dos resultados obtidos	63
6.	Conclusão	67
7.	Referências bibliográficas	69
7.1.	Referências bibliográficas	69
7.2.	Diplomas legais	72
7.3.	Páginas eletrónicas	73
8.	Anexos	75

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Esquematização do processo metodológico utilizado	5
Figura 3.1 - Estrutura conceptual do modelo Pressão-Estado-Resposta proposto pela OCDE	13
Figura 3.2 - Estrutura conceptual do modelo Pressão-Estado-Resposta-Efeito proposto pela USEP	13
Figura 3.3 - Modelo conceptual Forças Conductoras – Pressões – Estado – Impacte – Resposta	14
Figura 3.4 - Sistema de Gestão Territorial	35
Figura 4.1 - Taxa de participação dos municípios no questionário, por NUTS I	42
Figura 4.2 - Distribuição espacial dos municípios que responderam ao questionário	43
Figura 4.3 - Motivos apontados para a execução do REOT	44
Figura 4.4 - Exercícios de avaliação do ordenamento do território desenvolvidos pelos municípios ..	45
Figura 4.5 - Municípios segundo os exercícios de avaliação do ordenamento do território realizados	45
Figura 4.6 – Percentagem de indicadores por tema	47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 - Metadados dos indicadores	9
Tabela 3.1 - Critérios de seleção de indicadores (adaptado Mascarenhas, 2010) (continua)	16
Tabela 3.2 - Taxa de variação do indicador	21
Tabela 3.3 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (continua)	21
Tabela 3.4 – Revisão do SIDS Portugal (continua).....	22
Tabela 4.1 - Resultados das entrevistas às entidades de âmbito regional	41
Tabela 4.2 - Taxa de participação dos municípios por NUTS II.....	43
Tabela 4.3 - Indicadores associados ao tema População (continua).....	47
Tabela 4.4 - Indicadores associados ao tema Habitação	49
Tabela 4.5 - Indicadores associados ao tema Mobilidade / Acessibilidade	50
Tabela 4.6 - Indicadores associados ao tema Sistema urbano	51
Tabela 4.7 - Indicadores associados ao tema Educação (continua).....	51
Tabela 4.8 - Indicadores associados ao tema Saúde	52
Tabela 4.9 - Indicadores associados ao tema Economia.....	53
Tabela 4.10 - Indicadores associados ao tema Ocupação do território (continua)	53
Tabela 4.11 - Indicadores associados ao tema Regime do uso do solo (continua).....	55
Tabela 4.12 - Indicadores associados ao tema Instrumentos de gestão territorial (continua)	56
Tabela 4.13 - Indicadores associados ao tema Equipamentos e infraestruturas (continua).....	58
Tabela 4.14 - Indicadores associados ao tema Riscos (continua).....	60
Tabela 5.1 - Síntese dos resultados obtidos pelo questionário.....	64
Tabela 5.2 – Percentagem de indicadores por tema	65

LISTA DE ABREVIATURAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ACP	Análise de Componentes Principais
AEA	Agência Europeia do Ambiente
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional
CGET	Commissariat Général à l'Égalité des Territoires
DGA	Direção Geral do Ambiente
DGO	Direção-Geral do Ordenamento
DGOT	Direção-Geral do Ordenamento do Território
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPU	Direção-Geral do Planeamento Urbanístico
DGSU	Direção-Geral dos Serviços de Urbanização
DGT	Direção-Geral do Território
EDEC	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
EDS	Estratégia de Desenvolvimento Sustentável
EMDS	Estratégia Metropolitana de Desenvolvimento Sustentável
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IGP	Instituto Geográfico Português
INE	Instituto Nacional de Estatística
LBPOTU	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
LBPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e Urbanismo
MA	Ministério do Ambiente
MMC	Método Monte Carlo
MPAT	Ministério do Planeamento e Administração do Território
NPPF	National Planning Policy Framework
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização Cooperação de Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEBT	Opções Estratégicas de Base Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PLU	Plan Locaux d'Urbanisme
PLUI	Plan Locaux d'Urbanisme Intercommunaux
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

PRV	Pacte de Relance pour la Ville
REA	Relatório de Estado do Ambiente
REAOT	Relatório de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território
REOT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
REOT-A	Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SCoT	Schéma de Cohérence Territoriale
SDTAN	Schéma Directeur Territoriale d'Aménagement Numérique
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SNIT	Sistema Nacional de Informação Territorial
SRADET	Schéma Regional d'Aménagement de Développement Durable et d'Égalité des Territories
SRRA	Secretaria Regional das Regiões Autónoma
UE	União Europeia
UNL	Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

1.1. Introdução, organização da tese e objetivo

A presente dissertação foi desenvolvida para a conclusão do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. A dissertação de mestrado beneficiou de um estágio de cinco meses realizado na Direção Geral do Território (DGT) no âmbito da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

De 2016 a 2018 a DGT procedeu à alteração do programa de ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). A par desta alteração, a DGT promoveu a produção do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) que permite caracterizar a situação de referência do ordenamento do território no momento da divulgação do novo programa de ação do PNPOT. O REOT constitui um exercício de avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial. A monitorização é desenvolvida com o recurso a indicadores especificamente selecionados para descrever e avaliar diferentes vertentes do ordenamento do território. A legislação vigente determina que o relatório seja elaborado quer a nível nacional, quer aos níveis regional e municipal.

O último REOT de âmbito nacional foi produzido em 1999, encontrando-se por isso muito desatualizado. Embora se soubesse da existência de diversos REOT para outros níveis de atuação da política de ordenamento do território nacional, no início deste trabalho não se tinha conhecimento do seu número, do seu conteúdo e da frequência de produção. Por outro lado, não se dispunha de informação sobre a experiência de produção de REOT a nível internacional.

A nível europeu cada estado-membro possui um conjunto de instrumentos de gestão territorial para diferentes escalas de atuação. Diversos países na matéria do ordenamento do território atuam a uma escala inferior à escala nacional e elaboram relatórios de monitorização dos instrumentos de gestão territorial, idênticos a um REOT, com a utilização de indicadores para efetuar uma avaliação ao estado do território.

Os sistemas de indicadores são uma ferramenta essencial na monitorização de instrumentos de avaliação do território, com o objetivo de perceber as alterações ao longo dos anos no território. Em Portugal foi desenvolvido o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável de âmbito nacional, contudo também são apresentados outros sistemas de indicadores para a escala regional e municipal, como por exemplo o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável do Algarve (escala regional) e o sistema de indicadores de desenvolvimento territorial da Amadora (escala municipal).

A dissertação teve como propósito elaborar uma proposta de indicadores para integração no REOT de âmbito nacional, que a DGT pretende publicar em 2018. Este objetivo originou a necessidade de conhecer o trabalho já desenvolvido pelas instituições públicas nacionais responsáveis pela avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial, bem como de conhecer exercícios de avaliação e monitorização similares produzidos noutros países europeus. Para tal foi fundamental proceder ao levantamento de documentos de avaliação de ordenamento do território nacionais e internacionais, com vista à realização de uma comparação dos indicadores utilizados.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa e recolha de informação sobre vários assuntos abrangidos pelo ordenamento do território nacional, como o sistema de gestão territorial, avaliação e monitorização de instrumentos de gestão territorial e justificação da necessidade de REOT. Em seguida desenvolveu-se uma revisão bibliográfica sobre a avaliação das políticas de ordenamento do território, a nível nacional e internacional, visando a identificação dos relatórios já elaborados. Posteriormente produziram-se dois questionários (um para o âmbito regional e o outro para o âmbito municipal) com o objetivo de requerer informação sobre os relatórios desenvolvidos e os indicadores produzidos por entidades nacionais (de âmbito regional e municipal) responsáveis pela monitorização de políticas/programas de ordenamento do território. Por último procedeu-se ao desenvolvimento da proposta de indicadores, para a integração no REOT que a DGT pretende produzir em 2018. A proposta contempla um conjunto de indicadores que descrevem o estado do território e as diversas dinâmicas territoriais.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos.

O **capítulo 1** faz uma breve explicação sobre o tema a ser abordado ao longo da dissertação, explicita os objetivos da dissertação e apresenta as várias etapas metodológicas prosseguidas no desenvolvimento da dissertação.

O **capítulo 2** inicia-se com uma revisão da literatura sobre o conceito de indicadores, os sistemas de indicadores, a política de ordenamento do território e os REOT identificados para três países europeus. Em seguida procede-se a uma breve explanação da política nacional de ordenamento do território, bem como da sua cronologia. Após a contextualização e justificação da obrigatoriedade de elaboração de Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território em Portugal, exemplificam-se alguns REOT nacionais desenvolvidos para diferentes âmbitos (nacional, regional e municipal).

No **capítulo 3** são apresentados os resultados dos questionários aplicados às entidades responsáveis pela elaboração do REOT regional e municipal e apresenta-se a proposta de sistema de indicadores desenvolvida para integrar o REOT 2018.

No **capítulo 4** realiza-se uma análise crítica dos resultados obtidos nas várias etapas da dissertação e identificam-se algumas limitações impostas ao desenvolvimento da proposta de indicadores apresentados.

O **capítulo 5** faz uma breve conclusão sobre o trabalho desenvolvido e menciona recomendações para estudos e trabalhos futuros.

No contexto nacional, a legislação vigente determina que as entidades responsáveis pela implementação de políticas/programas de ordenamento do território de diferentes âmbitos territoriais

(nacional, regional e municipal) devem proceder à elaboração regular de Relatórios do Estado do Ordenamento do Território (REOT), por forma a monitorizar a prossecução das políticas/programas da sua responsabilidade. O REOT constitui o resultado de um exercício de avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial, que se socorre de um conjunto de indicadores para a avaliação da realização das políticas/programas em curso e descrição das dinâmicas territoriais verificadas num determinado período temporal.

A presente dissertação teve como principal objetivo a elaboração de uma proposta de indicadores a integrar o REOT de âmbito nacional que será elaborado pela Direção Geral do Território (DGT) em 2018. Para a prossecução deste objetivo considerou-se necessário conhecer o trabalho já desenvolvido pelas diversas instituições públicas, responsáveis pela avaliação e monitorização de planos/programas no âmbito do ordenamento do território. Deste modo, constituíram igualmente objetivos do presente trabalho o levantamento de documentos de avaliação do ordenamento do território nacionais e internacionais, designadamente dos REOT mais recentemente desenvolvidos aos diversos níveis de atuação nacional, bem como a comparação de indicadores neles incluídos.

Dado que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e que consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial, e uma vez que a DGT é o organismo público ao qual incumbe prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo nacionais, é igualmente da sua responsabilidade o seu acompanhamento, avaliação e revisão. Pretende-se deste modo que a proposta de indicadores desenvolvida para o REOT 2018 constitua um ponto de partida para uma prática regular da avaliação e monitorização do PNPOT.

2. Metodologia

A componente prática da dissertação desenvolveu-se com base na metodologia seguidamente apresentada e esquematicamente ilustrada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Numa **primeira fase** procedeu-se à análise do enquadramento legislativo que institui a obrigatoriedade da execução de REOT em Portugal. A **segunda fase** incidiu na consulta de bibliografia sobre exercícios de avaliação das políticas de ordenamento do território, a nível nacional e internacional. Numa **terceira fase** procedeu-se à conceção e desenvolvimento de instrumentos, que viabilizassem a recolha de informação sobre os relatórios desenvolvidos e os indicadores produzidos por entidades nacionais (de âmbito regional e municipal) responsáveis pela monitorização de políticas/programas de ordenamento do território. Para o nível regional delineou-se um inquérito por entrevista. Para o nível municipal desenvolveu-se um inquérito por questionário que viria a ser disponibilizado online. A **quarta e última fase** foi direccionada para o desenvolvimento de uma proposta de indicadores, para a integração no REOT que a DGT pretende produzir em 2018. A proposta contempla um conjunto de indicadores que descrevem o estado do território e as diversas dinâmicas territoriais verificadas até 2018.

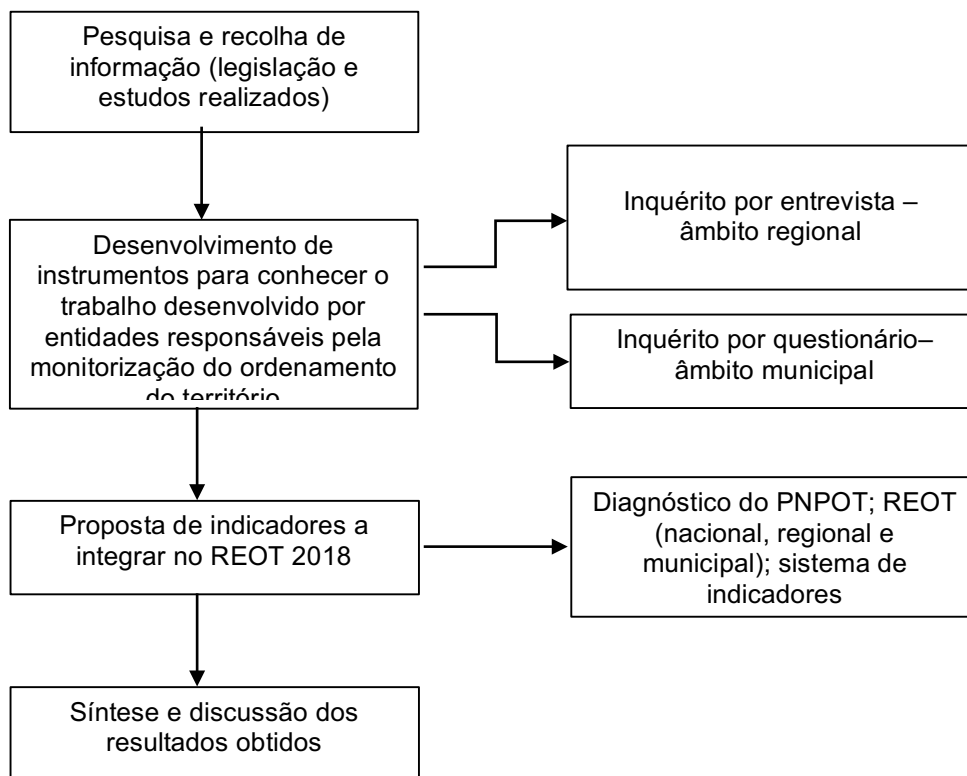


Figura 2.1 - Esquematização do processo metodológico utilizado

O estágio realizado na DGT que conduziu à realização da presente dissertação decorreu entre 6 de novembro e 30 abril de 2018.

2.1. Análise do enquadramento legislativo

Na primeira fase, durante o mês de novembro, realizou-se uma pesquisa e recolha de informação sobre vários assuntos abrangidos pelo ordenamento do território nacional, como o sistema de gestão territorial, avaliação e monitorização de instrumentos de gestão territorial e elaboração do REOT. Para tal analisou-se a legislação que vigorou até 2014, a Lei n.º 48/98 de 11 de agosto, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, e o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e a legislação atualmente em vigor, a Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo, e o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Estes foram os quatro documentos com maior relevância para o enquadramento legislativo da presente dissertação.

2.2. Pesquisa e recolha de informação

A segunda fase decorreu entre o mês de novembro e dezembro de 2017, período em que se realizou uma revisão da literatura sobre a avaliação da política de ordenamento do território, que visou a identificação de relatórios de avaliação do ordenamento do território internacionais e nacionais. Foram pesquisados estudos de avaliação de políticas de ordenamento do território e relatórios de avaliação de planos/programas territoriais elaborados pelas entidades responsáveis pela monitorização do ordenamento do território às escalas nacional, regional e municipal. Por último houve uma seleção e tratamento cuidado da informação, servindo esta de base para o desenvolvimento da dissertação.

2.3. Entrevista / questionário às entidades responsáveis pelo ordenamento do território

Em Portugal, o Ministério do Ambiente (MA) é o órgão máximo responsável pela política de ordenamento do território, contudo para uma gestão eficaz do território são delegadas funções a instituições posicionadas aos diferentes níveis de atuação daquela política. Deste modo, ao nível da administração central, as responsabilidades de prossecução, acompanhamento e avaliação da política pública de ordenamento do território nacionais são da competência da DGT. À escala de atuação regional, tais responsabilidades recaem sobre as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) e as Secretarias Regionais das Regiões Autónomas (SRRA), na Região Autónoma dos Açores é a Secretaria Regional do Ambiente, Energia e Turismo, e na Região Autónoma da Madeira é a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que tutelam o ordenamento do território, e à escala de atuação local ou municipal são as Câmaras Municipais que promovem a prossecução, acompanhamento e avaliação das políticas de ordenamento que vigoram nos territórios por si tutelados.

Sendo objetivo conhecer o trabalho desenvolvido por cada entidade no contexto da avaliação das políticas de ordenamento do território que são da sua responsabilidade, adotou-se um procedimento de recolha de informação adaptado a cada âmbito de atuação territorial.

A nível nacional procedeu-se à recolha de informação junto da DGT. Os principais documentos recolhidos foram os relatórios de estado do ordenamento do território já elaborados, REOT 1995 e REOT 1999, uma versão preliminar do diagnóstico destinado à revisão do programa de ação do PNPT e diversos conjuntos de indicadores que a DGT se propôs utilizar em contextos diversos. Para a recolha de informação sobre o nível regional elaborou-se um inquérito por entrevista composto por cinco questões (vide anexo I). As entrevistas (telefónicas ou presenciais) realizaram-se nas instalações da DGT, tendo decorrido entre os dias 4 e 15 do mês de dezembro de 2017, com marcação prévia e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

A estratégia adotada para a recolha de informação a nível municipal consistiu na elaboração de um inquérito por questionário (vide anexo II) com um conjunto de questões sobre a produção de REOT e /ou de exercícios alternativos de avaliação do ordenamento do território. O questionário foi introduzido no *Google Docs*, uma plataforma online que facultou o acesso de todos os municípios portugueses ao documento através da partilha de um endereço eletrónico (www.dgterritorio.gov.pt/inqueritoreot/). O questionário permitiu adicionalmente que os municípios disponibilizassem os documentos elaborados sobre os exercícios de avaliação do ordenamento do território. Esta funcionalidade de disponibilização de documentos foi desenvolvida através da plataforma online *JotForm: Online Form Builder & Form Creator*.

A DGT enviou um ofício para todos os municípios portugueses explicitando o propósito do questionário e facultando o endereço eletrónico que permitia o acesso ao mesmo. A submissão das respostas, por parte das instituições camarárias, decorreu entre os dias de 4 de dezembro de 2017 e 25 de janeiro de 2018. As respostas disponibilizadas pelos municípios foram registadas com recurso ao *software Microsoft Excel* até ao dia 25 de janeiro de 2018, data em que se realizou o apuramento dos resultados. Foi também com base naquele *software* que se procedeu ao processamento dos resultados. O tratamento da informação obtida através das entrevistas às sete unidades regionais e através do questionário aos municípios possibilitou sistematizar resultados relativos à produção de REOT de âmbito regional/municipal e à existência de sistemas de indicadores empregues na monitorização do ordenamento do território.

A resposta ao inquérito por entrevista e por questionário deve ser feita pelo técnico responsável da secção de ordenamento do território da CCDR/SRRA (escala regional) e Câmara Municipal (escala municipal).

2.4. Proposta de indicadores a integrar o REOT 2018

A construção de sistema de indicadores reúne um conjunto de etapas. Na primeira etapa realiza-se uma prospeção sobre indicadores e sistemas de indicadores. A segunda etapa centra-se na pesquisa de exemplos de sistemas de indicadores desenvolvidos de âmbito internacional e nacional. A última etapa destina-se à implementação do sistema de indicadores para a monitorização das questões do PNPTOT a integrar no REOT 2018. Esta fase caracteriza-se por uma seleção de indicadores de vários relatórios já produzidos, como por exemplo, relatórios internacionais; REOT nacional, regional e municipal; sistemas de indicadores.

A seleção de indicadores deve ser feita em conjunto com uma equipa multi-interdisciplinar, para transmitirem os indicadores mais adequados a cada setor em análise no REOT 2018, e uma equipa interna da DGT responsável pelo REOT, com a realização de *workshops* e seminários. O processo de seleção de indicadores deve ser acompanhado por critérios de seleção. O objetivo deste processo é obter um conjunto de indicadores ajustados à realidade portuguesa.

O período de tempo estabelecido para a conclusão da dissertação não permitiu seguir com rigor a metodologia anteriormente descrita, por isso a autora e a equipa interna da DGT recorreram a outra metodologia para estabelecer um conjunto de indicadores a integrar no REOT 2018.

A recolha de informação e elaboração da proposta de indicadores decorreu entre o fim do mês de dezembro de 2017 e o fim do mês de janeiro de 2018. Em fevereiro de 2018 realizou-se a apresentação do trabalho produzido a uma equipa constituída por elementos da DGT que participarão na elaboração do REOT 2018.

Para o desenvolvimento da proposta de indicadores a integrar o REOT 2018, a DGT estabeleceu os seguintes requisitos:

- i. A proposta deveria incluir pelo menos um indicador para cada figura (mapa temático) que integrasse o diagnóstico do PNPTOT;
- ii. Os indicadores propostos deveriam respeitar as temáticas constantes da proposta de índice, previamente elaborado para o REOT 2018;
- iii. Os indicadores propostos deveriam na sua maioria ser desagregados ao nível do município;
- iv. Os indicadores propostos deveriam no mínimo estar disponíveis para todos os concelhos do Continente (cobertura geográfica de Portugal Continental);
- v. Os indicadores propostos deveriam ser passíveis de mensuração em diferentes instantes temporais.

Em primeiro lugar procedeu-se à identificação de indicadores representativos de cada figura constante do diagnóstico do PNPO. Em segundo lugar procedeu-se à análise comparativa dos indicadores adotados pelos municípios que responderam ao questionário com vista à identificação de indicadores comuns à maioria dos municípios. Em terceiro lugar fez-se um levantamento dos indicadores de interesse para o REOT 2018 utilizados noutros contextos de avaliação (REOT 1995; REOT 1999; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Estarreja e Amadora; Relatório do Estado do Ambiente; Indicadores produzidos pela DGT; Indicadores produzidos pelo INE e avaliações de âmbito regional.). Em quarto lugar procedeu-se à seleção de indicadores com o auxílio dos seguintes critérios de seleção: existência de dados de base, facilidade de interpretação, desagregação ao nível do município, possibilidade de atualização, comparabilidade no tempo e no espaço, robustez e fiabilidade científica. Seguidamente com uma equipa interna da DGT, constituída pela Engenheira Cristina Garrett, a Engenheira Rita Nicolau e a Engenheira Margarida Castelo-Branco, procedeu-se a uma análise criteriosa aos 211 indicadores escolhidos, reduzindo este número para 172 indicadores. Terminada a seleção de um conjunto de indicadores considerado consistente, procedeu-se à caracterização dos mesmos por recursos aos metadados identificados na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Tabela 2.1 - Metadados dos indicadores

Metadado	Significado
Tema REOT	Tema / secção do REOT em que o indicador se enquadra
Designação	Nome abreviado a utilizar na citação do indicador
Descrição	Descrição narrativa do indicador
Unidades	Unidades em que é expresso o indicador
Domínio de variação	Intervalo de variação ou listagem de valores que o indicador pode assumir
Fórmula de cálculo	Expressão matemática ou lógica adotada no cálculo do indicador
Fonte(s)	Identificação da informação de suporte (conjunto de dados geográficos) a partir da qual o indicador é construído
Produtor(es) da informação de base	Identificação da(s) entidade(s) produtora(s) da informação de suporte a partir da qual o indicador é construído
Detentor (URL)	Identificação da entidade que detém o indicador e que faculta acesso ao mesmo (endereço da internet que dá acesso ao indicador)
Período de referência	Período de tempo a que se reporta informação descrita pelo indicador
Frequência de produção e/ou atualização	Frequência com que são realizadas alterações à informação base contemplada pelo indicador
Desagregação geográfica	Área geográfica ou nível geográfico de maior detalhe para a qual se pode consultar o indicador
Estado de desenvolvimento / Área coberta	Estado do indicador face aos objetivos propostos/ Área geográfica coberta pelo indicador

Metadado	Significado
Origem do indicador	Informação sobre o documento onde foi extraído o indicador

3. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território

3.1. Indicadores

3.1.1. Conceito

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Agência Europeia do Ambiente (AEA) apresentam o conceito de indicador como uma ferramenta de planeamento, avaliação/monitorização, que deve ser interpretado de maneira científica e política, com a finalidade de comunicar fenómenos complexos de forma simples (Lopes, 2011).

A Direção Geral do Ambiente (DGA) define indicador como um conjunto de *“parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, sendo de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas em análise (normalmente são utilizados como pré-tratamento, isto é, são efectuados tratamentos aos dados originais, tais como médias aritméticas simples, percentis, medianas, entre outros)* (Direção Geral do Ambiente, 2000).

O indicador é uma ferramenta essencial na monitorização/avaliação de fenómenos, na comunicação de resultados e na partilha de informação à comunidade científica, aos decisores políticos e ao público em geral. Vários autores não apoiam a utilização de indicadores devido à perda de informação. Assim é importante ter um processo rigoroso de construção e seleção de indicadores (Lopes, 2011).

De acordo com objetivo final que se pretende estudar e avaliar existem diferentes categorias de indicadores. Para a análise da sustentabilidade do território são necessários indicadores ambientais, eco-indicadores, indicadores de sustentabilidade e indicadores de planeamento urbano (Santos, 2016).

Os indicadores ambientais avaliam as variáveis ambientais, ou seja, fazem um acompanhamento do progresso ambiental. Intensidade de emissões de CO₂, intensidade de emissão de SO_x e NO_x e taxas do tratamento de águas residuais são alguns exemplos de indicadores ambientais para avaliação da sustentabilidade (Santos, 2016).

Os eco-indicadores reportam a ecoeficiência, contém uma variável ambiental e uma económica, normalmente efetuam a avaliação do desenvolvimento sustentável na indústria e avaliam o desempenho ambiental de uma empresa em relação ao seu desempenho financeiro (Santos, 2016; UNCTAD, 2004).

Segundo as Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável estabelece o equilíbrio entre as necessidades da geração atual e as necessidades da geração futura (Tran, 2016). O conceito surge no contexto das preocupações ambientais. Em 1995, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, em Copenhaga, este conceito esteve em destaque no desenvolvimento social global e eficaz. Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, ficou definida a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Em 2015 foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento sustentável, como meta a atingir, requer a utilização de indicadores para identificar as políticas mais apropriadas e monitorizar a eficácia da ação política (Coelho *et al.*, 2010).

Os indicadores de sustentabilidade são dados quantitativos ou qualitativos que refletem as principais tendências do ambiente, sistemas sociais, economia, bem-estar humano e qualidade de vida. São uma ferramenta útil e eficaz para medir o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável, e assim tornar o conceito de desenvolvimento sustentável operacional (Tran, 2016; Mascarenhas *et al.*, 2010).

Os indicadores de planeamento urbano mostram a extensão da sustentabilidade em todo o processo de planeamento, considerando as componentes de abordagem, o processo e os resultados de planeamento (Rosales, 2011). Os indicadores de planeamento urbano permitem efetuar uma análise conforme o planeamento tem contribuído para a sustentabilidade (Santos, 2016).

3.1.2. Métodos de análise

A avaliação de fenómenos ambientais é feita com o auxílio a modelos propostos para análise e construção de indicadores (Direção Geral do Ambiente, 2000). A OCDE definiu o modelo conceptual Pressão-Estado-Resposta. A Figura 3.1 ilustra este modelo.

- Indicadores de pressão: caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e impacte ambiental.
- Indicadores de estado: refletem o estado do ambiente resultante das pressões exercidas num dado espaço/tempo (indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambiental).
- Indicadores de resposta: avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou implementação de medidas ambientais (indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes).

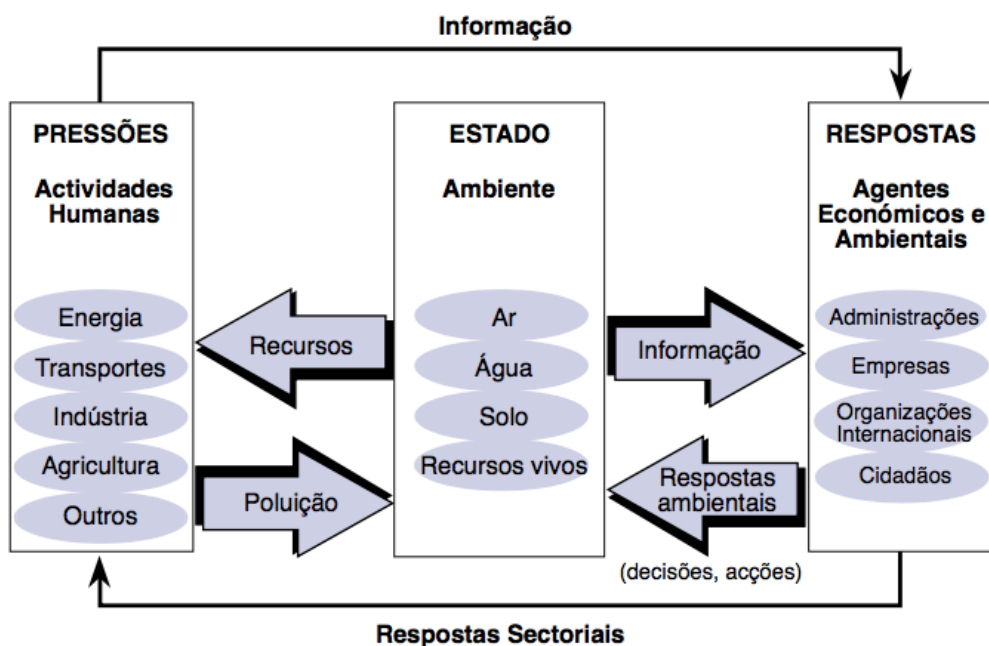


Figura 3.1 - Estrutura conceptual do modelo Pressão-Estado-Resposta proposto pela OCDE (SIDS Portugal, 2000).

A Agência de Proteção do Ambiente Norte Americana apresentou o modelo Pressão-Estado-Resposta-Efeito, uma modificação ao modelo Pressão-Estado-Resposta. A inclusão da categoria “Efeito” permite avaliar as relações existentes entre variáveis de pressão, estado e resposta. Este modelo é mais completo e permite definir critérios de decisão no estabelecimento de objetivos e metas de política ambiental (Direção Geral do Ambiente, 2000). A Figura 3.2 ilustra o modelo Pressão-Estado-Resposta-Efeito

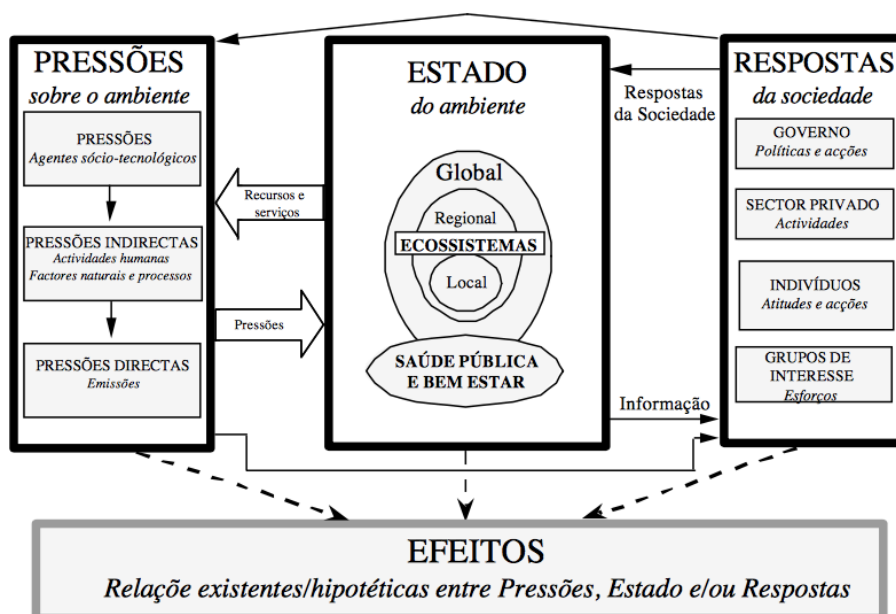


Figura 3.2 - Estrutura conceptual do modelo Pressão-Estado-Resposta-Efeito proposto pela USEPA (SIDS Portugal, 2000)

A Agência Europeia do Ambiente propôs um modelo conceptual para avaliar os problemas ambientais, o modelo DPSIR. Segundo este modelo as Forças Conductoras (*Driving Forces*), (e.g atividades humanas), produzem Pressões (*Pressures*) no ambiente, (e.g emissões de poluentes), que degradam o Estado do Ambiente (*State of environment*), por sua vez originam Impactes (*Impacts on the environment*) na saúde humana e ecossistemas, face a estes impactes a sociedade define Respostas (*Responses*), como medidas políticas (normas legais, taxas e produção de informação) (Direção Geral do Ambiente, 2000). A estrutura conceptual do modelo DPSIR encontra-se esquematizada na Figura 3.3.

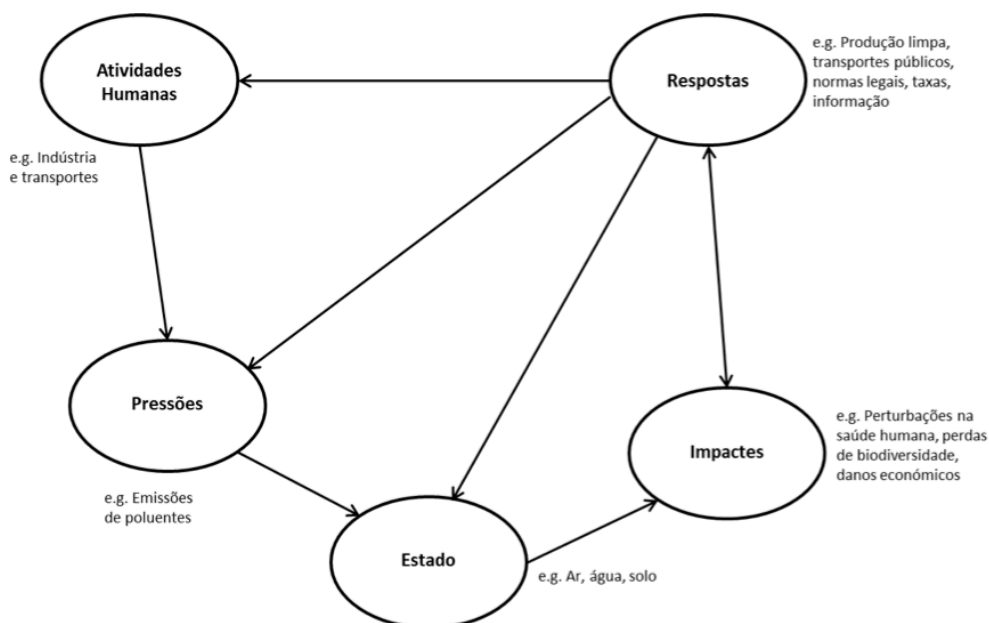


Figura 3.3 - Modelo conceptual Forças Conductoras – Pressões – Estado – Impacte – Resposta (Santos, 2016)

Mascarenhas *et al.*, (2010) define um modelo conceptual para a monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), através da utilização de indicadores. O principal objetivo do modelo é estruturar as seguintes componentes:

- i. A função que cada grupo de indicadores desempenha nos diferentes níveis de monitorização, apresentando uma ligação entre indicadores, PROT e Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE);
- ii. O contributo de instrumentos de monitorização existentes;
- iii. Os momentos em que se aplicam os critérios de seleção de indicadores.

De acordo com o modelo, aos conteúdos fundamentais dos PROT e dos relatórios ambientais de AAE devem estar associados os indicadores. O modelo apresentado é aplicável na fase *ex-ante* do processo de planeamento (a seleção de indicadores acompanha a definição de objetivos e metas estratégicas e o processo de AAE) ou na fase *ex-post* (após a publicação do PROT e do relatório ambiental da AAE).

O modelo conceptual define duas tipologias de indicadores de acordo com a sua função, o critério de definição está de acordo com o nível hierárquico dos planos a ser monitorizado e os grupos-alvo a que se destinam. As categorias de indicadores são as seguintes:

- Indicadores de realização/implementação: acompanhamento da implementação das disposições do PROT, nomeadamente ao nível das Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT), ou seja, as grandes linhas de intervenção ao nível das políticas que têm expressão espacial (recursos territoriais; ocupação, uso e transformação do solo; localização de atividades e equipamentos/infraestruturas).
- Indicadores de resultados/efeitos: acompanhar os efeitos no sistema ambiental, social, económico e institucional/governança resultantes da implementação do PROT. O conjunto de indicadores de resultados/efeitos atua ao nível das OEBT, com a função de acompanhar efeitos diretos e imediatos. É proposto um subconjunto de indicadores-chave de resultados/efeitos de carácter mais estratégico para a monitorização ao nível da visão, ambição e objetivos do PROT.

Os indicadores de resultados/efeitos deverão ser selecionados a partir de instrumentos monitorização existentes (instrumentos de monitorização da sustentabilidade), cumprindo os critérios de seleção propostos. Os dois conjuntos de indicadores, utilizados em simultâneo, melhora o estabelecimento das relações causa-efeito entre as disposições previstas no PROT e os efeitos sentidos no sistema ambiental, social, económico e institucional/governança das regiões (Mascarenhas, 2010).

A seleção de indicadores é concretizada a partir de dois níveis de aplicação dos critérios. O nível I inclui os critérios críticos de seleção. O nível II contém os critérios complementares. Os indicadores que não estejam de acordo com os critérios do nível I não apresentam o desempenho mínimo desejável e por isso não são selecionados para a monitorização do plano. A avaliação do desempenho do indicador é feita de acordo com uma escala de pontuação, de 1 (muito baixo) a 5 (muito elevado), a ser utilizada em cada critério. A seleção de indicadores é feita com base em dois requisitos: i) cada critério do nível I deve ter uma pontuação igual ou superior a 3 (desempenho médio); ii) a média aritmética simples da pontuação atribuída a todos os critérios (Nível I + Nível II) deve ser igual ou superior a 3. Os indicadores que cumpram o primeiro requisito, mas não obtenham a pontuação do segundo requisito podem ser selecionados mediante uma análise das melhorias necessárias para a sua construção e da existência de indicadores alternativos (Mascarenhas, 2010). A Tabela 3.1 apresenta os critérios de nível I e II para a seleção dos indicadores.

O autor propõe a criação de uma ficha de metadados para cada indicador, estruturada nos seguintes campos: título; descrição; ligação à visão, ambição e objetivos globais; opções estratégicas de base territorial (eixos estratégicos / sistemas estruturantes); objetivos e metas estabelecidos; classificação segundo o modelo casual DPSIR; unidade(s) territorial; unidade(s) de medida (e.g. %, ha, km); detentor (nome da organização); fornecedor primário (nome da organização); nome do contacto do fornecedor primário; telefone/e-mail do fornecedor primário; fornecedor secundário (sítio da internet) se aplicável; frequência de atualização (e.g. horária, diária, anual, contínua, irregular); série temporal disponível; formato dos dados (e.g. espacial digital ou não-digital; não-espacial digital ou não-digital); tipo de apresentação (e.g. imagem, gráfico, mapa, numerário, texto, outro); escala/resolução (e.g. 1:1250, 1:250 000; 100 m, não aplicável, desconhecida); disponibilidade (e.g. imediata, futura a prazo determinado, futura a prazo indeterminado); restrições de acesso (e.g. financeiras, legais, outras, desconhecidas, nenhuma) (Mascarenhas, 2010).

O autor refere que a utilização de portais *online*, geridas pela CCDR, para as organizações responsáveis efetuarem a recolha de dados de informação seria uma forma eficiente e eficaz de operacionalizar a gestão de dados para o sistema de monitorização (Mascarenhas, 2010).

Tabela 3.1 - Critérios de seleção de indicadores (adaptado Mascarenhas, 2010) (continua)

Nível	Critério	Descrição
I	Ligação aos objetivos de planeamento	Existência de relação com as opções, objetivos e metas de planeamento.
	Relevância	Relevância política, para as disposições do plano e para as funções do indicador. Existência de relação entre o indicador e o factor a ser analisado.
	Robustez conceptual	Boa fundamentação em termos técnico-científicos
II	Disponibilidade e qualidade de dados	Existência de dados de base suficientemente fiáveis para construção de indicador.
	Demonstração de tendências	Capacidade para demonstrar evoluções no tempo e direção.
	Variabilidade espacial	Relevância à escala regional e capacidade para demonstrar diferenças inter e intra-regionais.
	Capacidade interpretativa	O indicador permite análises qualitativas esclarecedoras dos seus resultados quantitativos.
	Compreensibilidade	Adequabilidade para comunicação com decisores, grupos de utilizados e público em geral. Assenta na simplicidade e no uso de linguagem clara.
	Abrangência de domínios	Cobertura de um leque de fatores e domínios que podem ser influenciados pelo plano.

Nível	Critério	Descrição
II	Flexibilidade	Capacidade do indicador para manter a sua relevância face a alterações nas políticas e nos sistemas ambiental, social, económico e institucional.
	Compatibilidade com outros sistemas de indicadores	Indicadores coincidentes ou compatíveis com outros sistemas de indicadores, de diferentes escalas e objetos de avaliação (e.g. sistemas de indicadores de sustentabilidade, sistemas de indicadores de desempenho setorial).
	Custo	Facilidade na recolha, processamento e atualização dos indicadores em termos monetários, logísticos e de recursos humanos

3.1.3. Construção e seleção de indicadores

A construção de indicadores é feita através de mecanismos de recolha, produção, atualização, circulação e partilha de informação. Os indicadores devem estar de acordo com os objetivos e metas estratégicas formuladas, dado que o progresso em direção a eles deve ser mensurável (Mascarenhas *et al.*, 2012). A seleção dos indicadores é essencial para o processo de aplicação de indicadores funcionar corretamente (Santos, 2016). Tran (2016) refere que o processo de desenvolvimento/seleção de indicadores inclui a definição de critérios de seleção objetivos, exequíveis e verificáveis e a seleção de indicadores, esta última engloba a identificação, a avaliação e a seleção de indicadores. Mascarenhas *et al.*, (2012) afirma que os critérios de seleção de indicadores são uma componente importante na monitorização dos planos territoriais e devem ser aplicados para escolher os indicadores com qualidade técnica e científica. Os indicadores selecionados devem refletir o significado dos dados na sua forma original e satisfazer a precisão e relevância dos resultados (Direção Geral do Ambiente, 2000). Estes são alguns exemplos de critérios de seleção de indicadores: credibilidade, universalidade, compreensão, requisitos de dados e a sua disponibilidade, escalas espaciais e temporais de aplicabilidade (Tanguay *et al.*, 2010).

A participação pública está presente na recolha de dados e na seleção dos indicadores (Coelho *et al.*, 2010). O envolvimento das comunidades permite que os indicadores selecionados sejam os mais apropriados.

O processo de seleção de indicadores deve incluir dois tipos de abordagem, teórica e participativa. A abordagem teórica caracteriza-se por uma recolha de indicadores que são encontrados com maior frequência na literatura e por uma redução do número de indicadores selecionados, de acordo com os seguintes requisitos: escolher os indicadores mais citados; cobrir as componentes e as categorias do desenvolvimento sustentável; e escolher os sistemas de indicadores mais simples para facilitar a recolha, compreensão e divulgação dos dados. (Tanguay *et al.*, 2010).

A abordagem participativa caracteriza-se pela participação de diferentes partes interessadas onde a opinião de cada parte contribui para uma seleção mais correta dos indicadores (Mascarenhas *et al.*, 2015), o processo de seleção ocorre por meio de *workshops* e seminários (Coelho *et al.*, 2010). A seleção de indicadores deve ser feita por especialistas, com abordagens participativas e revisões de literatura de indicadores existentes (Bockstaller and Girardin, 2003; Cloquell-Ballester *et al.*, 2006; van Zeijl-Rozema and Martens, 2010 citado por Mascarenhas *et al.*, 2015). A seleção de indicadores também pode ser concretizada por um processo iterativo que consiste numa seleção de variáveis através de regressão linear múltipla juntamente com a opinião de peritos e partes interessadas (Tran, 2016).

Mascarenhas *et al.*, (2015) definiu um método de seleção de indicadores que conjuga técnicas de redução de dados com a participação de partes interessadas. O objetivo é identificar um conjunto de indicadores de sustentabilidade através de uma abordagem participativa e uma técnica de redução de dados, para monitorizar os planos regionais. No método descrito um grupo de *stakeholders* pontuou um conjunto de indicadores com o auxílio de uma matriz pontuação *versus* critérios de seleção, o objetivo é saber se todos os critérios são considerados úteis para pontuar os indicadores ou se poderiam ser reduzidos. A Análise de Componentes Principais (ACP) e a análise de sensibilidade com simulação a Monte Carlo foram as técnicas utilizadas para a redução de dados, estas foram aplicadas a um conjunto de indicadores de resultados/efeitos. A abordagem explorada combina um conjunto de indicadores de sustentabilidade com ferramentas estatísticas que ajudam a selecionar um número de indicadores para monitorizar os efeitos globais de um plano.

Tran (2016) definiu um método de seleção de indicadores capaz de integrar uma análise quantitativa objetiva com o diálogo participativo e contribuição das partes interessadas no processo de seleção dos indicadores. O método baseia-se no agrupamento de variáveis, selecionando a representação de cluster e regressão linear multivariada com a contribuição de especialistas e partes interessadas no processo iterativo. O modelo proposto integra uma análise quantitativa objetiva com a contribuição subjetiva das partes interessadas ao longo do processo de seleção. É uma ferramenta eficaz para selecionar indicadores representativos num ambiente científico participativo de forma adaptativa e dinâmica.

3.1.4. Sistemas de Indicadores

Uma estrutura de indicadores facilita a identificação do que deve ser avaliado, do propósito da avaliação, das metas que devem ser alcançadas e também como as partes interessadas podem ser envolvidas no processo (Coelho *et al.*, 2010). Os sistemas de indicadores são desenvolvidos para a escala nacional, regional e local e podem ser direcionados para a monitorização dos planos e programas.

O processo de avaliação dos sistemas de indicadores em relação ao seu desempenho é denominado por meta-avaliação. Esta etapa deve ser considerada após a seleção dos indicadores e implementação do sistema de indicadores (Mascarenhas *et al.*, 2012).

Coelho *et al.*, (2010) estabeleceu um processo para a definição de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável de âmbito regional. Em primeiro lugar definiu o objetivo, o âmbito e o modelo de gestão para o sistema de indicadores. Em segundo lugar procedeu a uma análise criteriosa de indicadores e questões mais relevantes de outros sistemas de indicadores existentes. No decorrer do processo deve haver um contributo das partes interessadas, com o objetivo de identificar e destacar prioridades e interesses para o desenvolvimento sustentável da região. A seleção inicial e o desenvolvimento de indicadores devem incluir os indicadores que são encontrados com mais frequência na literatura e comparáveis com as principais questões identificadas pelos *stakeholders* locais. Durante a fase de seleção de indicadores é essencial a realização de reuniões, *workshops* e seminários para definir um conjunto de indicadores direcionados para as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, económica e institucional). Os indicadores devem ser selecionados com base na sua relevância, viabilidade e qualidade dos dados.

Os sistemas de indicadores podem ser uma ferramenta eficaz no apoio ao desenvolvimento local, a avaliação da sustentabilidade feita através dos indicadores deve ser baseada em indicadores selecionados a nível local fornecendo uma panorâmica geral da situação (Lopes, 2013).

Mascarenhas *et al.*, (2010) desenvolveu um modelo conceptual para indicadores de sustentabilidade de âmbito local. Este modelo é apoiado por um processo participativo e visa a interação entre a escala local e regional. O modelo consiste numa análise de estratégias locais e regionais e definição do âmbito, envolvendo metas, objetivos, características e recursos comuns a todos os municípios. Para a definição deste conjunto de indicadores presume-se o desenvolvimento de um conjunto de indicadores regionais e vários conjuntos de indicadores locais em vigor dentro de uma região. Os indicadores locais traduzem os valores e preocupações regionais identificados pelas comunidades locais. O processo deve ser acompanhado por sessões de participação pública em cada município, a fim de fornecer um processo de definição do âmbito para a identificação de questões comuns de sustentabilidade regional. A nível regional a participação pública foi operacionalizada através de questionários, com o objetivo de avaliar a sustentabilidade e comunicação entre o nível local e regional. Os indicadores selecionados devem estar em concordância com as necessidades locais. O modelo conceptual proposto inclui uma etapa de meta-avaliação, ou seja, uma avaliação crítica dos pontos fortes e fracos da estrutura.

Atualmente encontram-se definidos sistemas de indicadores para o nível europeu, nacional, regional e municipal. Em seguida são apresentados alguns exemplos de sistemas de indicadores.

Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável na União Europeia

O conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável da União Europeia (UE) foi proposto na sequência da adoção da primeira Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS), com aprovação por parte da comissão europeia em 2005. Ao longo dos anos tem sido concretizada uma revisão dos indicadores. A Comissão Europeia está empenhada em monitorizar os progressos na consecução dos ODS no contexto da UE (Eurostat, 2017).

Em 2017, o Eurostat publicou um relatório de monitorização sobre o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da União Europeia, intitulado “*Sustainable Development in the European Union. Monitoring Report on Progress Towards the SDGS in an EU context*”. A seleção de indicadores dos ODS foi realizada de forma aberta e inclusiva, com o envolvimento de Comitês do Conselho (emprego, proteção social, económico e financeiro), o Comité Consultivo Estatístico Europeu, a Agência Europeia do Ambiente, organizações não governamentais, universidades e organizações internacionais. A proposta de indicadores foi avaliada segundo princípios e critérios pré-estabelecidos sobre relevância política e requisitos de qualidade. (EUROSTAT, 2017)

O sistema de indicadores dos ODS contém 100 indicadores, dos quais 41 são indicadores “multifuncionais”, ou seja, monitorizam mais do que um objetivo. Para o progresso geral ao nível das metas estabelecidas os indicadores de múltiplas finalidades são considerados com o mesmo peso que todos os outros indicadores. O sistema de indicadores está estruturado de acordo com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e abrange a dimensão social, económica, ambiental e institucional da sustentabilidade. Os indicadores estão distribuídos pelas 17 metas, o progresso em cada objetivo é medido por cinco ou seis indicadores. Os indicadores foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: relevância política para a UE, disponibilidade, cobertura do país, frescura e qualidade dos dados. Alguns indicadores resultam de conjunto de indicadores já existentes utilizados para monitorizar as políticas da UE a longo prazo. Este sistema de indicadores está sujeito a revisões regulares de acordo com a evolução das políticas e deve considerar novos indicadores à medida que as metodologias, tecnologias e fontes de dados evoluem. Os dados utilizados para compilar os indicadores provêm da recolha de estatísticas padrão do Eurostat (sistema estatístico europeu), Comissão Europeia, Agência Europeia do Ambiente, Banco Mundial, entre outros. Na recolha de dados podem existir interrupções nas séries temporais, isto ocorre quando os dados recolhidos num ano específico não são completamente comparáveis com os dados de anos anteriores.

Na preparação do relatório de monitorização foi efetuada uma avaliação das quebras de séries temporais para determinar até que ponto a interrupção afeta a avaliação de um indicador. Nos casos em que a quebra for considerada significativa para afetar o cálculo da tendência do indicador ou a comparabilidade entre os países a análise do indicador é ajustada (Eurostat, 2017).

A metodologia para calcular o progresso do indicador considera se o indicador se moveu na direção desejada ou se ocorreu um afastamento do objetivo de desenvolvimento sustentável, bem como a velocidade desse movimento. As tendências observadas para cada indicador deveriam ser comparadas com as tendências teóricas necessárias para atingir uma meta quantitativa definida. Como muitos indicadores do sistema de indicadores de ODS não possuem uma meta quantitativa e mensurável explícita no contexto da UE, a análise dos indicadores baseia-se na evolução dos dados a nível da UE e não nas tendências observadas em cada Estado-Membro. O cálculo das tendências dos indicadores tem em conta as metas estabelecidas nas políticas e estratégias relevantes para a UE.

Na presença de uma meta política quantificada a taxa de variação efetiva do indicador é comparada com a taxa teórica de mudança que seria necessária para atingir a meta no ano alvo. Se a taxa real for 95% ou superior em relação à taxa exigida, o indicador mostra um progresso significativo em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Se a taxa estiver entre 80% e 95%, a tendência mostra um progresso moderado em relação aos ODS. Se o valor da taxa estiver entre 0% e 80% a tendência mostra um movimento moderado em relação aos ODS. Na ausência de uma meta quantificada, calcula-se apenas a taxa de variação observada do indicador utilizando os seguintes limiares (vide Tabela 3.2):

Tabela 3.2 - Taxa de variação do indicador

Taxa de variação	Alteração	Direção de mudança
> 1 %	Significativa	Progresso significativo em relação ao ODS; Movimento significativo longe do ODS
0% - 1%	Moderada	Progresso moderado em direção ao ODS; Movimento moderado em relação ao ODS

O progresso geral no nível da meta é calculado como a medida simples das tendências de curto prazo (últimos cinco anos) dos indicadores individuais para cada ODS. Se houver algum indicador que não seja possível calcular uma tendência, este não é tido em conta. Deve ser possível calcular uma tendência para pelo menos 75% dos indicadores, abaixo deste limite os indicadores disponíveis são considerados insuficientes para elaborar uma declaração representativa ao nível da meta (Eurostat, 2017). A Tabela 3.3 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e um exemplo de indicador associado a cada objetivo.

Tabela 3.3 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (continua)

ODS	Indicador
Erradicar a pobreza	Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social
Erradicar a fome	Área destinada para a agricultura biológica
Saúde de qualidade	Esperança de vida à nascença
Educação de qualidade	Abandono precoce da educação e formação
Igualdade de género	Lugares ocupados por mulheres nos governos e parlamentos nacionais
Água potável e saneamento	População com acesso, pelo menos, ao tratamento secundário de águas residuais
Energias renováveis e acessíveis	Consumo final de energia em habitação per capita
Trabalho digno e crescimento económico	Taxa de emprego total
Indústria, inovação e infraestruturas	Emprego nos setores de fabricação de empresas de alta e média-alta tecnologia e setores de serviços intensivos em conhecimento.

Continuação Tabela 3.3 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

ODS	Indicador
Reduzir as desigualdades	Financiamento da UE para os países em desenvolvimento
Cidades e comunidades sustentáveis	Taxa de reciclagem de resíduos municipais
Produção e consumo sustentável	Volume de transporte de mercadorias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
Ação climática	Emissão de gases de efeito de estufa
Proteger a vida marinha	Capturas em grandes áreas
Proteger a vida terrestre	Erosão do solo pela água
Paz, justiça e instituições eficazes	Taxa de mortalidade por homicídio
Parcerias para a implementação dos objetivos	Dívida bruta do governo

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Portugal

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Portugal surge para avaliar o progresso do país em matéria de sustentabilidade, permitindo estabelecer uma ligação com os principais níveis de decisão estratégica (políticas, planos e programas) de âmbito nacional, regional e setorial. A primeira edição do SIDS foi publicada em 2000. Em 2009, a Agência Portuguesa do Ambiente apresentou uma segunda revisão. Esta revisão envolveu a análise e reformulação da metodologia adotada (objetivos, áreas temáticas, modelo conceptual, critérios de seleção e desenvolvimento) e uma avaliação dos indicadores que integram o sistema (Vilão *et al*, 2009). A Tabela 3.4 descreve as etapas de revisão do SIDS Portugal.

Tabela 3.4 – Revisão do SIDS Portugal (continua)

Etapa	Descrição
1 ^a	Análise à metodologia do SIDS Portugal (número e tipo de indicadores; ficha de indicadores; modelo participativo; mecanismos e comunicação e divulgação)
2 ^a	Revisão da metodologia dos principais SIDS internacionais
3 ^a	Identificação das principais iniciativas relacionadas com os IDS em Portugal
4 ^a	Definição da estrutura conceptual do SIDS (definição do modelo de categorização e formulação de indicadores, o número e tipo de indicadores, periodicidade de atualização e revisão do sistema, meios de divulgação, linguagem e ficha de indicadores)
5 ^o	Avaliação e consolidação preliminar dos indicadores a integrar o SIDS (sistematização, processamento e análise dos indicadores, método de seleção de indicadores, avaliação dos pareceres e contributos recebidos, reuniões para aferição global dos indicadores obtidos <i>versus</i> indicadores excluídos).

Etapa	Descrição
6º	Consulta de atores-chave (contactos bilaterais com representantes dos diferentes setores/áreas envolvidas).
7º	Análise da proposta final dos indicadores a integrar na edição do SIDS

Com base nos contributos recebidos e numa avaliação final foram definidos os subconjuntos de indicadores-chave e indicadores-regionalizáveis (Vilão *et al*, 2009). O SIDS Portugal é gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A estrutura conceptual dos indicadores está assente em listagens de verificação multitemáticas (listagens construídas com base em vários temas) e os indicadores estão estruturados de acordo com o modelo conceptual DPSIR.

Sistema de indicadores de Sustentabilidade da Área Metropolitana de Lisboa

O Sistema de Indicadores de Sustentabilidade da Área Metropolitana de Lisboa enquadra-se na Estratégia Metropolitana de Desenvolvimento Sustentável (EMDS). A criação de um sistema de indicadores pressupõe um conjunto de indicadores e índices com o propósito de servir um campo alargado de aplicações de acordo com o objetivo, como por exemplo, suporte de decisões, classificação de locais, cumprimento de normas legais, análise de tendências, informação ao público e investigação científica. Os indicadores ambientais para a AML estão de acordo com o modelo Pressão-Estado-Resposta (Cid *et al.*, 2013).

O processo de seleção de indicadores deve estar de acordo com um conjunto de critérios objetivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escolha efetuada. Os indicadores escolhidos devem refletir o significado dos dados na forma original satisfazendo a conveniência da escolha e a precisão e relevância dos resultados (Cid *et al.*, 2013). A seleção de indicadores decorreu num processo de participação que contou com os 18 municípios da AML.

O sistema de indicadores contém 80 indicadores. Deste conjunto 20 indicadores são denominados por “Indicadores de Alerta” de carácter participativo. Os outros 13 indicadores são denominados de “Indicadores de Aposta” direcionados para a sustentabilidade da metrópole e de carácter técnico (Cid *et al.*, 2013).

Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve

O SIDS Algarve é uma ferramenta de avaliação e comunicação da sustentabilidade da região do Algarve, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental, equidade social, eficiência económica, aumento da consciência política e participação dos cidadãos da região. A monitorização da sustentabilidade por meio de IDS pode ser executada por diversas abordagens metodológicas, e.g. elaboração de listagens de IDS, modelos conceptuais e elaboração de medidas agregadas ou índices de sustentabilidade. No SIDS Algarve foi adotada a metodologia das listagens de IDS. O sistema de indicadores foi desenvolvido por duas etapas de forma integrada, a primeira foi direcionada para a componente ambiental e a segunda para as restantes componentes de sustentabilidade (económica, social e institucional). O público-alvo do SIDS inclui todas as partes interessadas na avaliação e comunicação da sustentabilidade. A CCDR Algarve é a instituição pública responsável pela gestão do sistema de indicadores. O modelo de gestão deverá ser participativo em conjunto com as estruturas existentes na Administração Pública Central, Central Desconcentrada a nível regional e local. De forma a assegurar a capacidade de monitorização estratégica e intervenção do SIDS Algarve foi disponibilizado um Fórum de Avaliação e Acompanhamento da Sustentabilidade Regional, este permite que o modelo de gestão seja aberto, participativo e validado.

Para a definição do SIDS recorreu-se a um processo de revisão e análise dos principais sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável a nível internacional e de escala regional. Em seguida adotou-se um processo baseado na participação pública à escala local e regional, como sessões de participação pública com atores locais para a definição dos principais temas a monitorizar a sustentabilidade e envolvimento dos atores regionais na seleção e desenvolvimento dos indicadores.

O sistema de indicadores foi desenvolvido segundo um modelo de categorização multi-temático, constituído por 22 áreas temáticas. Os indicadores seguiram o modelo conceptual DPSIR. O processo de seleção de indicadores decorreu com uma avaliação do grau de convergência entre os indicadores desenvolvidos e selecionados a partir da matriz de frequência *versus* os temas de desenvolvimento sustentável identificados no processo participativo e a aplicação do critério relevância.

Após a formulação da primeira proposta de sistemas de indicadores, procedeu-se a mais um processo participativo, com reuniões temáticas com as entidades regionais. No final deste processo foi concluída a segunda proposta de sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável do Algarve. Por último uma equipa técnica, em conjunto com os peritos setoriais, efetuou uma avaliação à proposta de acordo com os critérios relevância, exequibilidade, qualidade da informação disponível.

3.2. Relatórios de Estado do Ordenamento do Território. Uma perspetiva internacional.

A pesquisa bibliográfica de exercícios de avaliação das políticas de ordenamento do território vigentes noutros países foi sobretudo direcionada para países europeus, designadamente França, Reino Unido e Espanha. Esta pesquisa permitiu compreender que os relatórios de avaliação de interesse para o presente estudo são na sua maioria desenvolvidos para níveis de atuação entre os níveis regional e municipal.

3.2.1. França

No que diz respeito à França, o governo é constituído pela Assembleia Nacional e pelo Senado, sendo este último o responsável pelo ordenamento do território. O Senado elabora os relatórios de avaliação das políticas públicas implementadas a nível nacional, a partir dos dados recolhidos, estudados e publicados por observatórios de âmbito nacional, acolhidos por agências públicas tuteladas por um organismo interministerial designado “*Commissariat Général à l'Égalité des Territoires*” (CGET). Devido à sua natureza estratégica estes relatórios não incluem indicadores de avaliação das políticas implementadas.

O sistema de gestão territorial francês atua ao nível nacional, regional, departamental, intercomunal, comunal e urbano. Os principais instrumentos de gestão territorial que atuam abaixo do nível nacional são: o *Schéma regional d'aménagement de développement durable et d'égalité des territoires* (SRADET) e o *Schéma regional de développement économique*, ambos de âmbito regional; o *Schéma directeur territorial d'aménagement numérique* (SDTAN) de âmbito departamental; o *Plan Locaux d'Urbanisme Intercommunaux* (PLUI) e o *Schéma de Cohérence Territoriale* (SCoT), ambiente de âmbito intercomunal; o *Plan Locaux d'Urbanisme* (PLU), de âmbito comunal e o *Pacte de relance pour la ville* (PRV), de âmbito urbano (Desjardins & Lamarlière, 2016).

Um dos instrumentos de gestão territorial francês cuja avaliação é obrigatória é o *Schéma de Cohérence Territoriale* (SCoT), regulamentado pela Loi «SRU» N° 2000-1208 de 13 dezembro de 2000. O SCoT é um instrumento de gestão territorial que define o plano estratégico de ordenamento e desenvolvimento sustentável para a escala de uma grande bacia hidrográfica ou de uma área urbana (Ministère de la Cohésion des Territoires, 2013). Trata-se de um instrumento regulador que perfilha uma visão política estratégica, essencial para alcançar um desenvolvimento equilibrado. O SCoT é uma referência para várias políticas setoriais de organização do território e planeamento urbano, designadamente a habitação, a mobilidade e o ambiente. É composto por três documentos, o relatório de apresentação, o projeto de ordenamento e desenvolvimento sustentável e um documento com orientações e objetivos. O período de elaboração deste instrumento varia entre três a cinco anos. A sua avaliação deve decorrer seis anos após a sua aprovação (Ministère de la Cohésion des Territoires, 2013).

Para conhecer o tipo de avaliação desenvolvida sobre um SCoT, no âmbito do presente trabalho procedeu-se à análise do relatório de avaliação do SCoT da metrópole de *Savoie* publicado em 2015 (*SCoT Métropole Savoie Evaluation des résultats – perspectives 2015*). Este SCoT, aprovado em 2005, definiu objetivos ambiciosos para a metrópole de *Savoie* num horizonte temporal de 20 anos. Em 2015 tornou-se necessário proceder a um diagnóstico da realização de tais objetivos (*Métropole Savoie & TERCIA consultants, 2015*).

A avaliação constitui uma oportunidade para entender o que já foi alcançado e o que ainda necessita de ser alcançado com a atuação do SCoT. A avaliação e revisão são dois exercícios fundamentais para melhorar os desafios territoriais. O sistema de indicadores é um elemento fundamental na avaliação do instrumento, permitindo descrever a evolução do território face aos objetivos e prioridades definidos no SCoT. (*Métropole Savoie & TERCIA consultants, 2015*). No relatório de avaliação do SCoT da metrópole de *Savoie* os indicadores foram inicialmente organizados segundo temas (*e.g.* desenvolvimento urbano e risco de inundação) e posteriormente realizou-se uma análise cruzada entre os indicadores e os principais eixos do SCoT. O relatório final compreende os seguintes temas: desenvolvimento urbano, mobilidade, ambiente e execução do SCoT. Para cada um destes eixos estão descritas as perspetivas, intenções do SCoT e exigência da lei, questões estratégicas (resultados), avaliação dos resultados e recomendações.

3.2.2. Reino Unido

O Reino Unido constitui um exemplo diferenciado de muitos outros países porque só tem dois níveis de políticas públicas de planeamento: o nacional e o local. O governo central é responsável pela elaboração do *National Planning Policy Framework (NPPF)* que define as políticas públicas de planeamento de âmbito nacional, que cobrem o setor económico, social e desenvolvimento ambiental. Estas políticas devem ser respeitadas no desenvolvimento e aplicação das estratégias e políticas públicas de âmbito local que se consubstanciam nos planos locais e de vizinhança, desenvolvidos pelas autoridades locais de planeamento. O governo local pode ser representado por *county councils; districts; boroughs* ou *city councils; parishes* ou *town councils* (*Department for Communities and Local Government, 2015*).

O NPPF fornece as diretrizes aos planos de âmbito local, mencionando a importância de medidas de desenvolvimento essenciais para cobrir as necessidades locais. A política de planeamento nacional salienta que os planos locais e de vizinhança são instrumentos de grande importância para o sistema de planeamento (*Department for Communities and Local Government, 2015*).

O plano local estabelece uma visão para o desenvolvimento de uma área do território envolvendo as suas comunidades. Este instrumento contempla as necessidades e oportunidades relativas à habitação, economia local, instalações coletivas e infraestruturas, em concordância com a necessidade de adaptação às alterações climáticas (*Department for Communities and Local Government, 2015*).

A elaboração do plano deve ser um exercício partilhado, liderado pela autoridade local de planeamento, com a colaboração de comunidades locais e partes interessadas. O plano é analisado por um inspetor local que verifica se o mesmo foi preparado de acordo com os requisitos legais. A política de planeamento nacional estabelece três aspetos que os planos locais devem respeitar, o plano deve ser preparado de forma positiva, eficaz e em coerência com a política nacional. Estes elementos devem ser verificados quando o plano é sujeito a uma avaliação. As autoridades de planeamento local são responsáveis pela elaboração de um relatório anual de avaliação (*Annual Monitoring Report*) sobre o progresso de implementação das políticas do plano local (Department for Communities and Local Government, 2015).

O plano de vizinhança é um instrumento de gestão territorial, elaborado e utilizado pelas comunidades, que atua a um nível inferior comparativamente ao plano local. A elaboração do plano de vizinhança é flexível, pode ser abrangente e incluir vários eixos de atuação, ou específico de algumas políticas. Os planos de vizinhança estão sujeitos a uma avaliação independente e votação da comunidade local com um referendo. Só os planos em concordância com as estratégias locais e as políticas nacionais que cumpram as condições legais, podem ser submetidos a um referendo (Department for Communities and Local Government, 2015).

Para conhecer o tipo de avaliação desenvolvida sobre um plano local, no âmbito do presente trabalho procedeu-se à análise do relatório de avaliação anual do plano local de Cambridge de 2006, o *Cambridge City Council Annual Monitoring Report 2016*.

O sistema de gestão de planeamento inglês determina que os relatórios de avaliação de planos locais sejam obrigatoriamente instruídos de um conjunto de documentos (a desenvolver pelas autoridades locais) que incluem o próprio plano local, a estratégia de desenvolvimento territorial preconizada para a área de atuação do plano, a estratégia de envolvimento da população e de outras partes interessadas no desenvolvimento territorial e os planos de ação para as diferentes áreas de intervenção do plano (Cambridge City Council, s.d)

O relatório de avaliação analisado encontra-se numa fase de transição, entre o plano local aprovado em 2006 e o plano local 2014. O relatório de avaliação revela informações sobre a cidade, incluindo análises sobre as políticas preconizadas pelo plano local de 2006, as alterações verificadas com a prossecução de tais políticas e os problemas que necessitam de ser considerados no plano local de 2014 (Cambridge City Council, 2016). O relatório foi estruturado em 12 capítulos que abordam diferentes áreas de implementação das políticas públicas: contexto político; situação atual; desenvolvimento da cidade; conservação do património natural e construído; habitação; comércio, lazer e turismo; emprego e ensino; infraestruturas e serviços; áreas do território que sofreram alterações significativas e expansão urbana; implementação de mecanismos financeiros destinados ao financiamento de equipamentos coletivos; desenvolvimento territorial preconizado pelo plano de 2006 e preparação do plano local 2014; monitorização e recolha de evidências destinadas à avaliação da eficácia do plano. A maioria dos capítulos inclui uma análise sobre as políticas utilizadas socorrendo-

se de indicadores de contexto, destaca questões a considerar, identifica políticas a monitorizar e propõe ações a empreender para cada área de atuação.

3.2.3. Espanha

A constituição espanhola de 1978 atribuiu às Comunidades Autónomas a responsabilidade do ordenamento do território. A Carta Europeia de Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1983) teve influência na definição dos objetivos de ordenamento do território descritos nas leis autónomas.

O sistema de gestão territorial espanhol inclui instrumentos muito semelhantes para as diferentes regiões autónomas, que atuam tanto no nível regional como sub-regional. Os instrumentos de gestão territorial regionais (mais frequentemente designados por *Plan Directrices e Estrategia Regional*) constituem um marco legal de referência e têm um carácter vinculativo sobre outros planos das comunidades autónomas e atividades socioeconómicas (Vazquez & González, 2010).

Os instrumentos de ordenamento do território sub-regionais atuam nas áreas provinciais, comarcas ou áreas supramunicipais e têm um carácter normativo, definindo diretrizes, recomendações e estipulando medida de aplicação direta. As leis autónomas contemplam outros instrumentos, como os instrumentos setoriais com incidência territorial e instrumentos de carácter ambiental. (Vazquez & González, 2010).

Para conhecer o tipo de avaliação desenvolvida sobre um instrumento de gestão territorial com incidência sub-regional, no âmbito do presente trabalho procedeu-se à análise do relatório de sustentabilidade desenvolvido sobre o plano estrutural geral de *Benigánim*, município que integra a Comunidade de Valência. O ordenamento do território e o urbanismo da Comunidade de Valência são regulamentados pela Lei 5-2014, de 25 de julho. Esta lei define como instrumentos de gestão territorial de âmbito supramunicipal, a estratégia territorial da Comunidade de Valência, os planos de ação territorial e os planos estruturais gerais agrupados. Constituem instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal os planos estruturais gerais, os planos de pormenor, os planos de reforma interior, os planos parciais e os estudos detalhados.

O plano estrutural geral (*plan general estructural*) define o modelo territorial e urbanístico de um ou mais municípios através da regulamentação e classificação do uso do solo em todo o seu território. Este modelo carece de aprovação pela Comunidade Autónoma. Apesar de possuir um horizonte temporal de 20 anos, o plano estrutural geral deve delinear cenários de desenvolvimento para quatro, dez e vinte anos (Vazquez & González, 2010).

De acordo com a legislação citada, o organismo promotor, em colaboração com o órgão com responsabilidades sobre o território e o ambiente, deve monitorizar os efeitos da aplicação do plano com vista à deteção precoce de impactes negativos sobre o território. No caso dos planos estruturais gerais, os indicadores que permitirão monitorizar a sua execução integram a documentação que obrigatoriamente acompanha o plano. Deste modo, o relatório de monitorização socorre-se dos indicadores incluídos no plano para verificar a sua conformidade com as previsões e objetivos. O

relatório de monitorização deve ser desenvolvido com uma periodicidade mínima de quatro anos (Vazquez & González, 2010).

O plano estrutural geral de *Benigánim* constitui uma revisão e adaptação do plano geral de *Benigánim* de julho de 2000. Em 2016, foi produzido um relatório de sustentabilidade sobre o plano geral de Benigánim (*Informe de Sostenibilidad Ambiental – Modificación n.º 7 del Plan General de Benigánim 2016*). Este contém um capítulo sobre a monitorização das medidas definidas no plano. O principal objetivo da monitorização é verificar se ocorreram desvios dos efeitos esperados e das medidas corretivas adotadas. Pretende-se deste modo, controlar a evolução dos impactes para que permaneçam dentro dos limites esperados, assegurar o cumprimento e a eficácia das medidas implementadas, avaliar os impactes difíceis de quantificar na fase de estudo e criar novas medidas para os mesmos (Martí, 2016).

Para garantir a monitorização correta das medidas propostas, a entidade responsável pela monitorização deve nomear um diretor ambiental para a avaliação das medidas corretivas implementadas e modificações que surjam depois da monitorização. Após a aprovação do relatório ambiental, o diretor ambiental, deve redigir um segundo relatório que integra as medidas propostas pelo relatório de sustentabilidade com as medidas do relatório ambiental. Alguns dos conteúdos deste segundo relatório são (Martí, 2016):

- Ações que geram maior impacto e elementos do meio afetados;
- Magnitude dos impactes esperados;
- Indicadores de impacte;
- Medidas de proteção e corretivas propostas no relatório de sustentabilidade e no relatório ambiental;
- Proposta de um programa específico de controlo anual, acompanhado de cronograma de monitorização de medidas.

Posteriormente, o diretor do ambiente deve produzir relatórios trimestrais que descrevam os resultados obtidos da aplicação de medidas propostas, os dados de monitorização e indicadores de controlo, os problemas e impactos detetados que não foram previstos no relatório de sustentabilidade. Anualmente deve ser produzido um relatório que contém um resumo com os aspetos mais importantes dos relatórios trimestrais, que inclui (Martí, 2016):

- Avaliação das medidas adotadas;
- Grau de eficácia das medidas corretivas;
- Novas medidas a serem adotadas caso exista um desvio da atuação das medidas previstas, ou seja, necessidade de correção de medidas ineficazes.

3.3. Política de Ordenamento do Território Nacional

3.3.1. Conceito de ordenamento do território e o seu enquadramento legal atual

O ordenamento do território não tem um conceito único, vários autores apresentam as suas definições e ideias. A Carta Europeia de Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1983) é o documento de referência sobre esta matéria e estabelece que o ordenamento do território é o resultado da implementação espacial coordenada das políticas económicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade. É uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. O ordenamento do território deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e, dentro deles, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários setores e níveis de administração com competências no território. Deve também ter em atenção a especificidade dos territórios, as diversidades das suas condições socioeconómicas, ambientais, dos seus mercados, conciliando todos os fatores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível. (DGOTDU, 2004).

Segundo Partidário (1999), o ordenamento do território é uma visão, um objetivo e um conjunto de ações devidamente articuladas no espaço e no tempo. Para a autora, a visão de ordenamento do território permite que um conjunto de ações se concretize através do planeamento. A mesma autora refere que o ordenamento do território se foca na conceção, no desenvolvimento e na gestão de um conjunto de atividades, de forma a moldar o território em concretização de objetivos de desenvolvimento social e económico. As políticas de ordenamento do território focalizam-se nos recursos naturais e na procura de soluções para minimizar e prevenir os conflitos.

Segundo as Normas Urbanísticas “o ordenamento do território, como conjunto de técnicas para racionalizar a utilização dos recursos, tem por base o solo o que lhe confere uma grande especificidade. Por outro lado, é uma base fundamental para clarificar o exercício dos direitos e as expectativas de desenvolvimento por parte dos diversos agentes que, de algum modo, utilizem e dependem desse mesmo território” (Partidário, 1999).

Segundo Condesso (2005), o ordenamento do território é uma política, uma função pública e uma disciplina que tem o “território como protagonista da planificação racionalizadora das várias políticas públicas, com a efetivação finalística da coordenação dos fatores físicos com os económicos e sociais”.

Face à desordem sentida no período pós-guerra, o ordenamento do território surge como uma solução para problemas de ocupação e desorganização dos espaços territoriais. De uma forma natural, o ordenamento surge associado ao planeamento, já que ambos os processos têm como objetivo comum a organização e gestão do território, com um nível de atuação diferente. Enquanto o ordenamento define as ações a serem implementadas no espaço territorial, o planeamento é responsável pela implementação dessas mesmas ações, sendo conseqüentemente mais operativo (Partidário, 1999). Dado que o ordenamento do território se foca na proteção dos recursos naturais, a sua implementação requer a existência de figuras operativas que permitam a concretização das suas estratégias e objetivos, tais como os instrumentos legais do domínio do urbanismo e do ambiente.

O conceito de ordenamento do território é descrito na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de abril, revogada pela Lei n.º 19/2014), como um processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objetivo o uso e transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspetiva de aumento da sua capacidade de suporte de vida.

A Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de agosto, revogada pela Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) apresenta o conceito de ordenamento do território associado ao urbanismo, com a função de definir e integrar as ações promovidas pela administração pública, de modo a assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspetiva da sua valorização, permitindo o desenvolvimento económico, social e cultural, de forma sustentável para o país, suas regiões e aglomerados urbanos.

3.3.2. Breve cronologia da legislação sobre ordenamento do território em Portugal

Na segunda metade do século XIX surgiram as primeiras preocupações por parte do Estado Português relativamente à organização e ocupação do espaço (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1926, com a mudança do regime parlamentar republicano para o regime autoritário, Duarte Pacheco assume o cargo de Ministro das Obras Públicas e inicia uma reformulação do quadro legal que regula o desenvolvimento urbano, estabelecendo as bases de uma política de solos e instituindo a figura do “plano de urbanização” para sedes de municípios e aglomerados urbanos com mais de 2500 habitantes (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1944 é criada a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), o organismo central responsável pela execução da política urbanística. A década de 1950-1960 é marcada pelo crescimento desordenado das áreas urbanas e pelo abandono das áreas rurais (Campos & Ferrão, 2015). A partir de 1953 o Estado Novo desenvolve várias estratégias de desenvolvimento, materializadas em Planos

de Fomento. Contudo o ordenamento do território só se assume como componente essencial do desenvolvimento regional no III Plano de Fomento (1968-1973) (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1968 ocorreu uma reorganização dos Serviços da DGSU através da criação de uma Direção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, com uma Divisão de Estudo e outra de Planeamento. Com a substituição da chefia política do regime, a lei sobre o regime jurídico do solo começa a ser revista. Em 1970 é criada uma política de solos (Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de novembro). No mesmo ano é difundido o primeiro Relatório do Ordenamento do Território, que, sem evidenciar preocupações de natureza ambiental, se centra no desenvolvimento económico e social (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1971 estabelece-se a Comissão Nacional do Ambiente, um passo importante para a definição do ambiente como política pública autónoma, que mais tarde, em 1974 viria a concretizar-se (Campos & Ferrão, 2015). Em 1976 a Lei de Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro) procede à alteração da política de solos então vigente (Campos & Ferrão, 2015).

No período entre 1974 e 1986 verifica-se uma cooperação no âmbito da gestão territorial entre o organismo nacional responsável pela execução da política urbanística, a Direção Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU) e os municípios mais ativos e dinâmicos. Neste período surge igualmente a preocupação da consolidação da política de ambiente e a importância das Comissões de Coordenação Regional que deram origem às atuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1982 é aprovado o Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, que cria o “Plano Director Municipal” (PDM). Este diploma consagra uma visão integrada do território e reconhece o papel dos municípios na promoção do desenvolvimento económico e social local, e não apenas na regulação urbanística (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1983 é criada a Direção Geral do Ordenamento (DGO), organismo responsável pelos domínios do ordenamento do território e da conservação da natureza. O ordenamento do território ressurgiu associado à política de ambiente e ao ordenamento da paisagem. No mesmo ano são criados os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) através do Decreto-Lei n.º 338/83, de 20 de julho (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1986 é criada a Direção Geral do Ordenamento do Território (DGOT), como organismo ao qual compete apoiar o Governo na formulação da política do ordenamento do território, na elaboração dos correspondentes planos de ocupação e na coordenação das ações de execução e renovação de equipamentos de utilização coletiva, em articulação com as autarquias locais (Campos & Ferrão, 2015).

Com a adesão à União Europeia em 1986, Portugal torna-se um elemento ativo na cooperação europeia relativamente à coesão territorial e desenvolvimento urbano, com grande influência para a política de ordenamento do território. Neste contexto destaca-se a contribuição nacional para o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), bem como a preparação do Programa

Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1987 é publicada a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril) (Campos & Ferrão, 2015). Decorridos três anos, é aprovado o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março que regula a elaboração, aprovação e ratificação de planos municipais de ordenamento do território (planos diretores municipais, planos de urbanização e planos de pormenor) (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1993 foi extinto o Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, tendo as competências que detinha em matéria de ordenamento do território sido transferidas para a Direção-Geral do Ordenamento do Território (Campos & Ferrão, 2015). Em 1994 a Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) herda as competências anteriormente atribuídas à DGOT, designadamente a responsabilidade pela prossecução da política de ordenamento do território (Campos & Ferrão, 2015).

Uma perspetiva da reconstituição do processo de formação do ordenamento do território como política pública autónoma em Portugal é disponibilizada por Campos & Ferrão (2015). Na representação esquemática apresentada por aqueles autores observa-se que recuando a meados do século XIX, as duas linhas de política fundadoras de ordenamento do território em Portugal eram tuteladas por setores distintos da orgânica do estado. Em 1864 o ordenamento agrícola e florestal era tutelado pelo ministro com competências na área da agricultura, enquanto o planeamento urbanístico era da responsabilidade do ministro das obras públicas. Em 1968 emerge uma nova linha de política, o planeamento regional, como instrumento de racionalidade supra-urbana, que nas décadas de 80 e de 90 e entre 2005 e 2009 era tutelada pelo ministro que conduz a política de ordenamento do território e urbanismo, a política regional e gere os financiamentos comunitários (ministro da área do planeamento). Paralelamente, em 1971 nasceu a primeira política ambiental que em 1974 se consolidou sob a tutela do ministro da área do ambiente. A partir de 2005 a política de ambiente e a política de ordenamento do território e urbanismo são integradas na tutela do mesmo ministro.

Em 1998 o ordenamento do território e o urbanismo estabelecem-se como política pública autónoma, regulada pela Lei de Bases de Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto). Esta legislação estabelece o conjunto articulado de instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional, regional e local, em que a política de ordenamento do território e urbanismo assenta (Campos & Ferrão, 2015).

A evolução aparentemente errática da inserção política do ordenamento do território na orgânica do Governo resulta de uma conjugação complexa de opções políticas, conceções teóricas, importância relativa de diferentes comunidades profissionais e preterências individuais por parte de decisores influentes, mas decorrem também das influências culturais que diversos países tiveram sobre Portugal (França, Alemanha, Estado Unidos da América, Reino Unido) e mais recentemente agendas europeias e globais (Campos & Ferrão, 2015).

Em 1999 é estabelecido o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro), que detalha os conceitos, objetivos, conteúdos e regime de coordenação dos Instrumentos de Gestão Territorial previstos pela Lei de Bases. Em 2003 o Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de dezembro, procede a uma revisão do RJIGT até então vigente. Esta revisão produziu alterações que incidiram fundamentalmente no âmbito municipal do sistema de gestão territorial. Em 2007 é aprovado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPO (Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro).

Em 2012 a incumbência de prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo é atribuída à Direção-Geral do Território (DGT), organismo público que resultou da fusão da DGOTDU com o Instituto Geográfico Português.

Em 2014 procede-se à atualização da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo através da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio – LBPSOTU (atualmente em vigor). A LBPSOTU apresenta uma visão integrada da gestão do território, abordando conjuntamente as matérias anteriormente tratadas pela Lei de Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro), bem como as relativas à política de ordenamento do território e de urbanismo (expressas na Lei n.º 48/98, de 11 de agosto). Com esta atualização pretendeu-se simultaneamente integrar as políticas de solos nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo.

Em 2015, como consequência da atualização das bases das políticas de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT.

3.3.3. Sistema de Gestão Territorial

Destaca-se do exposto que o quadro legal relativo ao ordenamento do território, urbanismo foi recentemente (2014 e 2015) reformulado. Um dos objetivos da reformulação visou enriquecer o sistema de gestão territorial, através da introdução de um novo entendimento sobre as figuras de programas e planos (Gomes, et al., 2015). Com esta alteração os instrumentos de administração central, anteriormente designados por planos, passam a nomear-se por programas. Os programas funcionam como meio de intervenção do governo na tutela dos mais relevantes interesses públicos de âmbito nacional e regional e vinculam apenas as entidades públicas. Deste modo os anteriores planos especiais, setoriais e regionais são reconduzidos à figura de programas. A designação de planos territoriais ficou assim reservada para os instrumentos que vinculam as entidades públicas e privadas e que atuam no âmbito intermunicipal e municipal, estabelecendo opções e ações concretas em matéria de planeamento e organização do território e definindo o uso do solo.

A atual política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo é desenvolvida através de programas e planos territoriais e assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interação coordenada em quatro âmbitos: nacional, regional, intermunicipal e municipal. A Figura 3.4 sistematiza os instrumentos de gestão territorial disponíveis para os diferentes âmbitos de atuação.

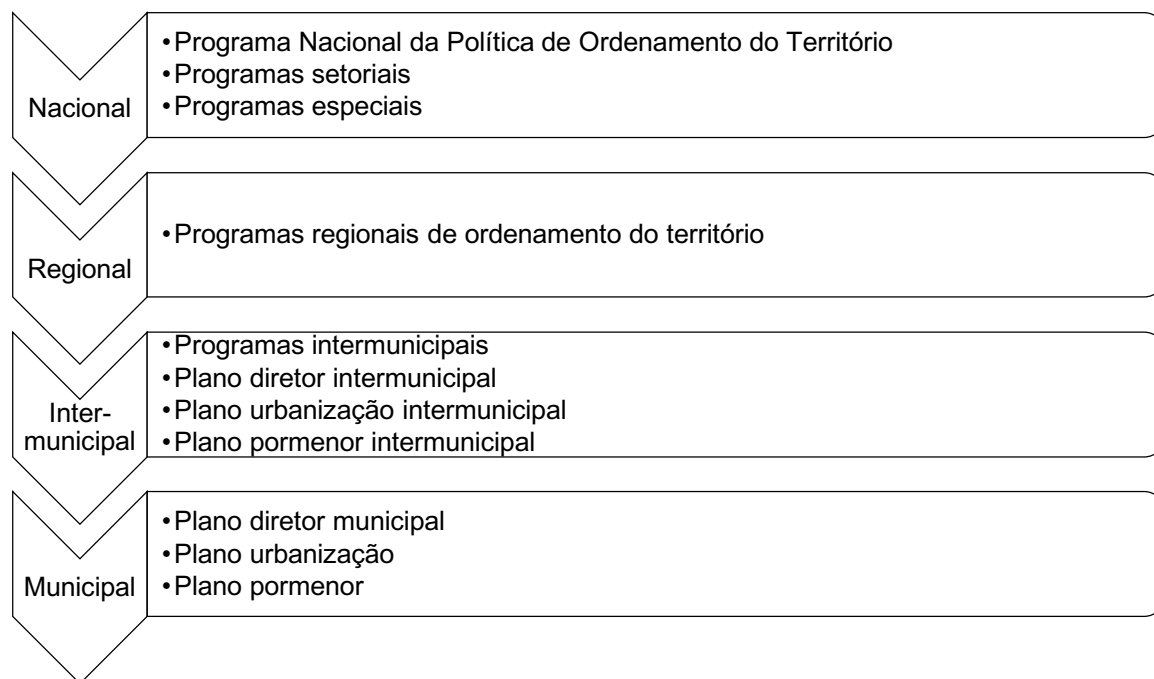


Figura 3.4 - Sistema de Gestão Territorial

No **âmbito nacional** atual a política de ordenamento do território é materializada nos seguintes instrumentos: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Programas Setoriais e os Programas Especiais. O PNPOT estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos restantes programas e planos territoriais. O PNPOT funciona igualmente como um instrumento de cooperação entre os Estados-Membros para a organização do território da União Europeia. Os Programas Setoriais são instrumentos programáticos ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território. Constituem exemplos deste tipo de instrumentos o Plano/Programa Rodoviário Nacional e o Plano/Programa Setorial da Rede Natura 2000. Os Programas Especiais estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, sendo por isso instrumentos que visam a prossecução dos objetivos considerados indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial. Os Programas Especiais têm por objeto a orla costeira, as áreas protegidas, as albufeiras de águas públicas e os estuários.

No **âmbito regional** atuam os Programas Regionais que definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local. Os Programas Regionais constituem por isso o quadro de referência para a elaboração do programa intermunicipal e dos planos intermunicipais e municipais.

No **âmbito intermunicipal** atuam o programa intermunicipal e os planos intermunicipais. O programa intermunicipal assegura a articulação entre o programa regional e os planos intermunicipais e municipais no caso de áreas territoriais que necessitem de uma ação integrada de planeamento. Os planos municipais, bem como os intermunicipais, são instrumentos de natureza regulamentar que estabelecem o regime do uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial e de organização de redes e sistemas urbanos. Na escala adequada estabelecem parâmetros de aproveitamento do solo, bem como de garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e de qualidade ambiental.

Todos os programas e planos territoriais devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução.

3.4. Relatórios de Estado do Ordenamento do Território à escala nacional, regional e local

No período 1987 e 1993 a responsabilidade de elaboração dos então designados Relatórios do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território (REAOT) era atribuída ao Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT). Os REAOT consistiam numa avaliação sobre o estado do ambiente integrando o ordenamento do território. A partir de 1994, o até então denominado REAOT deixou de incluir a componente do ordenamento do território. A responsabilidade sobre esta temática foi transferida para a Direção-Geral do Ordenamento do Território do MPAT, que passou a elaborar um relatório exclusivamente destinado à avaliação do ordenamento do território, conhecido como Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) (Marcelino et al., 2008).

A nível nacional foram elaborados quatro relatórios: REOT 1994, REOT 1995, REOT 1997 e REOT 1999. Estes documentos foram produzidos em conformidade com a Lei n.º 48/98 de 30 de maio, também conhecida por Lei de Bases do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que estabelecia a obrigatoriedade da elaboração de um relatório de avaliação do ordenamento do território para todos os níveis do sistema de gestão territorial.

O enquadramento legal vigente (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio) institui a obrigatoriedade de avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial. A produção de um relatório sobre o estado do ordenamento do território é consequentemente um resultado da avaliação preconizada pela legislação referida.

O REOT é um exercício de conformidade entre objetivo e resultados e de coerência entre políticas e planos de natureza e âmbitos diferentes (Ferrão & Mourato, 2010). Em termos legais, o REOT traduz o balanço da execução dos programas e planos territoriais, que são objeto de avaliação, bem como

dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

Os relatórios do estado do ordenamento do território são elaborados por entidades específicas consoante os diversos níveis de atuação. No âmbito nacional o Governo deve elaborar, de dois em dois anos, um relatório de avaliação a submeter à apreciação da Assembleia da República. No âmbito regional, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) desenvolve, de quatro em quatro anos, um relatório de avaliação a submeter à apreciação da respetiva tutela. No âmbito municipal, a Câmara Municipal ou a Comissão Executiva Metropolitana dos municípios associados produz, de quatro em quatro anos, um relatório de avaliação a submeter à apreciação à assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados.

Após a sua elaboração, os relatórios do estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão durante 30 dias. Se os relatórios não forem elaborados no período estabelecido, os planos e programas territoriais ficam impossibilitados de serem revistos. Sempre que ocorre a revisão dos planos e programas territoriais deve ser elaborado um REOT.

O relatório sobre o estado do ordenamento do território deve incluir indicadores qualitativos e quantitativos, permitindo assim a monitorização dos instrumentos de gestão territorial.

A elaboração do REOT é de carácter obrigatório desde 1998, contudo são poucos os documentos elaborados e avaliações realizadas. Legalmente, definiram-se sistemas de apoio para a avaliação e monitorização da política de ordenamento do território, como o Observatório de Ordenamento do Território e Urbanismo e o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT). O Observatório nunca foi operacionalizado e o SNIT encontra-se em fase de consolidação progressiva (Ferrão & Mourato, 2010).

Segundo Mourato, os relatórios elaborados a nível municipal não ascendiam a 30. São várias as justificações apresentadas para a ausência de relatórios, sendo as mais frequentes: a falha na clarificação do que consiste um REOT, a escassez de capacidade técnica para a sua execução e a não atribuição de um carácter prioritário à sua produção devido à ausência de preocupação por parte da administração central. Face a estes resultados são merecedores de destaque os municípios que produziram e apresentaram um relatório de avaliação correspondente ao seu município, mesmo sem disporem de uma estrutura e metodologia definidas para a elaboração do mesmo (Mourato, 2012).

Como já foi referido anteriormente, a avaliação dos planos e programas territoriais requer a existência de um sistema de indicadores harmonizado. Tanto a nível nacional, como aos níveis regional e municipal, têm sido definidos sistemas de indicadores para uma avaliação sistemática das dinâmicas territoriais. Verifica-se que há um défice nestes elementos de avaliação, porque inicialmente são demasiado ambiciosos, tornando-se irrealistas (Ferrão & Mourato, 2010),

Seguidamente procede-se à análise de cinco REOT inventariados no contexto da dissertação. Os REOT abordados reportam-se a diferentes níveis territoriais.

3.4.1. Âmbito nacional

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 1999

O REOT 1999 pretendeu cumprir o estipulado na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPOTU) então vigente. O relatório apresenta novas e velhas preocupações sobre o ordenamento do território em Portugal Continental e redefine orientações para as temáticas incluídas. Em cada área temática, o relatório faz referência às orientações comunitárias em matéria de desenvolvimento territorial para a União Europeia apresentadas no EDEC.

Neste relatório é dominante a preocupação com a interdependência dos diferentes tipos de organização do território, estendendo-se a outros domínios com impacte nas intervenções físicas do espaço. Concretamente, foram incluídas abordagens sobre o turismo, agricultura/floresta e também sobre o território a preservar do ponto de vista ambiental, ainda que limitando esta última abordagem à ótica do ordenamento do território. As áreas temáticas integradas no relatório são as seguintes: população; equipamentos do território (coletivos e redes de infraestruturas); desenvolvimento económico; sistema urbano; sistema agroflorestal e instrumentos de gestão territorial. Cada capítulo faz uma descrição, com o auxílio de indicadores, sobre o estado do ordenamento do território para cada área temática.

3.4.2. Âmbito regional

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território dos Açores 2003

A Direção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e a Direção Regional da Organização e Administração Pública, com a colaboração do departamento de geografia da Universidade dos Açores, desenvolveram um REOT relativo a 2001 para a Região Autónoma dos Açores (REOT-A). Em 2003 foi desenvolvido um novo REOT-A, reportando a situação até ao final desse ano.

Para uma análise sobre as opções de desenvolvimento e políticas com incidência territorial é fundamental a definição de critérios e indicadores. No âmbito do REOT-A, o modelo de indicadores sugerido assenta nos temas de desenvolvimento sustentável, proposto pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Organização das Nações Unidas. O REOT-A procurou contribuir para uma cultura de planeamento participado, informado e monitorizável.

O REOT-A é composto por sete capítulos. Em cada capítulo é realizada uma análise com o auxílio a indicadores sobre cada tema. As áreas temáticas descritas no REOT-A são as seguintes: ambiente; social e institucional; infraestruturas do território; economia; dinâmicas territoriais e gestão territorial.

3.4.3. Âmbito municipal

Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Setúbal

O REOT Setúbal resulta do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de 1994. Este relatório pretende dar resposta às *“novas realidades do Concelho, em termos sociais, económicos, culturais e ambientais, assim como ao correto ajustamento de algumas falhas e incongruências verificadas e disposições regulamentares”*. O REOT configura-se como um instrumento de avaliação e análise da estratégia definida no PDM para o município de Setúbal, relativamente ao planeamento e ordenamento do território. O REOT é constituído por nove capítulos. O relatório inclui um enquadramento sobre o sistema de gestão territorial para o âmbito supramunicipal e municipal. As áreas temáticas são descritas segundo uma estrutura comum:

1. Enquadramento
4. Avaliação sectorial (caracterização do setor até à data do PDM 94, caracterização atual, avaliação das propostas do PDM 94 e os contributos de suporte à revisão do PDM)
5. Relacionamento institucional no contexto das atribuições municipais
6. Conclusão

As áreas temáticas são as seguintes: população, habitação e aspetos sociais; acessibilidades e comunicações; saneamento e ambiente; atividades económicas; urbanismo e servidões e restrições de utilidade pública. O último capítulo do REOT inclui uma síntese crítica sobre os setores em análise e define diretrizes para o futuro, como por exemplo, a definição de novos objetivos de desenvolvimento do PDM Setúbal.

Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2015 - Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa elaborou o primeiro REOT em 2009 com a revisão do PDM de 1994. Com o PDM de 2012 em vigor, o REOT de 2015 representa uma avaliação em contínuo das políticas de ordenamento do município, pelo facto de ser produzido durante a vigência do PDM. O relatório inclui diversos indicadores cuja quantificação permitiu traçar um quadro de referência para a monitorização do PDM. Esta informação *“constitui o retrato do estado do Município, à data da sua elaboração, e pretende-se que sirva de base de referência para futuras análises que irão favorecer a tomada de decisão informada e atempada”*. O REOT é constituído por 10 capítulos. Cada um é dedicado a uma área temática e apresenta uma descrição e análise sobre a mesma. As áreas temáticas presentes no relatório são as seguintes: demografia; ambiente; edificado; equipamentos coletivos; mobilidade e

transportes; infraestruturas; atividades económicas; estrutura urbana; participação pública e regulamentação urbanística. No primeiro capítulo é realizado um enquadramento sobre a AML, município e freguesias de Lisboa. O último capítulo apresenta uma análise SWOT e uma descrição sobre as tendências no município de Lisboa.

Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Torre de Moncorvo (2017)

O REOT de Torre de Moncorvo define-se como instrumento de monitorização e avaliação do ordenamento do território e seus diversos usos. Este relatório traduz um balanço da gestão territorial que foi realizado com o objetivo de rever e coordenar as diferentes estratégias de desenvolvimento aplicadas ao município.

O relatório aborda o contexto territorial do município, tendo em consideração fatores socioeconómicos, a mobilidade e acessibilidade, o povoamento e espaço urbano, o ambiente e questões biofísicas. Nos dois primeiros capítulos do relatório é apresentado um enquadramento geral e legislativo sobre o PDM e o REOT. O terceiro capítulo é dedicado ao enquadramento geográfico do município de Torre de Moncorvo. O quarto capítulo descreve a metodologia aplicada para a produção do REOT. O quinto capítulo é o resultado da avaliação do estado do ordenamento do território do município, ou seja, consiste numa avaliação desenvolvida sobre as áreas temáticas com incidência no território. As áreas temáticas abordadas são as seguintes: população; economia; mobilidade e acessibilidade; habitação; equipamentos e serviços básicos; património; planeamento e ambiente. O último capítulo apresenta as considerações finais sobre as áreas temáticas que não alcançaram as metas estabelecidas com a aplicação do PDM, definindo novos objetivos e desafios para o futuro de acordo com a situação atual.

4. Proposta de um Sistema de Indicadores para o REOT 2018

O presente capítulo apresenta os resultados decorrentes do desenvolvimento das tarefas descritas na metodologia. Na primeira parte descrevem-se os resultados das entrevistas realizadas às entidades nacionais com competências regionais no âmbito do ordenamento do território (CCDR e SRRA). Na segunda parte descrevem-se os resultados do questionário aplicado aos municípios (as entidades nacionais com competências locais no âmbito do ordenamento do território). Na terceira e última parte apresenta-se a proposta de indicadores desenvolvida para integrar o REOT 2018.

4.1. Levantamento de relatórios que visam a caracterização do estado do ordenamento do território

4.1.1. Entrevista às entidades de âmbito regional

As entrevistas às entidades de âmbito regional (CCDR e SRRA) decorreram no mês de dezembro de 2017. No total foram realizadas sete entrevistas. A entrevista à SRRA dos Açores foi realizada presencialmente nas instalações da DGT e as restantes foram efetuadas por contacto telefónico. Os resultados obtidos estão descritos na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Tabela 4.1 - Resultados das entrevistas às entidades de âmbito regional

Região (NUTS II)	Disponibilidade do REOT	Exercícios de avaliação do ordenamento do território desenvolvidos	Existência de indicadores para monitorização do território regional	Portal que disponibiliza os indicadores
Norte	N/A	N/A	Indicadores regionais (sem data)	Portal online CCDR Norte
Centro	N/A	N/A	Caracterização Estatística (2011)	Portal online CCDR Centro
Lisboa e Vale do Tejo	N/A	Relatório de monitorização e avaliação do PROT OVT	Indicadores regionais (2011)	Portal online CCDR LVT
Alentejo	REOT Alentejo (sem data)	Relatórios intercalares	Indicadores regionais (2011)	Portal online CCDR Alentejo
Algarve	N/A	Relatórios de acompanhamento e avaliação do PROT Algarve	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2012)	Portal online CCDR Algarve
Açores	REOT Açores (2001; 2003)	Avaliação ao POOC, POBHL e POAP	Indicadores de monitorização do Ordenamento do Território (2011)	Portal do Ordenamento do Território dos Açores
Madeira	REOT Madeira (2010)	N/A	Indicadores estatísticos (sem data)	Portal da Direção Regional de Estatística da Madeira

Dos resultados apresentados constata-se que a maioria das CCDR não elaborou REOT. Inversamente, as entidades que atuam nas Regiões Autónomas revelam ter produzido pelo menos um REOT. No caso da SRRA Açores verificou-se que já foram elaborados dois REOT (2001 e 2003).

Dado que a revisão e monitorização dos instrumentos de gestão territorial constitui um exercício de avaliação do ordenamento do território, a maioria das entidades questionadas revelou ter produzido relatórios de fundamentação que resultam da revisão e monitorização dos planos/programas regionais em vigor, como é o caso da CCDR Lisboa e Vale do Tejo e CCDR Algarve, ou relatórios intercalares de avaliação aos setores com incidência no território, como é o caso da CCDR Alentejo. A SRRA Açores referiu ter produzido relatórios de avaliação de três planos especiais.

Atendendo a que os indicadores são uma ferramenta essencial para monitorizar o ordenamento do território, todas as entidades regionais desenvolveram um conjunto de indicadores para monitorização da sua área territorial, sendo que nem todos os sistemas apresentam o mesmo grau de desenvolvimento. O sistema de indicadores contempla matérias com incidência no território, como por exemplo, a população, os serviços e os equipamentos. Os sistemas de indicadores identificados estão disponibilizados no portal online de cada entidade regional.

4.1.2. Questionário às entidades de âmbito municipal

As respostas ao questionário online direcionado aos municípios portugueses foram rececionadas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. No dia 25 de janeiro de 2018 procedeu-se à sua totalização, tendo-se contabilizado a participação de 157 municípios, o que corresponde a uma taxa de participação de 51%. Uma análise das respostas ao questionário por NUTS I evidenciou que a taxa de participação foi superior em Portugal Continental (53%), em relação às Regiões Autónomas (36% para a Madeira e 32% para os Açores), como ilustrado na Figura 4.1.

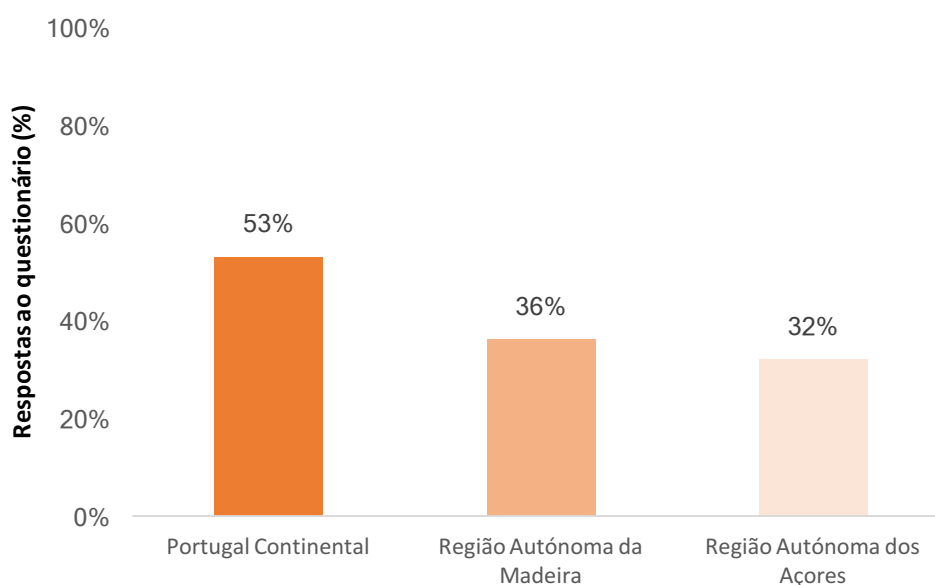


Figura 4.1 - Taxa de participação dos municípios no questionário, por NUTS I

A Tabela 4.2 revela que a adesão ao questionário foi maior nos municípios do Continente do que nos das Regiões Autónomas. O Algarve e o Alentejo foram as regiões com maior taxa de participação ao questionário.

Tabela 4.2 - Taxa de participação dos municípios por NUTS II

Região (NUTS II)	Respostas (%)
Açores	32%
Madeira	36%
Centro	49%
Norte	50%
Lisboa e Vale do Tejo	56%
Alentejo	59%
Algarve	69%

A Figura 4.2 revela a distribuição geográfica dos municípios que responderam ao questionário. Da sua análise destaca-se a inexistência de um padrão associado à distribuição espacial dos respondentes.

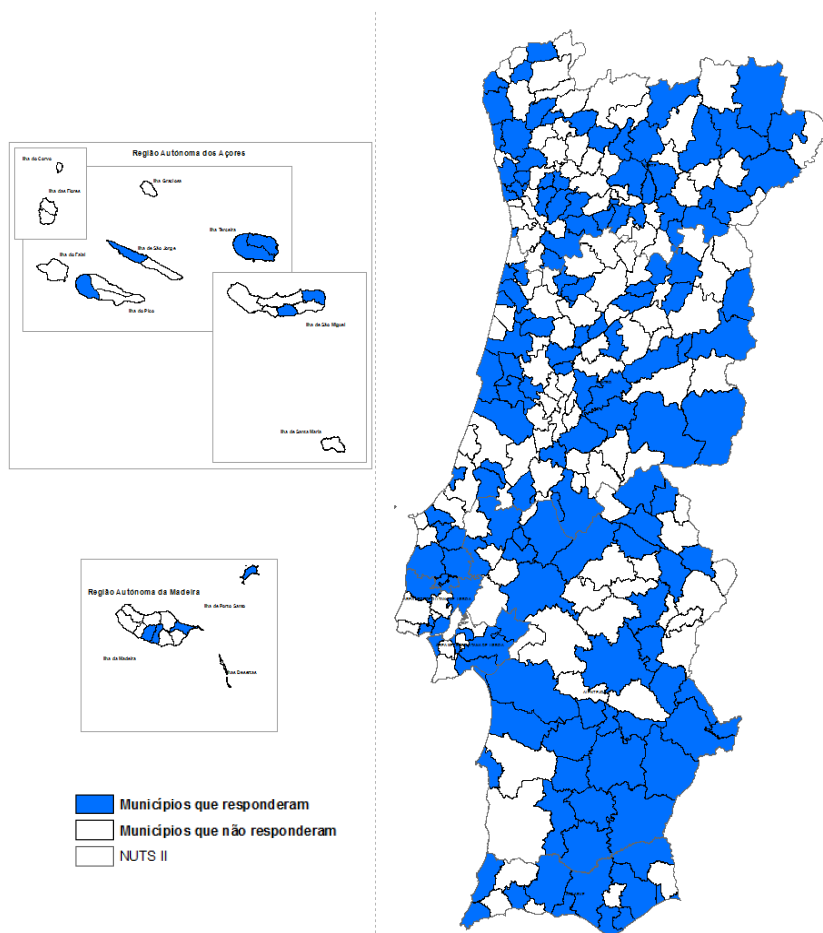


Figura 4.2 - Distribuição espacial dos municípios que responderam ao questionário

Os resultados referentes à questão do questionário “O município alguma vez elaborou/aprovou/publicou um relatório sobre o estado do ordenamento do território (previsto no nº3 do Artigo 189º do DL 80/2015 de, 14 de maio, ou em legislação anterior)?”, permitem concluir que a grande maioria dos municípios respondentes (75%) nunca elaboraram um REOT. Dos 40 municípios que já elaboraram pelo menos um REOT, apenas um pertence a uma Região Autónoma, designadamente aos Açores. A taxa de aprovação dos REOT identificados foi de 88%.

Na explanação dos motivos que conduziram à elaboração do REOT (vide Figura 4.3), a maioria dos municípios (88%) respondeu que o REOT foi produzido no âmbito da revisão e monitorização do Plano Diretor Municipal e uma pequena fração dos municípios (7%) respondeu ter desenvolvido o REOT no contexto do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Os restantes municípios (5%) apresentaram outras razões para a execução do REOT.

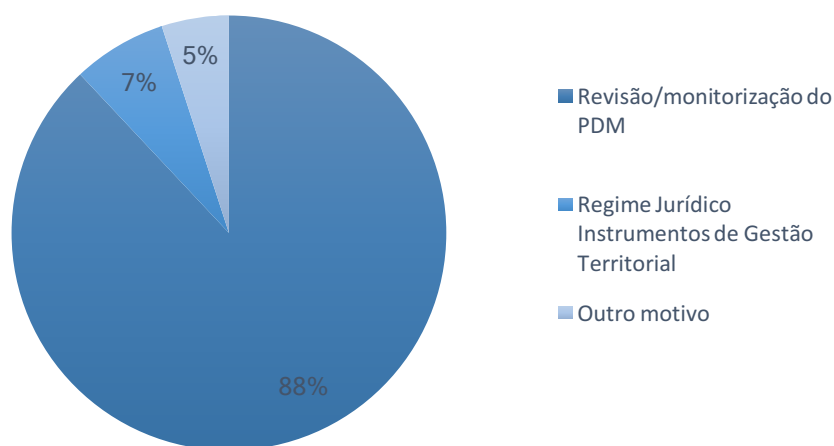


Figura 4.3 - Motivos apontados para a execução do REOT

A última questão do questionário pretendia identificar os exercícios de avaliação do ordenamento do território desenvolvidos pelos municípios, para além do REOT. A Figura 4.4 ilustra que 36% dos municípios nunca desenvolveram uma avaliação que se materializasse num documento ou num relatório. Os municípios que realizaram algum exercício de avaliação do ordenamento do território que conduziu à produção de um documento ou de um relatório representam 64% dos respondentes. Destes, 29% elaboraram um relatório de fundamentação da revisão/monitorização do Plano Diretor Municipal, 25% produziram pelo menos um REOT e 10% desenvolveram um relatório de avaliação das dinâmicas territoriais.

Avaliação do ordenamento do território

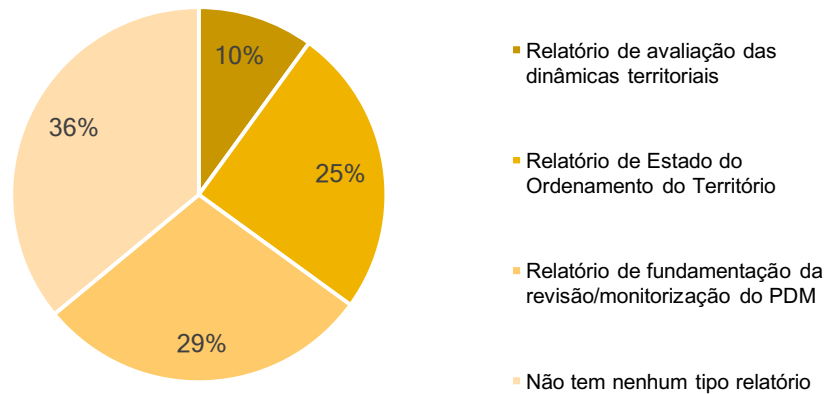


Figura 4.4 - Exercícios de avaliação do ordenamento do território desenvolvidos pelos municípios

A Figura 4.5 revela a distribuição espacial dos municípios que desenvolveram documentos de avaliação do ordenamento do território, bem como a dos que não produziram nenhum documento de avaliação.

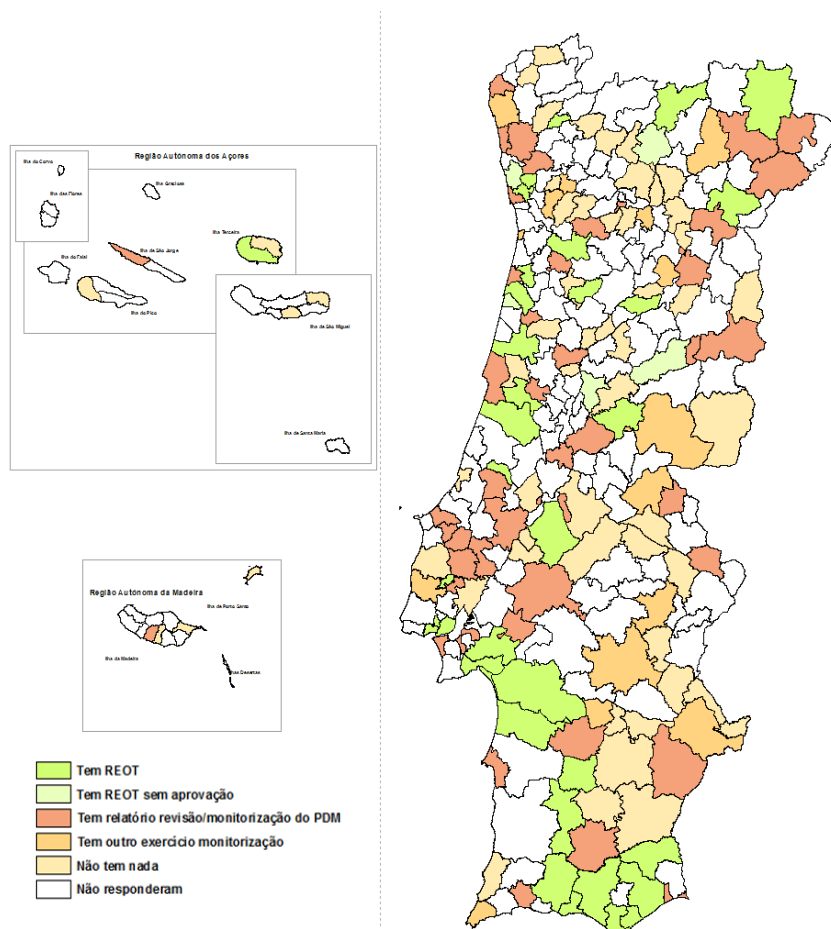


Figura 4.5 - Municípios segundo os exercícios de avaliação do ordenamento do território realizados.

4.2. Levantamento de indicadores para monitorização do estado do território e da governação territorial

Para o desenvolvimento da proposta de indicadores a incluir no REOT 2018 consultaram-se diversas fontes de informação obtidas através dos seguintes meios:

- i. Disponibilizadas pela DGT;
- ii. Identificadas através da pesquisa bibliográfica de exercícios de avaliação das políticas de ordenamento do território, desenvolvidos em Portugal e no estrangeiro;
- iii. Inventariadas através das entrevistas realizadas às CCDR e SRRA;
- iv. Disponibilizadas pelos municípios que responderam ao questionário.

A análise das fontes disponibilizadas pela DGT permitiu conhecer os indicadores utilizados nos dois REOT publicados até à data (REOT 1995 e REOT 1999), bem como diversos conjuntos de indicadores relativos ao ordenamento do território compilados pela DGT. Viabilizou igualmente a elaboração de uma proposta de indicadores destinados à monitorização do novo programa de ação do PNPOT.

A pesquisa bibliográfica conduzida a nível nacional permitiu identificar alguns documentos científicos relativos à monitorização e avaliação de políticas de ordenamento do território e possibilitou conhecer, entre outros, alguns Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) adotados por entidades municipais e regionais, os indicadores utilizados nos diversos Relatórios do Estado do Ambiente (REA), e os indicadores de base territorial publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela PORTATA. A pesquisa bibliográfica conduzida a nível internacional viabilizou a identificação dos indicadores empregues nos relatórios de monitorização/avaliação de instrumentos de gestão territorial que vigoram a diferentes escalas de atuação em três países europeus (França, Reino Unido e Espanha).

As entrevistas às entidades regionais e o questionário aos municípios facultaram o acesso a documentos de monitorização/avaliação de instrumentos de gestão territorial nacionais.

Com o recurso a uma análise comparativa e seleção dos indicadores contemplados pelos documentos acima referidos, em conformidade com os cinco requisitos descritos na Metodologia e em conjunto com a equipa interna da DGT, que se elaborou a presente proposta de indicadores. A proposta incorpora um conjunto de 172 indicadores de base territorial, classificados segundo 12 temas. A classificação temática foi desenvolvida pela própria. Atendendo que os indicadores propostos deveriam enquadrar-se nas temáticas constantes da proposta de índice do REOT 2018, cada indicador foi simultaneamente associado a um capítulo do REOT. A Figura 4.6 indica a percentagem de indicadores por tema.

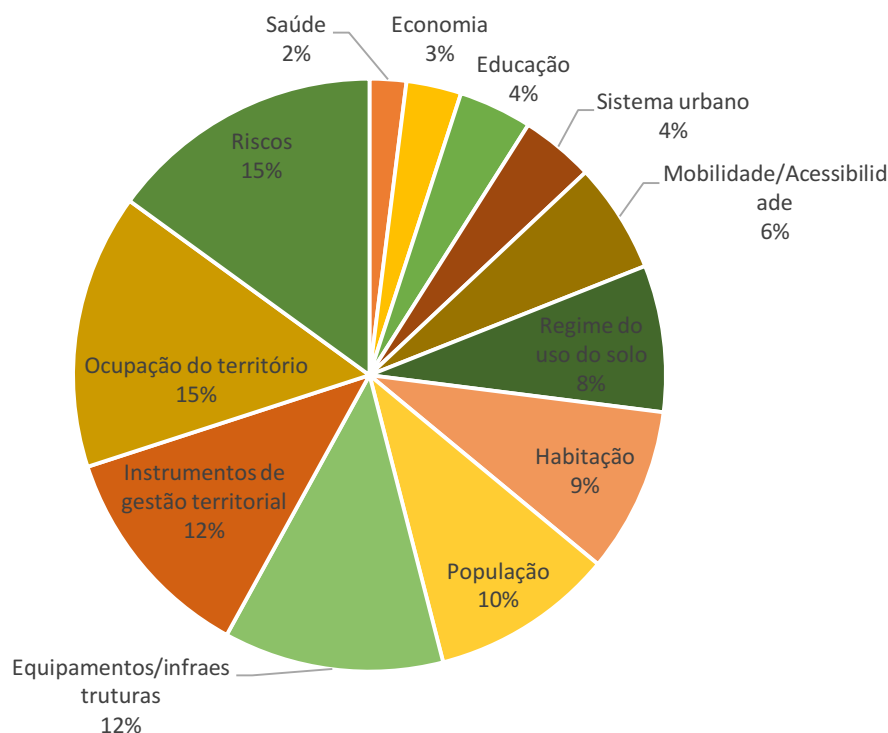


Figura 4.6 – Percentagem de indicadores por tema

Os indicadores organizados segundo os temas adotados são seguidamente apresentados em formato tabelar. Na primeira coluna de cada tabela figura um numeral (ID) utilizado para a identificação unívoca de cada indicador. Este identificador facilita a consulta da informação adicional sobre o indicador, disponibilizada no Anexo III. Para além da designação do indicador (nome abreviado a utilizar na citação do indicador), a tabela inclui uma descrição sobre o mesmo. A descrição consiste numa breve explicação sobre o indicador, informação sobre a desagregação geográfica e o período de referência.

O tema População inclui 17 indicadores, que estão associados ao capítulo do REOT “Sistema urbano e acessibilidade”. Este tema integra, entre outros, indicadores relativos à estrutura etária e sexo da população, envelhecimento, mortalidade e natalidade.

Tabela 4.3 - Indicadores associados ao tema População (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
1	Densidade populacional (à data dos Censos)	Densidade populacional, por freguesia (2011)
2	Densidade populacional (estimativa anual)	Estimativa da densidade populacional, por município (2016)
3	Variação percentual da população residente à data dos censos	Variação percentual da população residente, por município (2001-2011)
4	Variação anual da população residente estimada	Variação da população residente estimada, por município (2015-2016)

Continuação da Tabela 4.3. – Indicadores associados ao tema população

ID	Designação do Indicador	Descrição
5	Homens residentes com 14 ou menos anos	Estimativa do número de homens com 14 ou menos anos, residente por município (2016)
6	Mulheres residentes com 14 ou menos anos	Estimativa do número de mulheres com 14 ou menos anos, residente por município (2016)
7	Homens residentes de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos	Estimativa do número de homens de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos, residente por município (2016)
8	Mulheres residentes de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos	Estimativa do número de mulheres de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos, residente por município (2016)
9	Homens residentes com 65 ou mais anos	Estimativa do número de homens com 65 ou mais anos, residente por município (2016)
10	Mulheres residentes com 65 ou mais anos	Estimativa do número de mulheres com 65 ou mais anos, residente por município (2016)
11	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	Percentagem de indivíduos estrangeiros residentes por município (2011)
12	Índice de envelhecimento	Número de indivíduos com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos, por município (2016)
13	Índice de longevidade	Relação entre a população residente com 75 ou mais anos e a população residente com 65 ou mais anos, por município (2016)
14	Saldo natural	Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, por município (2016)
15	Saldo migratório	Diferença entre o número de entradas e saídas por migração (internacional ou interna), por município (2016)
16	Taxa bruta de natalidade	Número de nados vivos por 1000 habitantes, por município (2016)
17	Taxa bruta de mortalidade	Número de óbitos por 1000 habitantes, por município (2016)

O tema Habitação contém 15 indicadores, na sua maioria descrevem os edifícios e alojamentos. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Ocupação do solo, edificação e imobiliário” do REOT.

Tabela 4.4 - Indicadores associados ao tema Habitação

ID	Designação do Indicador	Descrição
18	Edifícios por tipo de utilização	Número de edifícios segundo o tipo de utilização (exclusivamente residencial; principalmente residencial; principalmente não residencial) por concelho (2011)
19	Variação percentual do número de edifícios	Variação percentual do número de edifícios, por município (2001-2011)
20	Proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados	Percentagem de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados por município (2011)
21	Alojamentos	Número de alojamentos por município (2011)
22	Variação percentual do número de alojamentos	Variação percentual do número de alojamentos, por município (2001-2011)
23	Densidade de alojamentos	Densidade de alojamentos por município (2011)
24	Número médio de alojamentos por edifício	Número médio de alojamentos por edifício, por município (2011)
25	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por época de construção	Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual por época de construção por município (2011)
26	Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados	Percentagem de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (com contrato com prazo certo, contrato de duração indeterminada, com renda social ou apoiada ou subarrendados), por município (2011)
27	Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário	Percentagem de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário, por município (2011)
28	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal	Percentagem de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou residência secundária, por município (2011)
29	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	Percentagem de alojamentos familiares clássicos vagos por município (2011)
30	Proporção de alojamentos não clássicos	Percentagem de alojamentos não clássicos (barracas, casas rudimentares de madeira, alojamentos móveis ou improvisados), por município (2011)
31	Número de áreas de reabilitação urbana	Número de áreas de reabilitação urbana, por município (2012)
32	Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares	Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares clássicos por município (2017)

O tema Mobilidade / Acessibilidade inclui 11 indicadores que versam sobre a rede viária nacional, movimentos pendulares e acessibilidade aos serviços. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Sistema urbano e acessibilidade” do REOT.

Tabela 4.5 - Indicadores associados ao tema Mobilidade / Acessibilidade

ID	Designação do Indicador	Descrição
33	Extensão da rede rodoviária nacional por tipo de rede rodoviária	Extensão da rede rodoviária nacional por tipo de rede rodoviária (Rede nacional; Rede fundamental- IPs; Rede complementar -ICs; Estradas nacionais; Estradas regionais), por distrito (2016)
34	Densidade da rede rodoviária nacional	Densidade da rede rodoviária nacional por distrito (2016)
35	Percentagem da área da unidade territorial com tempos de acesso a nós de autoestradas ou vias equiparadas igual ou superior a 30 minutos	Percentagem do território com tempos de acesso a nós de autoestradas ou vias equiparadas igual ou superior a 30 minutos, por município (2012-2013)
36	Tempo máximo de deslocação até ao hospital mais próximo	Tempo máximo de deslocação até ao hospital mais próximo, por município (2017)
37	Tempo máximo de deslocação até à farmácia mais próxima	Tempo máximo de deslocação à farmácia mais próxima, por município (2017)
38	Tempo máximo de deslocação ao tribunal mais próximo	Tempo máximo de deslocação ao tribunal mais próximo, por município (2017)
39	Percentagem da utilização de transporte individual no total de movimentos pendulares da população residente na unidade territorial	Percentagem da utilização de transporte individual no total de movimentos pendulares da população residente no município (2011)
40	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (movimentos pendulares)	Proporção da população que residindo fora do município trabalha ou estuda no município face ao total de residentes no município (2011)
42	Proporção da população que frequenta o ensino superior fora do local de residência	Percentagem da população residente na NUT III que frequenta o ensino superior e estuda fora da NUT III (2011)
43	Proporção da população empregada fora do local de residência	Percentagem da população empregada residente que trabalha fora do município (2011)

O tema Sistema urbano inclui sete indicadores sobre as cidades e a distribuição da população. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Sistema urbano e acessibilidade” do REOT.

Tabela 4.6 - Indicadores associados ao tema Sistema urbano

ID	Designação do Indicador	Descrição
44	Proporção da população segundo escalões etários, residente em áreas classificadas por tipologia urbana	Percentagem de indivíduos (com 14 ou menos anos; com 15 a 64 anos; com 65 ou mais anos) residente em área (predominantemente urbana, mediamente urbana, predominantemente rural), por NUTS III (2016)
45	População residente em cidades estatísticas	População residente em cidades estatísticas por município (2016)
46	Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes	Percentagem de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes por NUTS III (2016)
47	Índice de concentração da população residente em cidades estatísticas	Índice de concentração da população residente em cidades estatísticas por NUTS III (2015)
48	Variação percentual da população residente em áreas urbanas (2001-2011)	Variação percentual da população residente em áreas urbanas por município (2001-2011)
49	Densidade de ocupação do solo urbano	Densidade populacional em solo urbano, por município (2007; 2010)
50	Índice de primazia do sistema urbano	Relação entre a população das duas maiores cidades estatísticas por NUTS III (2016)

O tema Educação contém sete indicadores, como mostra a Tabela 4.7 que incidem sobre as habilitações literárias, o sucesso/insucesso escolar e os estabelecimentos de ensino. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Sistema urbano e acessibilidade” do REOT.

Tabela 4.7 - Indicadores associados ao tema Educação (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
51	Proporção da população residente com ensino superior completo	População residente com ensino superior completo por município (2011)
52	Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo	População residente com pelo menos o ensino secundário completo por município (2011)
53	Estabelecimentos de ensino superior por natureza institucional	Número de estabelecimentos do ensino superior, por natureza institucional (público; privado) e município (2015/2016)

Continuação Tabela 4.7 – Indicadores associados ao tema Educação

ID	Designação do Indicador	Descrição
54	Estabelecimentos de ensino não superior por natureza institucional	Número de estabelecimentos do ensino não superior por natureza institucional e NUT III (2015)
55	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	Percentagem de alunos que permanecem no mesmo ano de escolaridade no ensino básico por município (2014/2015)
56	Taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular	Percentagem de alunos que transitam ou concluem o ensino regular por município (2014/2015)
57	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo	Percentagem da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo por município (2011)

Os quatro indicadores propostos para o tema Saúde estão associados ao capítulo “Sistema urbano e acessibilidade” do REOT. Estes indicadores quantificam os serviços de saúde e os recursos especializados por habitante.

Tabela 4.8 - Indicadores associados ao tema Saúde

ID	Designação do Indicador	Descrição
58	Médicos por 1000 habitantes	Número de médicos por 1000 habitantes, por município (2016)
59	Enfermeiros por 1000 habitantes	Número de enfermeiros por 1000 habitantes, por município (2016)
60	Centros de saúde por tipo de serviço	Número de centros de saúde por tipo de serviço (com internamento; sem internamento), por município (2012)
61	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por município (2016)

O tema Economia inclui cinco indicadores. Estes versam sobre o emprego, desemprego, poder de compra e riqueza gerada. Não se identificou nenhum capítulo do REOT que pudesse ser associado aos indicadores propostos para este tema.

Tabela 4.9 - Indicadores associados ao tema Economia

ID	Designação do Indicador	Descrição
62	Produto interno bruto	Total de bens e serviços produzidos por NUT III (2016)
63	Taxa de emprego	Relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade), por município (2011)
64	Percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos	Percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional relativa ao total da população com 15 a 64 anos residente no município (2016)
65	Empresas por atividade económica (CAE Rev. 3)	Número de empresas por atividade económica (CAE Rev. 3), por município (2015)
66	Poder de Compra per capita	Poder de Compra per capita, por município (2015)

O tema Ocupação do território inclui 26 indicadores direcionados para áreas protegidas, floresta, áreas agrícolas, artificialização do território e tecido urbano. Uma parte dos indicadores deste tema (ID 67 a 83) está associada ao capítulo “Sistema natural e agroflorestal” do REOT. A outra parte (ID 84 a 92) está associada ao capítulo “Ocupação do solo, edificação e imobiliário” do REOT.

Tabela 4.10 - Indicadores associados ao tema Ocupação do território (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
67	Percentagem do território ocupada por áreas protegidas	Percentagem da área do município ocupada por áreas protegidas (2016)
68	Percentagem do território ocupada por Rede Natura 2000	Percentagem da área do município ocupada por Rede Natura 2000 (2016)
69	Percentagem do território ocupada por áreas classificadas	Percentagem da área do município ocupada por áreas classificadas (2016)
70	Percentagem do território ocupada por floresta	Percentagem da área do município ocupada por floresta (2015)
71	Variação percentual das áreas ocupadas por floresta	Variação percentual das áreas ocupadas por floresta por município (1995-2015)
72	Percentagem do território sujeito a regime florestal abrangido por Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)	Proporção das áreas sujeitas a regime florestal, integradas em ZIF, por município (2017)

ID	Designação do Indicador	Descrição
73	Percentagem do território ocupada por pinheiro bravo	Percentagem da área do município ocupada por pinheiro bravo (2015)
74	Percentagem do território ocupada por eucalipto	Percentagem da área do município ocupada por eucalipto (2015)
75	Percentagem do território ocupada por sobreiro	Percentagem da área do município ocupada por montado de sobreiro (2015)
76	Percentagem do território ocupada por áreas agrícolas e agro-florestais	Percentagem da área do município ocupada por áreas agrícolas e agro-florestais (2015)
77	Variação percentual das áreas agrícolas	Variação percentual das áreas agrícolas por município (1995-2015)
78	Variação percentual das áreas ocupadas por territórios agro-florestais	Variação percentual das áreas ocupadas por territórios agro-florestais por município (1995-2010)
79	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por habitante	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por habitante, por município (2009)
80	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média por exploração	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média por exploração, por freguesia (2009)
81	Percentagem do território ocupada por florestas e meios naturais e semi-naturais	Percentagem da área do município ocupada por florestas e meios naturais e semi-naturais (2007; 2010)
82	Percentagem do território ocupada por zonas húmidas e corpos de água	Percentagem da área do município ocupada por zonas húmidas e corpos de água (2007; 2010)
83	Percentagem do território ocupada por zona de caça	Percentagem da área do município ocupada por zona de caça (2017)
84	Densidade populacional nas áreas do sistema nacional de áreas classificadas (SNAC)	Densidade populacional nas áreas do SNAC, por município (2011)
85	Percentagem do território artificializado	Percentagem da área do município ocupada por territórios artificializados (2007; 2010)
86	Território artificializado per capita	Área do município ocupada por territórios artificializados por habitante (2007; 2010)
87	Variação percentual das áreas ocupadas por territórios artificializados	Variação percentual das áreas ocupadas por territórios artificializados por município (1995-2015)
88	Percentagem do território ocupada por tecido urbano	Percentagem da área do município ocupada por tecido urbano (2007; 2010)
89	Espaço verde urbano por habitante	Área de espaço verde urbano por habitante, por município (2010)

Continuação Tabela 4.10 - Indicadores associados ao tema Ocupação do território

ID	Designação do Indicador	Descrição
90	Percentagem do território ocupada por espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	Percentagem da área do município ocupada por espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas (2007; 2010)
91	Percentagem do território ocupada por indústria, comércio e transportes	Percentagem da área do município ocupada por indústria, comércio e transportes (2007; 2010)
92	Percentagem do território ocupada por áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Percentagem da área do município ocupada por áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção (2007; 2010)

O tema Regime do uso do solo inclui 14 indicadores que na sua maioria descrevem a classificação e qualificação do solo atribuída pelo Plano Diretor Municipal em vigor. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Instrumentos de planeamento e gestão do uso e transformação do solo” do REOT.

Tabela 4.11 - Indicadores associados ao tema Regime do uso do solo (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
93	Percentagem de solo rústico	Percentagem de área ocupada pela classe solo rústico, por município (1990-2018)
94	Percentagem de espaço agrícola ou florestal no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por espaço agrícola ou florestal, por município (1990-2018)
95	Percentagem de espaço natural no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço Natural, por município (1990-2018)
96	Percentagem de espaço de ocupação turística no solo rústico	Percentagem de espaço de ocupação turística em área do solo rústico, por município (1990-2018)
97	Percentagem de espaço para equipamentos e infra-estruturas no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço para Equipamentos e Infra-estruturas, por município (1990-2018)
98	Percentagem de espaço de atividades industriais no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço de atividades industriais, por município (1990-2018)
99	Percentagem de espaço de explorações de recursos geológicos no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço de exploração de recursos geológicos, por município (1990-2018)
100	Percentagem de solo urbano	Percentagem de área ocupada pela classe Solo Urbano por município (1990-2018)
101	Percentagem de solo urbanizado	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Solo Urbanizado, por município (1990-2018)

ID	Designação do Indicador	Descrição
102	Percentagem de solo urbanizável	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Solo Urbanizável, por município (1990-2018)
103	Percentagem de espaço de atividades económicas no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço de Atividades Económicas, por município (1990-2018)
104	Percentagem de espaço verde no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço Verde, por município (1990-2018)
105	Percentagem de espaço de uso especial por tipo de uso no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço de Uso Especial (equipamentos e infra-estruturas; turismo) por tipo de uso, por município (1990-2018)
106	Solo classificado como urbano no PDM em vigor que em 2010 não estava ocupado por territórios artificializados	Percentagem de solo classificado como urbano no PDM em vigor, que em 2010 não estava ocupado por territórios artificializados (nível 1 COS) por município (2010)

O tema Instrumentos de Gestão Territorial inclui 21 indicadores relativos aos planos/programas que vigoram aos diferentes níveis de atuação territorial. Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Instrumentos nacionais de programação da política de ordenamento” do REOT.

Tabela 4.12 - Indicadores associados ao tema Instrumentos de gestão territorial (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
107	Número de Planos/Programas Setoriais em vigor	Número de Planos/Programas Setoriais (PS) em vigor - Portugal Continental (2018)
108	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Setoriais em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Setoriais (PS) em vigor - Portugal Continental (2018)
109	Número de Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor	Número de Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor - Portugal Continental (2018)
110	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor - Portugal Continental (2018)
111	Número de Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território em vigor	Número de Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em vigor - Portugal Continental (2018)

Continuação Tabela 4.12 - Indicadores associados ao tema Instrumentos de gestão territorial (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
112	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em vigor - Portugal Continental (2018)
113	Número de Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território em vigor	Número de Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) em vigor, por NUT II (2018)
114	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) em vigor, por NUT II (2018)
115	Número de Planos Diretores Municipais em vigor correspondente a 1ª publicação	Número de Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor correspondente a 1ª publicação, por NUT III (2018)
116	Número de Planos Diretores Municipais em vigor correspondente a revisão	Número de Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor correspondente a revisão (1ª, 2ª, 3ª, ...), por NUT III (2018)
117	Tempo de vigência do Plano Diretor Municipal	Tempo de vigência dos Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor, por município (2018)
118	Número de Planos de Urbanização em vigor	Número de Planos de Urbanização (PU) em vigor, por município (2018)
119	Percentagem do território abrangida pelos Planos de Urbanização em vigor	Percentagem do território coberta por Planos de Urbanização (PU) em vigor, por município (2018)
120	Número de Planos de Pormenor em vigor	Número de Planos de Pormenor (PP) em vigor, por município (2018)
121	Percentagem do território abrangida pelos Planos de Pormenor em vigor	Percentagem do território coberta por Planos de Pormenor (PP) em vigor, por município (2018)
122	Duração do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais já revistos	Duração do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) já revistos, por município (2018)
123	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: alterações	Número de alterações do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)
124	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: Suspensões	Número de suspensões do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)

Continuação Tabela 4.12 - Indicadores associados ao tema Instrumentos de gestão territorial

ID	Designação do Indicador	Descrição
125	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: outros atos, excluindo alterações e suspensões	Número de outros atos de dinâmica (excluindo alterações e suspensões) do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)
126	Plano Diretor Municipal com revisão em curso	Plano Diretor Municipal (PDM) com revisão em curso, por município (2018)
127	Número de revisões do Plano Diretor Municipal	Número de revisões do Plano Diretor Municipal (PDM) havidas, por município (2018)

O tema Equipamentos e infraestruturas inclui 20 indicadores sobre equipamentos ou infraestruturas sociais, culturais, turismo, energia e água. Os indicadores listados foram associados ao capítulo “Sistema urbano e acessibilidade” do REOT.

Tabela 4.13 - Indicadores associados ao tema Equipamentos e infraestruturas (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
128	Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância	Taxa de cobertura das respostas sociais (crescer e amas) para a 1ª infância, por município (2015)
129	Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas	Taxa de cobertura das respostas sociais (centro de dia; estrutura residencial para pessoas idosas; serviço de apoio domiciliário) para pessoas idosas, por município (2015)
130	Bibliotecas	Número de bibliotecas por NUT II (2003)
131	Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária	Número de galerias de arte e outros espaços de exposição temporária por município (2016)
132	Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários	Número de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por município (2011)
133	Despesas em atividades e em equipamentos desportivos	Despesas dos municípios em atividades e equipamentos desportivos (2016)
134	Percentagem de alojamentos com cobertura de redes de nova geração em local fixo (FTTH/B e EuroDOCSIS 3.0)	Cobertura de redes de nova geração em local fixo: alojamentos cablados com FTTH/B e EuroDOCSIS 3.0 por município (2017)
135	Penetração de acessos residenciais à Internet em banda larga	Distribuição geográfica da penetração de acessos residenciais à Internet em banda larga por município (2017)
136	Estabelecimentos de alojamento local	Número de estabelecimentos de alojamento local inscritos no Registo Nacional de Turismo por município (2017)

Continuação Tabela 4.13 - Indicadores associados ao tema Equipamentos e infraestruturas

ID	Designação do indicador	Descrição
137	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros	Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar num determinado período, por município (2016)
138	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, por município (2011; 2016)
139	Variação percentual do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Variação percentual do número de dormidas (estrangeiras e nacionais) em estabelecimentos hoteleiros por município (2011-2016)
140	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante por município (2015)
141	Consumo de energia elétrica por setor de atividade económica	Consumo de energia elétrica por setor atividade económica (Agricultura e Pesca; Indústrias extrativas; Indústrias transformadoras; Construção; Eletricidade, gás e água; Comércio pro grosso e retalho; Restauração e Alojamento; Transportes; Bancos e Seguros; Outros) por município (2015)
142	Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo	Número de consumidores de energia elétrica por município e tipo de consumo (Total; Doméstico; Não Doméstico; Indústria; Agricultura; Outros) por município (2015)
143	Consumo de combustível automóvel por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante, por município (2015)
144	Consumo de água por habitante	Quantidade de água consumida por habitante, por município (2009)
145	Qualidade da água para consumo humano	Estado de qualidade da água para consumo humano por parâmetro de qualidade: Proporção de análises em incumprimento, por NUT III (2016)
146	População servida por sistema de abastecimento de água	Percentagem da população servida por sistema de abastecimento de água por município (2009)
147	Perdas de água	Quantidade de água que é captada, mas não chega a ser consumida, por município (2012)

O tema Riscos possui 25 indicadores para diferentes categorias de risco (gerais, extremos de temperatura, qualidade do ar, erosão costeira, estabelecimentos com substâncias perigosas, incêndios florestais, inundações, inundações por tsunamis, movimento de massa em vertentes e sismos). Os indicadores deste tema estão associados ao capítulo “Riscos e alterações climáticas” do REOT.

Tabela 4.14 - Indicadores associados ao tema Riscos (continua)

ID	Designação do Indicador	Descrição
148	Número de ocorrências anuais por tipo de acidente natural	Número de ocorrências anuais de acidentes naturais por tipo de acidente (incêndios florestais; extremos de temperatura; inundações; movimentos de massa; sismos e tsunamis; erupções vulcânicas; ...) - Portugal (2000-2017)
149	Número de pessoas afetadas anualmente por tipo de acidente natural	Número de indivíduos anualmente afetados por acidentes naturais por tipo de acidente - Portugal (2000-2017)
150	Número de perdas humanas anuais por tipo de acidente natural	Número de mortes anuais com origem em acidentes naturais, por tipo de acidente - Portugal (2000-2017)
151	Estimativa de perdas materiais anuais por tipo de acidente natural	Perdas materiais anuais originadas por acidentes naturais, por tipo de acidente - Portugal (2000-2017)
152	Densidade populacional na zona litoral	Densidade de habitantes na zona litoral (2 km) por município (2011)
153	Densidade de edifícios na zona litoral	Densidade de edifícios na zona litoral (2 km) por município (2011)
154	Habitantes por bombeiro	Número de habitantes por bombeiro, por município (2016)
155	Número de ondas de calor nos meses de Verão	Número de ondas de calor nos meses de Verão (junho, julho, agosto), por município (1981-2011)
156	Número de ondas de frio nos meses de Inverno	Número de ondas de frio nos meses de Inverno, por município (2017?)
157	Número de dias anuais com Índice Qualidade do Ar Mau ou Fraco	Número de dias no ano com Índice de Qualidade do Ar Mau ou Fraco por NUTS II (2017)
158	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral baixo e arenoso	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral baixo e arenoso por município (201?)
159	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral de arribas	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral de arribas por município (201?)
160	Número de estabelecimentos com substâncias perigosas, de nível superior e inferior de perigosidade	Estabelecimentos com substâncias perigosas, de nível superior ou inferior de perigosidade (abrangidos pelo DL 150/2015 - SEVESO III) por município (2015)

Continuação Tabela 3.14 - Indicadores associados ao tema Riscos

ID	Designação do Indicador	Descrição
161	Área ardida em incêndio florestal	Área ardida em incêndio florestal por município (2015; 2016; 2017)
162	Número de incêndios florestais	Número de incêndios florestais por município (2015; 2016; 2017)
163	Área média por incêndio florestal	Proporção entre a área ardida e o número de incêndios florestais, por município (2015; 2016; 2017)
164	Percentagem do território classificado com alta e muito alta perigosidade de incendio florestal	Percentagem do território municipal afeta a alta e muito alta perigosidade de incêndio florestal por município (2017)
165	População residente em zonas suscetíveis a inundação	Número de residentes em áreas suscetíveis a inundações por município (2014)
166	Edifícios situados em zonas suscetíveis a inundações	Número de edifícios situados em áreas suscetíveis a inundações por município (2014)
167	Área das zonas inundáveis de média probabilidade de ocorrência (T=100) dos PGRI	Superfície territorial ocupada por áreas inundáveis (inundação fluvial) de média probabilidade de ocorrência (Período de Retorno de 100 anos) por NUT II (2015) dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações
168	Área do território com suscetibilidade à inundação costeira em cenário de alterações climáticas (cenário FC_2, 2025)	Superfície territorial ocupada por áreas com suscetibilidade à inundação costeira em cenário de alterações climáticas (cenário FC_2, 2025) por município (2025)
169	Extensão da linha de costa suscetível ao risco de inundação por tsunami	Extensão da linha de costa suscetível ao risco de inundação por tsunami por município (2007)
170	Área suscetível a movimentos de massa em vertentes	Superfície territorial ocupada por áreas com suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes por município (2007)
171	Extensão dos troços de cursos de água com suscetibilidade elevada a ruturas de barragens	Extensão dos troços de cursos de água classificados com suscetibilidade elevada a ruturas de barragens por município (201?)
172	Área sujeita a vulnerabilidade sísmica	Superfície territorial sujeita a vulnerabilidade sísmica dos solos por município (2007)

5. Discussão dos resultados obtidos

O presente capítulo sintetiza os resultados obtidos no trabalho desenvolvido para a elaboração da dissertação.

À escala internacional observou-se resultados interessantes no que se refere ao desenvolvimento de relatórios de avaliação de ordenamento do território. Nos três países em análise (França, Reino Unido e Espanha) não se identificaram REOT de âmbito nacional com as características do REOT que a DGT pretende elaborar em 2018. Os documentos internacionais produzidos por entidades com competências de âmbito nacional são de natureza mais estratégica e usualmente não utilizam indicadores para avaliação e monitorização das políticas prosseguidas.

Os relatórios internacionais identificados foram produzidos por entidades com competências similares às detidas em Portugal pela CCDR, comunidades intermunicipais e municípios. Estes relatórios (relatório de avaliação do SCOT da metrópole de *Savoie*, relatório de avaliação anual do plano local de *Cambridge* e relatório de sustentabilidade sobre o plano geral de *Benigánim*) possuem uma estrutura similar, ou seja, descrevem o estado do ordenamento do território para um período de avaliação, com recurso a indicadores, apresentam uma estratégia para atingir os objetivos propostos nos planos territoriais e definem novos objetivos e metas para o ordenamento do território, com base na avaliação e monitorização efetuada.

À escala nacional, a revisão da literatura permitiu compreender que até ao momento foram produzidos quatro REOT de âmbito nacional, designadamente em 1994, 1995, 1997 e 1999. A análise dos dois últimos relatórios (REOT 97 e REOT 99) revelou que, embora se realize uma avaliação do estado do ordenamento com recurso a indicadores, os documentos são mais estratégicos do que os REOT identificados para os níveis regional e municipal.

A identificação dos exercícios nacionais de avaliação do ordenamento do território de âmbito regional e municipal foi levada a cabo pela realização de entrevistas e aplicação de um questionário desenvolvido pela própria. As respostas disponibilizadas pelas entidades regionais responsáveis pelo ordenamento do território revelaram que as duas SRRA já produziram pelo menos um REOT, mas a grande maioria das CCDR nunca produziu um REOT.

Os exercícios de avaliação do ordenamento do território frequentemente desenvolvidos pela maioria das entidades regionais estão associados à revisão de planos/programas regionais de ordenamento do território. Constatou-se igualmente que todas as entidades regionais dispõem de um conjunto de indicadores para monitorização do território.

A participação dos municípios portugueses no questionário foi superior no Continente (53%) em relação às Regiões Autónomas (36% na Madeira e 32% nos Açores). As regiões do Continente com maior taxa de participação foram o Algarve (59%) e Alentejo (69%).

A grande maioria dos municípios respondentes (75%) nunca elaborou um REOT. Os municípios que já produziram um REOT situam-se maioritariamente em Portugal Continental. Nas Regiões Autónomas, apenas um município declarou ter produzido um REOT. A revisão e monitorização do plano diretor municipal (88%) foi a principal razão apontada para a elaboração do REOT. Alguns dos REOT municipais identificados foram produzidos muito recentemente, como é o caso de Lisboa (2015) e de Torre de Moncorvo (2017).

Os REOT municipais mais recentes incluem indicadores para monitorizar o território e, tal como os REOT internacionais, indicam uma estratégia a ser adotada para alcançar os objetivos propostos no plano territorial. Se as alterações no território forem significativas são definidos novos objetivos para os setores com incidência no território em que ocorreram essas variações.

Apesar da escassez de REOT municipais identificados, a maioria dos municípios respondentes já efetuou pelo menos um exercício de avaliação ao estado do ordenamento do território da qual resultou um documento ou um relatório (64%). Contudo, ainda é considerável a proporção de municípios que respondeu não ter efetuado algum tipo de avaliação ao ordenamento do território (36%). A Tabela 5.1 - Síntese dos resultados obtidos pelo questionário apresenta os resultados obtidos pelo questionário realizado aos municípios portugueses.

Tabela 5.1 - Síntese dos resultados obtidos pelo questionário

Participação dos municípios (%)	51%
Portugal Continental (%)	53%
Região Autónoma da Madeira (%)	36%
Região Autónoma dos Açores (%)	32%
Municípios respondentes (%)	
Efetuaram uma avaliação ao ordenamento do território	64%
- REOT	25%
- Outro relatório	39%
Não efetuaram uma avaliação ao ordenamento do território	36%
Motivo de execução do REOT (%)	
Revisão / monitorização do PDM	88%
Regime Jurídico Instrumentos de Gestão Territorial	7%
Outro	5%

A proposta de indicadores apresentada para o REOT 2018 contém 172 indicadores, classificados por 12 temas com incidência no território, como mostra a Tabela 5.2.

Tabela 5.2 – Percentagem de indicadores por tema

Tema	Indicador (%)
Saúde	2%
Economia	3%
Educação	4%
Sistema urbano	4%
Mobilidade/Acessibilidade	6%
Regime do uso do solo	8%
Habitação	9%
População	10%
Equipamentos/Infraestruturas	12%
Instrumentos de Gestão Territorial	12%
Ocupação do território	15%
Riscos	15%

A proposta preliminar contou com mais de 200 indicadores, um número elevado para integrar o REOT. O número total de indicadores foi discutido em conjunto com a equipa interna da DGT de forma a reduzir o número inicial de indicadores. Não foi definido nenhum critério específico para a escolha do número final de indicadores, mas a disponibilidade e sistematização de dados e a facilidade de leitura / interpretação foram critérios com influência na redução do número de indicadores. No início foi discutido que o número total de indicadores deveria ser inferior a 150, todavia este requisito não foi satisfeito pelo facto de se poder eliminar indicadores relevantes para o REOT. O número final de indicadores a integrar no REOT pode ainda ser reduzido por parte da DGT.

A construção da proposta de indicadores não esteve de acordo com os modelos conceituais descritos no primeiro capítulo devido ao tempo limitado para a realização do presente estudo, por isso optou-se por um levantamento de todos os sistemas de indicadores nacionais, regionais e locais e alguns estudos de base científica, procedendo-se a uma seleção criteriosa dos indicadores recolhidos, por parte da equipa da DGT constituída para o efeito.

Não foi possível definir uma equipa multi-interdisciplinada, a seleção dos indicadores não contou com a participação direta de elementos dos vários setores apesar de a sua participação estar implícita nos indicadores recolhidos nos relatórios e sistema de indicadores em análise. Em algumas situações não foi possível incluir indicadores para um período de referência mais atual e indicadores com a desagregação geográfica privilegiada (municipal), devido à inexistência de informação para todo o território nacional e produção irregular. Neste contexto verificou-se, por exemplo, que no âmbito da

implementação de políticas e estratégias de incidência territorial, alguns municípios produzem informação específica que não existe para os demais municípios. Este facto conduziu à exclusão de alguns indicadores inicialmente selecionados para integrar a proposta.

Os temas da proposta de indicadores não contêm todos o mesmo número de indicadores, alguns têm apenas quatro indicadores (saúde, economia), enquanto outros apresentam mais de dez indicadores (Regime do uso do solo, Instrumentos de Gestão Territorial), isto deve-se à ausência de informação disponibilizada por parte de alguns setores.

6. Conclusão

O presente capítulo sintetiza o trabalho desenvolvido no decorrer da elaboração da dissertação. A dissertação teve como principal objetivo elaborar uma proposta de indicadores para integração no REOT de âmbito nacional a ser publicado pela DGT em 2018. Este objetivo originou a necessidade de conhecer o trabalho já desenvolvido pelas instituições públicas nacionais responsáveis pela avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial, bem como de conhecer exercícios de avaliação e monitorização similares produzidos noutros países europeus.

O desenvolvimento deste trabalho consistiu em quatro fases. Na primeira fase procedeu-se à análise do enquadramento legislativo que institui a obrigatoriedade da execução de REOT em Portugal. A segunda fase incidiu na consulta de bibliografia sobre exercícios de avaliação das políticas de ordenamento do território, a nível nacional e internacional. Numa terceira fase procedeu-se à conceção e desenvolvimento de instrumentos que viabilizassem a recolha de informação sobre os relatórios desenvolvidos e os indicadores produzidos por entidades nacionais (de âmbito regional e municipal) responsáveis pela monitorização de políticas/programas de ordenamento do território. Para o nível regional delineou-se um questionário que apoiou a realização de entrevistas. Para o nível municipal desenvolveu-se um questionário que viria a ser disponibilizado online. A última fase foi direcionada para o desenvolvimento de uma proposta de indicadores para integração no REOT. A proposta contempla um conjunto de indicadores que descrevem o estado do território e as diversas dinâmicas territoriais verificadas até 2018.

A nível internacional verificou-se que a produção de relatórios de avaliação do estado do ordenamento do território é um exercício comum, com o recurso a indicadores para monitorizar o território. Contudo, não foram encontrados relatórios de avaliação do estado do ordenamento do território de França, Reino Unido e Espanha a nível nacional. Em Portugal foram produzidos alguns REOT de âmbito nacional na década de 90, porém esse exercício deixou de ser uma prática regular nos anos seguintes até aos dias de hoje. A nível regional as entidades responsáveis mostram trabalho realizado nesta matéria, através da execução de exercícios de avaliação ao estado do ordenamento do território com a elaboração de REOT e outros relatórios de avaliação. Os municípios portugueses têm contribuído para a prática de avaliação do ordenamento do território, alguns já produziram mais do que um REOT e outros têm realizado exercícios de avaliação. Contudo ainda existem muitos municípios que nunca efetuaram nenhum tipo de avaliação ao ordenamento do território.

A proposta de indicadores com integração no REOT a ser elaborado pela DGT em 2018 contém 172 indicadores, divididos por 12 temas. Através de uma análise comparativa e seleção dos indicadores contemplados na literatura sobre avaliação e monitorização do ordenamento do território, em conformidade com os cinco requisitos descritos na Metodologia e em conjunto com a equipa interna da DGT, elaborou-se a presente proposta de indicadores.

Após a realização deste trabalho é possível constatar que os objetivos definidos acima foram alcançados. A pesquisa e análise a nível internacional e nacional possibilitou conhecer a realidade de Portugal e de alguns países europeus (França, Reino Unido e Espanha) relativamente à avaliação e monitorização do ordenamento do território. Com o auxílio de dois questionários conseguiu-se conhecer o trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis pelo ordenamento do território a nível regional e municipal. A proposta de indicadores a integrar no REOT foi elaborada com base numa metodologia descrita anteriormente.

A avaliação e monitorização dos instrumentos de gestão territorial é um exercício fundamental para alcançar a sustentabilidade do território. No futuro a DGT, entidade responsável pelo ordenamento do território a nível nacional, pode definir orientações sobre a estrutura, metodologia e conteúdo dos REOT para o nível regional e municipal e desenvolver um sistema de indicadores direcionado para o ordenamento do território, ajustável ao nível regional e municipal. A CCDR e SRRRA, entidades responsáveis pelo ordenamento do território a nível regional, podem desenvolver um sistema de indicadores que permita uma interação entre as escalas regional e municipal na avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Por último propõe-se um trabalho conjunto das entidades responsáveis pelo ordenamento do território com o objetivo de estabelecer uma relação entre os REOT de diferentes âmbitos e promover-se a produção de REOT no período de tempo definido pela lei.

7. Referências bibliográficas

7.1. Referências bibliográficas

- Agência Portuguesa do Ambiente. (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - SIDS PORTUGAL*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Dez2007.pdf
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2008). *Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território em Portugal: 20 anos*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REAOT_20anos.pdf
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2009). *SIDS Portugal indicadores-chave 2009*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2016). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2015*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/reot/1/REOT_texto.pdf
- Câmara Municipal de Setúbal. (2004). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.
- Cambridge City Council (2016). *Annual Monitoring Report 2016*. Cambridge: Cambridge City Council. Disponível em: https://www.cambridge.gov.uk/sites/default/files/201516_amr_-_final_v3a_amended_with_trajectory.pdf
- Campos, V., & Ferrão, J. (2015). *O Ordenamento do Território: uma perspetiva cronológica (ICS Working Papers, 1, 2015)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20716/1/ICS_JFerrao_Ordenamento_WPN.pdf
- CCDR-LVT. (2009). *A Região de Lisboa e Vale do Tejo em Números*. Lisboa: Centro de Observação das Dinâmicas Regionais. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/files/aa5aee7dbcf2c48dd421e4c324944faf.pdf>
- Coelho, P., Mascarenhas, A., Vaz, P., Dores, A., & Ramos, T. B. (2010). A framework for regional sustainability assessment: Developing indicators for a Portuguese region. *Sustainable Development*, 18(4), 211–219
- Condesso, F. R. (2005). *Ordenamento do Território*. Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 964 [972 -8726-50-3].
- Costa, D., & Pereira, S. (2015). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Territorial*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. Disponível em: http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/ESTATISTICAS/sidt_2015.pdf
- Daly, G., Gonzalez, A., Gleeson, J., McCarthy, E., Adams, N., Pinch, P., . . . Livina, A. (2013). *KITCASP Key Indicators for Territorial Cohesion and Spatial Planning | Part D | Appendix F | (Draft) Final Report*. Luxembourg: ESPON Monitoring Committee. Disponível em: https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/D_KITCASP_Draft_Final_Report_Appendix_C_Relevant_ESPON_Indicator_sets_V3_31.07.13.pdf
- Department for Communities and Local Government. (2012). *National Planning Policy Framework*. London: Government UK. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/6077/2116950.pdf

- Department for Communities and Local Government. (2015). *Plain English Guide to the planning system*. London: Government UK. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/391694/Plain_English_guide_to_the_planning_system.pdf
- Desjardins, X., & Lamarlière, I. G. (2016). *L'aménagement du territoire en France*. 2ª edição. pp. 184. La Documentation française.
- DGOTDU. (2000). *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Direção Geral do Ambiente. (2000). *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Direção Geral do Ambiente. Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Proposta2000.pdf
- Direção-Geral do Território. (2013). *Elaboração de um sistema de acompanhamento e avaliação do funcionamento do Sistema de Gestão Territorial - Relatório Preliminar*. Lisboa: Direção-Geral do Território.
- Direção-Geral do Território. (2017). *PNPOT ALTERAÇÃO | DIAGNÓSTICO*. Lisboa: Direção-Geral do Território.
- EUROSTAT. (2017). *Sustainable development in the European Union. Monitoring Report on Progress Towards the SDGS in an EU context*. European Commission, Luxembourg. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/8461633/KS-04-17-780-EN-N.pdf/f7694981-6190-46fb-99d6-d092ce04083f>
- Fernandes, A. C., Guerra, M. D., Ribeiro, R., & Rodrigues, S. (2017). *Relatório do Estado do Ambiente 2017*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/REA/REA2017/RelatorioEstadoAmbiente2017.pdf>
- Ferrão, J., & Mourato, J. (2010). A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania - O Caso da Política de Ordenamento do Território em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 12, pp. 9-28. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4502/1/rev_ANPUR_v12_n1.pdf
- Gestão Integrada de Projetos e Planeamento. (2017). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Torre de Moncorvo*. pp. 71. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- Gomes, A. M., Rego, J. S., Antunes, L., Carvalho, L. S., Albuquerque, M., Giestas, M., . . . Cartaxo, T. d. (2015). *Uma Visão Integrada para o Território*. Lisboa: Direção-Geral do Território. Disponível em: [http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-10/2015-10-22173923_54ab20bb-0b19-4b78-b3b7-038c54e07421\\$\\$466C622B-84E8-4957-B11E-25B916C851FB\\$\\$03EA35CD-0693-4037-9B3B-DF65DE6F4496\\$\\$File\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-10/2015-10-22173923_54ab20bb-0b19-4b78-b3b7-038c54e07421$$466C622B-84E8-4957-B11E-25B916C851FB$$03EA35CD-0693-4037-9B3B-DF65DE6F4496$$File$$pt$$1.pdf)
- Gusmão, C. (2013). *Sistema de Monitorização do Funcionamento do Sistema de Gestão Territorial - Relatório da 2ª Etapa*. Lisboa: Direção-Geral do Território.
- Lobo, M. C., Pardal, S. C., Correia, P. V., & Lobo, M. S. (1995). *Normas Urbanísticas. Princípios e Conceitos Fundamentais (Volume I) (2ª ed., Vol. I)*. pp. 56. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Lopes, C. (2013). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Local: Estudo de caso no concelho de Abrantes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta. Lisboa.
- Lopes, J. M. (2011). *Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico, Lisboa.

- Martí, J. J. (2016). *Informe de Sostenibilidad Ambiental - Modificación nº7 del Plan General de Benigànim*. Benigànim: Ayuntamiento de Benigànim. Disponível em: http://www.beniganim.es/sites/default/files/u14/mp7_isa_beniganim-marzo16_0.pdf
- Mascarenhas, M. A. (2010). *Desenvolvimento de um modelo conceptual para monitorização de planos regionais de ordenamento do território: aplicação à região do Algarve*. Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Faro.
- Mascarenhas, A., Coelho, P., Subtil, E., & Ramos, T. B. (2010). The role of common local indicators in regional sustainability assessment. *Ecological Indicators*, 10(3), 646–656
- Mascarenhas, A., Ramos, T. B., & Nunes, L. (2012). Developing an integrated approach for the strategic monitoring of regional spatial plans. *Land Use Policy*, 29(3), 641–651.
- Mascarenhas, A., Nunes, L. M., & Ramos, T. B. (2015). Selection of sustainability indicators for planning: combining stakeholders' participation and data reduction techniques. *Journal of Cleaner Production*, 92, 295-307.
- Métropole Savoie; TERCIA consultants. (2015). *SCoT Métropole Savoie Evaluation des résultats - perspectives*. Savoie: Métropole Savoie. Disponível em: http://www.metropole-savoie.com/wp-content/uploads/2016/01/SCoT_10ans_web1.pdf
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (2000). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território 1999*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (2011). *Sistema Nacional de Indicadores e Dados de Base do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*. Lisboa: Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Relatório*. Lisboa.
- Mourato, J. (2012). Sobre-Legislada e Sub-Regulada: A Política de Ordenamento do Território em Portugal. 15º WORKSHOP APDR - Políticas Públicas. pp. 365-376. Évora: Universidade de Évora. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7235/1/ICs_JMourato_Sobrelegislada_A.pdf
- Nascimento, P. A. (2012). *Dinâmicas de Transformação de Uso e Ocupação do Solo Rural. Construção de Indicadores de Monitorização*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa.
- Papudo, R. M. (2007). *Indicadores de Ordenamento do Território: uma proposta metodológica. Dissertação de Mestrado em Geografia - Urbanização e Ordenamento do Território*. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Lisboa.
- Partidário, R. M. (1999). Introdução ao Ordenamento do Território. Universidade Aberta. Lisboa. 210 [972-674-273-0]
- Pires, S. M., Aragão, A., Fidélis, T., & Mendes, I. (2017). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Instrumentos Estratégicos e Inovadores para Municípios Sustentáveis | O caso de Estarreja*. pp. 187 – 278. Aveiro: Instituto Jurídico; Universidade de Aveiro; OHMI-Estarreja - CNRS-INEE-LabEx DRIIHM. Disponível em: https://www.ij.fed.uc.pt/publicacoes/monografias/pub_11/Livro_IDS_Estarreja_10_1_2017_seg.pdf
- Rosales, N. (2011). Towards the modeling of sustainability into urban planning: Using indicators to build sustainable cities. *Procedia Engineering*, 21, 641 - 647.

- Santos, A. S. (2016). *Avaliação do uso de indicadores de sustentabilidade ambiental nos Planos Diretores Municipais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. (2011). *Manual de Indicadores para Monitorização do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores. Volume 3 - Fichas de monitorização de IGT. Relatório Final - Fase 5*. Ponta Delgada: Fundação Gaspar Frutuoso. Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano. Disponível em: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/docs_pota/122/ManualIndicadores_Volume_3.pdf
- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. (2011). *Manual de Indicadores para a Monitorização do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores. Volume 2 - Ficha de indicadores de monitorização do ordenamento do território. Relatório Final - Fase 5*. Ponta Delgada: Fundação Gaspar Frutuoso. Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano. Disponível em: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/docs_pota/122/ManualIndicadores_Volume_2.pdf
- Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Lefebvre, J.-F., & Lanoie, P. (2010). Measuring the sustainability of cities: An analysis of the use of local indicators. *Ecological Indicators*, 10, 407 - 418.
- Tran, L. (2016). An interactive method to select a set of sustainable urban development indicators. *Ecological Indicators*, 61, 418 - 427.
- UNCTAD. (2004). *A Manual for the Preparers and Users of Eco-efficiency Indicators*. United Nations, New York and Geneva. Disponível em: http://unctad.org/en/docs/iteipc20037_en.pdf
- United Nations. (2007). *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies*. 3ª edição. pp. 93. New York: United Nations. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>
- Universidade dos Açores. (2003). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território Açores 2003*. Ponta Delgada: Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F5D6E74D-7591-4BC1-AD81-AE028000C45/317295/REOTA2003.pdf>
- Vazquez, J., & González, R. (2010). *Instrumentos de ordenación del Territorio en España*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

7.2. Diplomas legais

- Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro. Diário da República – I SÉRIE-A N.º 222 – 22-9-1999. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. Diário da República, 1ª Série – N.º 93 – 14 de maio de 2015. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia. Lisboa.
- Lei n.º 11/87 de 7 de abril. I SÉRIE – N.º 81 – 7-4-1987. Assembleia da República. Lisboa
- Lei n.º 35/98 de 11 de agosto. Diário da República – I SÉRIE-A N.º 184 – 11-8-1998. Assembleia da República. Lisboa
- Lei n.º 31/2014 de 30 de maio. Diário da República, 1ª série – N.º 104 – 30 de maio de 2014. Assembleia da República. Lisboa
- LEY 5/2014, de 25 de julio. Presidencia de la Generalitat . Num 7329 / 31.07.2017. Generalitat, de Ordenación del Territorio, Urbanismo y Paisaje, de la Comunitat Valenciana. Valencia.

7.3. Páginas eletrónicas

- Cambridge City Council (sem data). Annual monitoring reports. Acedido a Dezembro de 2018, em: <https://www.cambridge.gov.uk/content/annual-monitoring-reports>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (sem data). Acedido a Dezembro de 2017, em <http://www.ccdr-a.gov.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2011). Observatório de Dinâmicas Regionais – Base de dados. Acedido a Janeiro de 2018, em <http://195.23.42.34/odr/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (sem data). Acedido a Dezembro de 2017, em: <https://www.ccdr-alg.pt/site/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2005). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve. Acedido a Dezembro de 2017, em <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (sem data). Acedido a Dezembro de 2017, em <http://www.ccdr-c.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2011). Datacentro – Informação para a região. Acedido a Janeiro de 2018, em <http://datacentro.ccdr-c.pt/Viewer.aspx>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (sem data). Acedido a Dezembro 2017, em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (sem data). Acedido em Dezembro 2018, em <http://www.ccdr-n.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (sem data). Indicadores regionais. Acedido a Janeiro 2018, em <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/indicadores-regionais>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2017). Informação estatística. Acedido a Janeiro 2018, em <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/const-hab-pt/licenc-conc-obras-pt.html>
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (sem data). Acedido a Dezembro 2017, em <https://www.madeira.gov.pt/drota>
- Instituto Nacional de Estatística. (sem data). Dados Estatísticos. Acedido em Janeiro de 2018, em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2
- Ministère de la Cohésion des Territoires (2013). Schéma de Cohérence Territoriale. Acedido a Novembro de 2017, em: <http://www.cohesion-territoires.gouv.fr/schema-de-coherence-territoriale-scot>
- PORDATA. (sem data). Base de dados Municípios. Acedido em Janeiro de 2018, em: <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Ministère de la Transition Écologique et Solidaire (sem data). Indicateurs de suivi de la transition écologique vers un développement durable. Acedido em Dezembro 2017, em: <http://www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/indicateurs-indices/li/indicateurs-developpement-durable-territoriaux.html>
- Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo (2017). Portal do Ordenamento do Território dos Açores. Acedido em Dezembro de 2017 em <http://ot.azores.gov.pt/Default.aspx>
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. (sem data). Acedido a Dezembro 2017, em <https://www.madeira.gov.pt/sra>

8. Anexos

ANEXO I
Questionário – Âmbito regional

1. **A entidade responsável pelo ordenamento do território já produziu um Relatório do Estado do Ordenamento do Território Regional?**
 - a) **Ano do último REOT regional**
 - b) **Formato do documento**
 - c) **Endereço internet para consulta:**

2. **No caso de não ter sido produzido nenhum REOT, a entidade responsável pelo ordenamento do território já realizou alguma avaliação alternativa referente ao ordenamento do território da região?**

3. **A entidade responsável pelo ordenamento do território possui um sistema de indicadores para monitorizar o ordenamento do território da região?**
 - a) **(Se existir) o sistema de indicadores está incluído no REOT?**
 - b) **Endereço online (internet) para consulta dos indicadores.**

ANEXO II
Questionário – Âmbito municipal

1. Identificação do município

2. O município alguma vez elaborou/aprovou/publicou um relatório de estado do ordenamento do território (previsto no nº 3 do Artigo 189º do DL 80/2015 de, 14 de maio, ou em legislação anterior).

3. Se respondeu “Sim” na questão 2.

3.1. Quantos documentos deste tipo já foram elaborados?

3.2. Em que formato se encontra disponível o documento mais recente?

Papel

Digital

3.2.1. Indique o título e o ano de publicação.

3.2.2. Se o documento está em formato digital, pedimos que adicione o seu ficheiro no link <https://form.jotformeu.com/73176375985371>

3.3. Identifique o contexto em que os documentos referidos na questão 3.1. foram elaborados? (exemplo: revisão do PDM; relatório do estado do ambiente com capítulo sobre ordenamento do território; portal de indicadores municipais com o tema território; outros.)

4. Se respondeu “Não” na questão 2.

4.1. Indique se foi desenvolvido algum exercício de diagnóstico do estado do ordenamento do território municipal com outro enquadramento.

4.2. Se o documento estiver em formato digital pedimos que submeta o seu ficheiro no link <https://form.jotformeu.com/73185840885367>

Identificação do respondente:

a) Nome

b) Função/Cargo

c) Endereço eletrónico

d) Contacto telefónico

ANEXO III
Proposta de indicadores

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
População	1	Densidade populacional (à data dos Censos)	Densidade populacional, por freguesia (2011)	hab/km²	>=0	Total de indivíduos residentes por unidade territorial/ área da unidade territorial	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006044&contexto=pti&selTab=tab10	2011	Anual	Freguesia	Completo/ Portugal	DGT	Simple
	2	Densidade populacional (estimativa anual)	Estimativa da densidade populacional, por município (2016)	hab/km²	>=0	Total de indivíduos residentes por unidade territorial/ área da unidade territorial	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008337&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	3	Varição percentual da população residente à data dos censos	Varição percentual da população residente, por município (2001-2011)	%	nº real positivo ou negativo	[População residente 2011 - População residente 2001 / População residente 2001]*100	Recenseamento da população e habitação, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006730&contexto=bd&selTab=tab2	2001; 2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	DGT	Simple
	4	Varição anual da população residente estimada	Varição da população residente estimada, por município (2015-2016)	nº	nº inteiro positivo ou negativo	População residente estimada 2016 - População residente estimada 2015	Indicadores demográficos, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008271&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	5	Homens residentes com 14 ou menos anos	Estimativa do número de homens com 14 ou menos anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	6	Mulheres residentes com 14 ou menos anos	Estimativa do número de mulheres com 14 ou menos anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	7	Homens residentes com idade compreendida entre os 15 e os 65 anos	Estimativa do número de homens de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	8	Mulheres residentes com idade compreendida entre os 15 e os 65 anos	Estimativa do número de mulheres de idade compreendida entre os 15 e os 65 anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	9	Homens residentes com 65 ou mais anos	Estimativa do número de homens com 65 ou mais anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	10	Mulheres residentes com 65 ou mais anos	Estimativa do número de mulheres com 65 ou mais anos, residente por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	11	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	Percentagem de indivíduos estrangeiros residentes por município (2011)	%	0-100	(população residente de nacionalidade estrangeira/população residente)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007459&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	IDS Estarreja	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
População	12	Índice de envelhecimento	Número de indivíduos com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos, por município (2016)	nº	>=0	(população residente com 65 ou mais anos / população residente com 14 ou menos anos) *100	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	REOT 1999	Simple
	13	Índice de longevidade	Relação entre a população residente com 75 ou mais anos e a população residente com 65 ou mais anos, por município (2016)	nº	nº inteiro positivo ou negativo	(população residente com 75 ou mais anos / população residente com 65 ou mais anos) *100	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008260&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	SIDS AMADORA	Simple
	14	Saldo natural	Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, por município (2016)	nº	nº inteiro positivo ou negativo	Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.	Indicadores demográficos, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008270&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	15	Saldo migratório	Diferença entre o número de entradas e saídas por migração (internacional ou interna), por município (2016)	nº	nº inteiro positivo ou negativo	Nº de entradas - Nº de saídas por migração	Indicadores demográficos, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008269&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	16	Taxa bruta de natalidade	Número de nados vivos por 1000 habitantes, por município (2016)	Permilagem (%)	0-1000	(Número de nados vivos / Número de habitantes)*1000	Indicadores demográficos, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008264&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	REOT 1999	Simple
	17	Taxa bruta de mortalidade	Número de óbitos por 1000 habitantes, por município (2016)	Permilagem (%)	0-1000	(Número de óbitos / Número de habitantes)*1000	Indicadores demográficos, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008265&contexto=bd&sefTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo/ Portugal	REOT 1999	Simple
Habitação	18	Edifícios por tipo de utilização	Número de edifícios segundo o tipo de utilização (exclusivamente residencial; principalmente residencial).	nº	>=0	N/A	Recenseamento da população e habitação, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005969&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	SIDS AMADORA	Simple
	19	Varição percentual do número de edifícios	Varição percentual do número de edifícios, por município (2001-2011)	%	0-100	(Nº edifícios 2011 - Nº edifícios 2001)/(Nº edifícios 2001)*100	Recenseamento da população e Habitação, INE.	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006978&contexto=bd&sefTab=tab2	2001-2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple
	20	Proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados	Percentagem de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados por município (2011)	%	0-100	(Nº Edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados/Nº total Edifícios)*100	Recenseamento da população e habitacao, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008862&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	21	Alojamentos	Número de alojamentos por município (2011)	nº	>=0	N/A	Recenseamento da população e habitação - séries históricas, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005891&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple
	22	Varição percentual do número de alojamentos	Varição percentual do número de alojamentos, por município (2001-2011)	%	0-100	(Nº Alojamentos 2011 - Nº Alojamentos 2001)/(Nº Alojamentos 2001)*100	Recenseamento da população e Habitação, INE.	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006979&contexto=bd&sefTab=tab2	2001-2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Habitação	23	Densidade de alojamentos	Densidade de alojamentos por município (2011)	alojamento/km²	>=0	Nº alojamentos/ Área da unidade territorial	Recenseamento da população e Habitação, INE.	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006980&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple
	24	Número médio de alojamentos por edifício	Número médio de alojamentos por edifício, por município (2011)	nº	>=0	(nº alojamentos /nº edifícios)	Recenseamento da população e Habitação, INE.	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006981&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	SIDS AMADORA	Simple
	25	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por época de construção	Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual por época de construção (Até 1919; 1919 - 1945; 1946 - 1960; 1961 - 1970; 1971 - 1980; 1981 - 1990; 1991 - 1995; 1996 - 2000;	nº	>=0	N/A	Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006301&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple
	26	Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados	Percentagem de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (com contrato com prazo certo, contrato de duração indeterminada, com renda social ou apoiada ou subarrendados), por município (2011)	%	0-100	(Nº Alojamentos familiares clássicos arrendados / Nº Alojamentos familiares clássicos de residência habitual)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006993&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	27	Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário	Percentagem de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário, por município (2011)	%	0-100	(Nº Alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário/ Nº Alojamentos familiares clássicos de residência habitual)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006338&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	28	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal	Percentagem de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou residência secundária, por município (2011)	%	0-100	(Nº de Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou residência secundária)/(Nº de Alojamentos familiares clássicos)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006986&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	29	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	Percentagem de alojamentos familiares clássicos vagos por município (2011)	%	0-100	(Nº Alojamentos familiares clássicos vagos/ Nº Alojamentos familiares clássicos)*100	Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006301&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	INE	Simple
	30	Proporção de alojamentos não clássicos	Percentagem de alojamentos não clássicos (barracas, casas rudimentares de madeira, alojamentos móveis ou	%	0-100	(Nº alojamentos não clássicos/ Nº total de alojamentos)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007136&contexto=bd&sefTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo/ Portugal	REOT Lisboa	Simple
Habitação	31	Número de áreas de reabilitação urbana	Número de áreas de reabilitação urbana, por município (2012)	nº	>= 0	N/A	Inquérito à Caracterização da Habitação Social, INE	INE	http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004254&contexto=bd&sefTab=tab2	2009; 2011; 2012	Anual	Município	Completo/ Portugal	INE	Simple
	32	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares clássicos por município (2017)	€	>=0	Mediana do valor das vendas por m² de alojamentos familiares	Estatísticas de preços de habitação a nível local, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009490&contexto=bd&sefTab=tab2	2º Trimestre de 2017	Trimestral	Município	Completo/ Portugal	INE	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Mobilidade/ Acessibilidade	33	Extensão da rede rodoviária nacional por tipo de rede rodoviária	Extensão da rede rodoviária nacional por tipo de rede rodoviária (Rede nacional; Rede fundamental- IPs; Rede complementar -ICs; Estradas nacionais;	km	>=0	N/A	IMT	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0002129&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Distrito	Completo / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	34	Densidade da rede rodoviária nacional	Densidade da rede rodoviária nacional por distrito (2016)	km/km²	>=0	Comprimento das estradas (km)/ Superfície da unidade territorial(km²)	IMT	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0002128&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Distrito	Completo / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	35	Percentagem da área da unidade territorial com tempos de acesso a nós de autoestradas ou vias equiparadas igual ou superior a 30 minutos	Percentagem do território com tempos de acesso a nós de autoestradas ou vias equiparadas igual ou superior a 30 minutos, por município (2012-2013)	%	0-100	Contabilização das áreas de baixa acessibilidade por município: áreas com tempos de acesso a nós de autoestradas ou vias equiparadas >= 30 minutos	Relatório de Monitorização da Rede Rodoviária Nacional 2012-2013, IMT; CAOP, DGT	IMT; DGT	IMTT - http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/InfraestruturasRodoviaras/RedeRodoviar/Relatrios/Relatorio_Monitorizacao_RRN_2012-2013.pdf	2012-2013	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	36	Tempo máximo de deslocação até ao hospital mais próximo	Tempo máximo de deslocação até ao hospital mais próximo, por município (2017)	min	>=0	Identificação do maior tempo de percurso até ao hospital mais próximo, por município	Infraestruturas de Portugal; CAOP, DGT.	Infraestruturas de Portugal; Ministério da Saúde	Infraestruturas de Portugal; Ministério da Saúde	2017	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	37	Tempo máximo de deslocação até à farmácia mais próxima	Tempo máximo de deslocação ao farmácia mais próxima, por município (2017)	min	>=0	Identificação do maior tempo de percurso até à farmácia mais próxima, por município	Infraestruturas de Portugal; CAOP, DGT.	Infraestruturas de Portugal; Ministério da Saúde	Infraestruturas de Portugal; Ministério da Saúde	2017	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	38	Tempo máximo de deslocação ao tribunal mais próximo	Tempo máximo de deslocação ao tribunal mais próximo, por município (2017)	min	>=0	Identificação do maior tempo de percurso até ao tribunal mais próximo, por município	Infraestruturas de Portugal; CAOP, DGT.	Infraestruturas de Portugal	Infraestruturas de Portugal	2017	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
Mobilidade/ Acessibilidade	39	Percentagem da utilização de transporte individual no total de movimentos pendulares da população residente na unidade territorial	Percentagem da utilização de transporte individual no total de movimentos pendulares da população residente no município (2011)	%	0-100	(movimentos pendulares da população residente no município realizados com recurso a transporte individual) / (total de movimentos pendulares da população residente no município)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE	2011	Decenal	Município	Completo /Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	40	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (movimentos pendulares)	Proporção da população que residindo fora do município trabalha ou estuda no município face ao total de residentes no município (2011)	%	0-100	(População que trabalha ou estuda no município /População residente no município)*100	Recenseamento da população e habitação censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007089&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo /Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	41	Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares)	Percentagem da população residente no município que trabalha ou estuda fora do município (2011)	%	0-100	(População residente no município que trabalha ou estuda noutro município /População residente no município)*100	Recenseamento da população e habitação censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007090&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo /Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	42	Proporção da população que frequenta o ensino superior fora do local de residência	Percentagem da população residente na NUT III que frequenta o ensino superior e estuda fora da NUT III (2011)	%	0-100	(População residente na NUT III que frequenta o ensino superior fora da NUT III / População residente na NUT III que frequenta o ensino superior)*100	Recenseamento da população e habitacao censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007297&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	NUTS III	Completo /Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	43	Proporção da população empregada fora do local de residência	Percentagem da população empregada residente que trabalha fora do município (2011)	%	0-100	(População residente no município empregada fora do município / População residente no município empregada)*100	Recenseamento da população e habitacao censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007297&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo /Portugal	Revisão do PNPOT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Sistema urbano	44.1	Proporção da população com 14 ou menos anos de idade residente em área predominantemente urbana	Percentagem de indivíduos com 14 ou menos anos de idade residente em área predominantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.2	Proporção da população com 65 ou mais anos de idade residente em área predominantemente urbana	Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos de idade residente em área predominantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
Sistema urbano	44.3	Proporção da população com idade compreendida entre 15 e 64 anos residente em área predominantemente urbana	Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 64 anos de idade residente em área predominantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.4	Proporção da população com 14 ou menos anos de idade residente em área mediantemente urbana	Percentagem de indivíduos com 14 ou menos anos de idade residente em área mediantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.5	Proporção da população com 65 ou mais anos de idade residente em área mediantemente urbana	Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos de idade residente em área mediantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.6	Proporção da população com idade compreendida entre 15 e 64 anos residente em área mediantemente urbana	Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 64 anos de idade residente em área mediantemente urbana, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008854&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.7	Proporção da população com 14 ou menos anos de idade residente em área predominantemente rural	Percentagem de indivíduos com 14 ou menos anos de idade residente em área predominantemente rural, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.8	Proporção da população com 65 ou mais anos de idade residente em área predominantemente rural	Percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos de idade residente em área predominantemente rural, por NUTS III (2016)	%	100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008853&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple
	44.9	Proporção da população com idade compreendida entre 15 e 64 anos residente em área predominantemente rural	Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 64 anos de idade residente em área predominantemente rural, por NUTS III (2016)	%	0-100	N/A	Estimativas anuais da população residente, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008854&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	REOT 1999	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Sistema urbano	45	População residente em cidades estatísticas	População residente em cidades estatísticas por município (2016)	nº	>=0	[Nota: Apenas inclui cidades criadas no âmbito da Lei nº 11/1982 de 2 de junho; As alterações nos valores de população nas cidades em anos que não os censitários refletem apenas a criação de novas cidades.]	Sistema Integrado de nomenclaturas estatísticas, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008306&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo /Portugal	DGT	Simples
	46	Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes	Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes por NUTS III (2016)	%	0-100	(População residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes/População residente) * 100	Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008303&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo /Portugal	DGT	Simples
	47	Índice de concentração da população residente em cidades estatísticas	Índice de concentração da população residente em cidades estatísticas por NUTS III (2015)	%	0-100	Somatório, para as cidades estatísticas de cada unidade territorial, dos valores absolutos das diferenças entre a proporção de população residente na cidade estatística face à população residente em todas as cidades estatísticas de cada unidade territorial e o rácio entre 1 e o número de cidade estatísticas da unidade territorial, dividindo por 2 e multiplicando por 100	Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001810&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	NUTS III	Incompleto / Portugal	DGT	Simples
	48	Varição percentual da população residente em áreas urbanas (2001-2011)	Varição percentual da população residente em áreas urbanas por município (2001-2011)	%	0-100	(((População Residente em áreas urbanas da unidade territorial em 2011 - População Residente em áreas urbanas da unidade territorial em 2001) / (População Residente em áreas urbanas da unidade territorial em 2001))*100	Recenseamentos da população e habitação - Censos 2001 e 2011, INE	INE	INE	INE	2001-2011	Decenal	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT
Sistema urbano	49	Densidade de ocupação do solo urbano	Densidade populacional em solo urbano, por município (2007; 2010)	hab/km²	>=0	N/A	COS, CAOP, DGT; Estimativas da População, INE	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simples
	50	Índice de primazia do sistema urbano	Relação entre a população das duas maiores cidades estatísticas por NUTS III (2016)	nº	>=0	População residente da maior cidade/população residente da segunda maior cidade	Recenseamento da população e habitação, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008304&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Incompleto / Portugal	DGT	Simples
Educação	51	Proporção da população residente com ensino superior completo	População residente com ensino superior completo por município (2011)	%	0-100	(População residente com 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e mais anos)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006962&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simples
	52	Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo	População residente com pelo menos o ensino secundário completo por município (2011)	%	0-100	(população residente com pelo menos o ensino secundário completo/ população residente com 18 e mais anos de idade)*100	Recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006969&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo / Portugal	INE	Simples
	53	Estabelecimentos de ensino superior por natureza institucional	Número de estabelecimentos do ensino superior por natureza institucional (público; privado) e município (2015/2016)	nº	>=0	N/A	DGEEC	INE; DGEEG	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001099&contexto=bd&selTab=tab2	2015/2016	Anual	Município	Completo / Portugal	INE	Simples
	54	Estabelecimentos de ensino não superior por natureza institucional	Número de estabelecimentos do ensino não superior por natureza institucional e NUT III (2015)	nº	>=0	N/A	Ministério da educação	INE; Ministério da Educação	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001097&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	NUTS III	Completo / Portugal	INE	Simples
	55	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	Porcentagem de alunos que permanecem no mesmo ano de escolaridade no ensino básico por município (2014/2015)	%	0-100	(Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano lectivo)*100	DGEEC	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009137&contexto=bd&selTab=tab2	2014/2015	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simples

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Educação	56	Taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular	Percentagem de alunos que transitam ou concluem o ensino regular por município (2014/2015)	%	0-100	[Alunos do ensino secundário que no final do ano lectivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte)/ Alunos matriculados no ensino secundário, nesse ano lectivo]*100	DGEEC	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009138&contexto=bd&selTab=tab2	2014/2015	Anual	Município	Completo / Portugal	SIDS AMADORA	Simple
	57	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo	População residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo por município (2011)	%	0-100	(População residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo/população residente com 15 e mais anos de idade)*100	recenseamento da população e habitação - censos 2011, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006965&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Decenal	Município	Completo / Portugal	SIDS AMADORA	Simple
Saúde	58	Médicos por 1000 habitantes	Número de médicos por 1000 habitantes, por município (2016)	nº	>=0	(Número total de médicos/os inscritos no final do ano/ População residente estimada para o final do ano)*1000	Estatísticas do pessoal de saúde, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008356&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	59	Enfermeiros por 1000 habitantes	Número de enfermeiros por 1000 habitantes, por município (2016)	nº	>=0	(número total de enfermeiros inscritos no final do ano)/(população residente estimada para o final do ano*1000)	Estatísticas do pessoal de saúde, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008277&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
	60	Centros de saúde por tipo de serviço	Número de centros de saúde por tipo de serviço (com internamento; sem internamento), por município (2012)	nº	>=0	N/A	Inquérito aos centros de saúde, INE ou Ministério da saúde ?)	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008200&contexto=bd&selTab=tab2	2012	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	61	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por município (2016)	nº	>=0	N/A	Estatísticas das farmácias, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008208&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
Economia	62	Produto interno bruto	Total de bens e serviços produzidos por NUT III (2016)	€	>=0	N/A	Contas económicas regionais, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008336&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUTS III	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
	63	Taxa de emprego	Relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade), por município (2011)	%	0-100	(População empregada com 15 e mais anos / População residente com 15 e mais anos) * 100	Censos, INE; PORDATA	INE	PORDATA - https://www.pordata.pt/Municipio s/Taxa+de+emprego+segundo+o s+Censos+total+e+por+grupo+et %C3%A1rio+(percentagem)-396	2011	Decenal	Município	Completo / Portugal	adaptado do REOT Lisboa	Simple
Economia	64	Percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos	Percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional relativa ao total da população com 15 a 64 anos residente no município (2016)	%	0-100	(Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no ano civil / População média residente com 15 a 64 anos) * 100	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, IEFP/MTSSS; Estimativas Anuais da População Residente, INE	IEFP/MTSSS	PORDATA - https://www.pordata.pt/Municipio s/Desempregados+inscritos+nos +centros+de+emprego+e+de+for ma%C3%A7%C3%A3o+profissio nal+no+total+da+popula%C3%A 7%C3%A3o+residente+com+15 +a+64+anos+(percentagem)-592	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	adaptado do REOT Lisboa	Simple
	65	Empresas por atividade económica (CAE Rev. 3)	Número de empresas por atividade económica (CAE Rev. 3), por município (2015)	nº	>=0	N/A	Sistema de contas integradas das empresas, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	Reot Lisboa	simple
	66	Poder de Compra per capita	Poder de Compra per capita, por município (2015)	%	0-100	N/A	Estudo sobre o poder de compra concelhio, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	DGT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Ocupação do território	67	Percentagem do território ocupada por áreas protegidas	Percentagem da área do município ocupada por áreas protegidas (2016)	%	0-100	(Superfície de área protegida/ Área do município)*100	Áreas protegidas ,ICNF; Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	ICNF; Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009054&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	68	Percentagem do território ocupada por Rede Natura 2000	Percentagem da área do município ocupada por áreas protegidas (2016)	%	0-100	(Superfície de Rede Natura 2000/ Área do município)*100	Rede Natura 2000, ICNF, Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	ICNF; Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009054&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
Ocupação do território	69	Percentagem do território ocupada por áreas classificadas	Percentagem da área do município ocupada por áreas classificadas (2016)	%	0-100	(Superfície de áreas classificadas / Área do município)*100	SNAC, ICNF, Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	ICNF; Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira; Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009054&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	70	Percentagem do território ocupada por floresta	Percentagem da área do município ocupada por floresta (2010)	%	0-100	(Superfície florestal/ superfície da unidade territorial)* 100	COS 2010, COS RAAM, COS RAA	DGT, RAAM, RAA	N/A	2010	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	71	Varição percentual das áreas ocupadas por floresta	Varição percentual das áreas ocupadas por floresta por município (1995-2010)	%	0-100	(Área da unidade territorial ocupada por floresta em 2010 - Área da unidade territorial ocupada por floresta em 1995)/(Área da unidade territorial ocupada por floresta em 1995) X 100	COS1995, COS2010; DGT	DGT	DGT (-)	1995-2010	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simple
	72	Percentagem do território sujeito a regime florestal abrangido por Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)	Proporção das áreas sujeitas a regime florestal integradas em ZIF, por município (2017)	%	0-100	(Área sujeita a regime florestal abrangido por ZIF/ área do município)* 100	N/A	ICNF	ICNF	2017	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	73	Percentagem do território ocupada por pinheiro bravo	Percentagem da área do município ocupada por pinheiro bravo (2007; 2010)	%	0-100	(Superfície ocupada por pinheiro bravo / Área do município)*100	COS 2010, COS RAAM, COS RAA	DGT, RAAM, RAA	DGT, RAAM, RAA	2007; 2010	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	74	Percentagem do território ocupada por eucalipto	Percentagem da área do município ocupada por eucalipto (2007; 2010)	%	0-100	(Superfície ocupada por pinheiro bravo / Área do município)*100	COS 2010, COS RAAM, COS RAA	DGT, RAAM, RAA	DGT, RAAM, RAA	2007; 2010	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	75	Percentagem do território ocupada por sobreiro	Percentagem da área do município ocupada por sobreiro (2007; 2010)	%	0-100	(Superfície ocupada por sobreiro / Área do município)*100	COS 2010, COS RAAM, COS RAA	DGT, RAAM, RAA	DGT, RAAM, RAA	2007; 2010	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador	
Ocupação de território	76	Percentagem do território ocupada por áreas agrícolas e agro-florestais	Percentagem da área do município ocupada por áreas agrícolas e agro-florestais (2007; 2010)	%	0-100	Área de ocupação agrícola e agro-florestal / Área da unidade territorial X 100	COS2007-nível 2, COS2010-nível 2; DGT	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples	
	77	Varição percentual das áreas agrícolas	Varição percentual das áreas agrícolas por município (1995-2010)	%	0-100	(Área da unidade territorial ocupada por agricultura em 2010 - Área da unidade territorial ocupada por agricultura em 1995)/(Área da unidade territorial ocupada por agricultura em 1995) X 100	COS1995, COS2010; DGT	DGT	DGT (-)	1995-2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples	
	78	Varição percentual das áreas ocupadas por territórios agro-florestais	Varição percentual das áreas ocupadas por territórios agro-florestais por município (1995-2010)	%	0-100	(Área da unidade territorial ocupada por territórios agro-florestais em 2010 - Área da unidade territorial ocupada por territórios agro-florestais em 1995)/(Área da unidade territorial ocupada por territórios agro-florestais em 1995) X 100	COS1995, COS2010; DGT	DGT	DGT (-)	1995-2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples	
	79	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por habitante	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por habitante, por município (2009)	ha/hab	>=0	SAU / nº habitantes	Recenseamento agrícola, INE	INE; DGT	INE		2009	Decenal	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	80	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média por exploração	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média por exploração, por freguesia (2009)	ha	>=0	Total de superfície agrícola utilizada (ha)/ Número total de explorações	Recenseamento agrícola, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004943&lang=pt&contexto=bd&selTab=tab2		2009	Decenal	Freguesia	Incompleto / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	81	Percentagem do território ocupada por florestas e meios naturais e semi-naturais	Percentagem da área do município ocupada por florestas e meios naturais e semi-naturais (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por florestas e meios naturais e semi-naturais / Área da unidade territorial X 100	COS2007, COS2010;DGT	DGT	DGT (-)		2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	82	Percentagem do território ocupada por zonas húmidas e corpos de água	Percentagem da área do município ocupada por zonas húmidas e corpos de água (níveis 4 e 5 COS) (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por zonas húmidas e corpos de água / Área da unidade territorial X 100	COS2007-nível 1, COS2010 nível 1;DGT	DGT	DGT (-)		2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	83	Percentagem do território ocupada por zona de caça	Percentagem da área do município ocupada por zona de caça (2017)	%	0-100	(Área da unidade territorial afeta a zona de caça / Área da unidade territorial) * 100	N/A	ICNF	ICNF		2017	N/A	Município	N/A	Revisão do PNPOT	Simple
	84	Densidade populacional nas áreas do sistema nacional de áreas classificadas (SNAC)	Densidade populacional nas áreas do SNAC, por município (2011)	hab/ha	>=0	N.º habitantes por hectare por área geográfica	SNAC, ICNF; Recenseamento da População e Habitação, INE; CAOP, DGT	DGT; INE; ICNF	DGT; INE; ICNF		2011	Decenal	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	85	Percentagem do território artificializado	Percentagem da área do município ocupada por territórios artificializados (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por territórios artificializados / Área da unidade territorial X 100	COS2007-nível 1, COS2010-nível1; DGT	DGT	DGT (-)		2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
86	Território artificializado per capita	Área do município ocupada por territórios artificializados por habitante (2007; 2010)	ha/hab	>= 0	Superfície ocupada por territórios artificializados / Nº habitantes	COS2007-nível 1, COS2010-nível 1; DGT	DGT	DGT (-)		2007, 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples	

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Ocupação do território	87	Varição percentual das áreas ocupadas por territórios artificializados	Varição percentual das áreas ocupadas por territórios artificializados por município (1995-2010)	%	0-100	(Área da unidade territorial ocupada por territórios artificializados em 2010 - Área da unidade territorial ocupada por territórios artificializados em 1995)/(Área da unidade territorial ocupada por territórios artificializados em 1995) X 100	COS1995, COS2010; DGT	DGT	DGT (-)	1995-2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	88	Percentagem do território ocupado por tecido urbano	Percentagem da área do município ocupada por tecido urbano (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por tecido urbano / Área da unidade territorial X 100	COS2007- nível 2, COS2010- nível 2; DGT	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	89	Espaço verde urbano por habitante	Área de espaço verde urbano por habitante, por município (2010)	km²/hab	>=0	N/A	COS2010, DGT	DGT	DGT (-)	2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SIDS AMADORA	Simple
	90	Percentagem do território ocupada por espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	Percentagem da área do município ocupada por espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas / Área da unidade territorial X 100	COS2007- nível 2, COS2010- nível 2; DGT	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	91	Percentagem do território ocupada por indústria, comércio e transportes	Percentagem da área do município ocupada por indústria, comércio e transportes (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por indústria, comércio e transportes / Área da unidade territorial X 100	COS2007- nível 2, COS2010- nível 2; DGT	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
	92	Percentagem do território ocupada por áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Percentagem da área do município ocupada por áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção (2007; 2010)	%	0-100	Área ocupada por extracção de inertes, deposição de resíduos e estaleiros de construção / Área da unidade territorial X 100	COS2007- nível 2, COS2010- nível 2; DGT	DGT	DGT (-)	2007; 2010	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simples
Regime do uso do solo	93	Percentagem de solo rústico	Percentagem de área ocupada pela classe Solo Rústico, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de solo rural / Área total X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	94	Percentagem de espaço agrícola ou florestal no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por espaço agrícola ou florestal, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço agrícola ou florestal / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	95	Percentagem de espaço natural no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço Natural, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço natural / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	96	Percentagem de espaço de ocupação turística no solo rústico	Percentagem de espaço de ocupação turística em área do solo rústico, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço de ocupação turística / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	97	Percentagem de espaço para equipamentos e infra-estruturas no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço para Equipamentos e Infra-estruturas, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço para equipamentos e infra-estruturas / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	98	Percentagem de espaço de atividades industriais no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço de Atividades industriais, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço de atividades industriais / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	99	Percentagem de espaço de explorações de recursos geológicos no solo rústico	Percentagem de área de solo rústico ocupada por Espaço de exploração de recursos geológicos, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço de exploração de recursos geológicos / Área de solo rural X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Regime de uso do solo	100	Percentagem de solo urbano	Percentagem de área ocupada pela classe Solo Urbano por município (1990-2018)	%	0-100	Área de solo urbano / Área total X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	101	Percentagem de solo urbanizado	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Solo Urbanizado, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de solo urbanizado / Área solo urbano X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	102	Percentagem de solo urbanizável	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Solo Urbanizável, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de solo urbanizável / Área solo urbano X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	103	Percentagem de espaço de atividades económicas no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço de Atividades Económicas, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço de atividades económicas / Área solo urbano X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	104	Percentagem de espaço verde no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço Verde, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço verde / Área solo urbano X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	105	Percentagem de espaço de uso especial por tipo de uso no solo urbano	Percentagem de área de Solo Urbano ocupada por Espaço de Uso Especial (equipamentos e infra-estruturas; turismo) por tipo de uso, por município (1990-2018)	%	0-100	Área de espaço de uso especial (equipamentos e infra-estruturas; turismo) / Área solo urbano X 100	CRUS, DGT	DGT; CMs	DGT (-)	1990 - 2018	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	106	Solo classificado como urbano no PDM em vigor que em 2010 não estava ocupado por territórios artificializados	Percentagem de solo classificado como urbano no PDM em vigor, que em 2010 não estava ocupado por territórios artificializados (nível 1 COS) por município (2010)	%	0-100	(Área de Solo Urbano - Área de territórios Artificializados que intersecta solo Urbano) / Área de Solo Urbano X 100	CRUS e COS2010 nível 1; DGT	DGT	DGT (-)	2010	Irregular / Variável	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	simple
Instrumentos de gestão territorial	107	Número de Planos/Programas Setoriais em vigor	Número de Planos/Programas Setoriais (PS) em vigor - Portugal Continental (2018)	nº	>=0	Nº de PS em vigor por NUT I	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simple
	108	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Setoriais em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Setoriais (PS) em vigor - Portugal Continental (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida por PS em vigor na NUT I) / (área da NUT I)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simple
	109	Número de Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor	Número de Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor - Portugal Continental (2018)	nº	>=0	Nº de PEOT em vigor por NUT I	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simple
	110	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor - Portugal Continental (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida por PEOT em vigor na NUT I) / (área da NUT I)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detetor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Instrumentos de gestão territorial	111	Número de Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território em vigor	Número de Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em vigor - Portugal Continental (2018)	nº	>=0	Nº de PROT em vigor	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	112	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em vigor - Portugal Continental (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida por PROT em vigor na NUT I) / (área da NUT I)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Portugal Continental	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	113	Número de Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território em vigor	Número de Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) em vigor, por NUT II (2018)	nº	>=0	Nº de PIOT em vigor por NUT II	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	NUTS II	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	114	Percentagem do território abrangida pelos Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território em vigor	Percentagem do território coberta por Planos/Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) em vigor, por NUT II (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida por PIOT em vigor na NUT II) / (área da NUT II)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	NUTS II	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	115	Número de Planos Diretores Municipais em vigor correspondentes a 1ª publicação	Número de Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor correspondentes a 1ª publicação, por NUT III (2018)	nº	>=0	Nº de PDM em vigor correspondentes a 1ª publicação	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	NUTS III	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	116	Número de Planos Diretores Municipais em vigor correspondentes a revisão	Número de Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor correspondentes a revisão (1ª, 2ª, 3ª, ...), por NUT III (2018)	nº	>=0	Nº de PDM em vigor correspondentes a 1ª revisão	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	NUTS III	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
Instrumentos de gestão territorial	117	Tempo de vigência do Plano Diretor Municipal	Tempo de vigência dos Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor, por município (2018)	Anos	>=0	Nº de anos decorridos entre a entrada em vigor do PDM e o ano em apreciação	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	118	Número de Planos de Urbanização em vigor	Número de Planos de Urbanização (PU) em vigor, por município (2018)	nº	>=0	Número de PU em vigor por município	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	119	Percentagem do território abrangida pelos Planos de Urbanização em vigor	Percentagem do território coberta por Planos de Urbanização (PU) em vigor, por município (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida pelos PU em vigor no município)/(área do município)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	120	Número de Planos de Pormenor em vigor	Número de Planos de Pormenor (PP) em vigor, por município (2018)	nº	>=0	Número de PP em vigor por município	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	121	Percentagem do território abrangida pelos Planos de Pormenor em vigor	Percentagem do território coberta por Planos de Pormenor (PP) em vigor, por município (2018)	%	>=0	(Somatório da área abrangida pelos PP em vigor no município)/(área do município)*100	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples
	122	Duração do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais já revistos	Duração do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) já revistos, por município (2018)	Meses	>=0	Nº de meses decorridos entre a entrada em revisão e a entrada em vigor do PDM	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simples

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor(es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Instrumentos de gestão territorial	123	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: alterações	Número de alterações do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)	nº	>=0	N/A	SNIT, DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	Simple
	124	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: Suspensões	Número de suspensões do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)	nº	>=0	N/A	SNIT, DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	Simple
	125	Atos de dinâmica dos Planos Diretores Municipais em vigor: outros atos, excluindo alterações e suspensões	Número de outros atos de dinâmica (excluindo alterações e suspensões) do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, por município (2018)	nº	>=0	N/A	SNIT; DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	simple
	126	Plano Diretor Municipal com revisão em curso	Plano Diretor Municipal (PDM) com revisão em curso, por município (2018)	nº	0 (=Não) ou 1 (=Sim)	N/A	SNIT, DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	Simple
	127	Número de revisões do Plano Diretor Municipal	Número de revisões do Plano Diretor Municipal (PDM) havidas, por município (2018)	nº	>=0	N/A	SNIT, DGT	DGT	DGT (-)	2018	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SNIT	Simple
Equipamentos e infraestruturas	128	Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância	Taxa de cobertura das respostas sociais (cresces e amas) para a 1ª infância, por município (2015)	%	0-100	N/A	Carta Social, GEP-MTSSS		GEP-MTSSS	2015	N/A	Município	Completo / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	129	Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas	Taxa de cobertura das respostas sociais (centro de dia; estrutura residencial para pessoas idosas; serviço de apoio domiciliário) para pessoas idosas, por município (2015)	%	0-100	N/A	Carta Social, GEP-MTSSS		GEP-MTSSS	2015	N/A	Município	Completo / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	130	Bibliotecas	Número de bibliotecas por NUT II (2003)	nº	>=0	N/A	Inquérito as bibliotecas, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001105&contexto=bd&selTab=tab2	2003	Anual	NUTS II	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
	131	Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária	Número de galerias de arte e outros espaços de exposição temporária por município (2016)	nº	>=0	N/A	Inquérito às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001105&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
	132	Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários	Número de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por município (2011)	nº	>=0	N/A	Inquéritos aos museus, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001101&contexto=bd&selTab=tab2	2011	Anual	Município	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
	133	Despesas em atividades e em equipamentos desportivos	Despesas dos municípios em atividades e equipamentos desportivos (2016)	€	>=0	N/A	Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais, INE	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008280&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	134	Percentagem de alojamentos com cobertura de redes de nova geração em local fixo (FTTH/B e EuroDOCSIS 3.0)	Cobertura de redes de nova geração em local fixo: alojamentos cablados com FTTH/B e EuroDOCSIS 3.0 por município (2017)	%	0-100	N/A	Redes e serviços de alta velocidade em local fixo (FTTH/B e DOCSIS 3.0), ANACOM	ANACOM	ANACOM - https://www.anacom.pt/render.jsp?contentid=1423218	2017	Trimestral	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	135	Penetração de acessos residenciais à Internet em banda larga	Distribuição geográfica da penetração de acessos residenciais à Internet em banda larga por município (2017)	nº	>=0	Nº acessos BLF residenciais por 100 alojamentos	Redes e serviços de alta velocidade em local fixo (FTTH/B e DOCSIS 3.0), ANACOM	ANACOM	ANACOM - https://www.anacom.pt/render.jsp?contentid=1423218	2017	Trimestral	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor (es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Equipamentos e Infraestruturas - Turismo	136	Estabelecimentos de alojamento local	Número de estabelecimentos de alojamento local inscritos no Registo Nacional de Turismo por município (2017)	nº	>=0	N/A	Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal	Turismo de Portugal	Turismo de Portugal	2017		Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	137	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros	Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar num determinado período, por município (2016)	nº	>=0	N/A	Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos, INE	INE	https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0008575&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	Município	Completo / Portugal	DGT	Simple
	138	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, por município (2011; 2016)	nº	>=0	N/A	Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos, INE	INE	PORDATA - https://www.pordata.pt/Municipios/Dormidas+nos+estabelecimentos+hoteleiros+total+e+por+tipo+de+estabelecimento-748	2011; 2016	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	139	Variação percentual do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Variação percentual do número de dormidas (estrangeiras e nacionais) em estabelecimentos hoteleiros por município (2011-2016)	%	0-100	$\frac{((n^{\circ} \text{ dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 2016} - n^{\circ} \text{ dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 2011}) / (n^{\circ} \text{ dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 2011})) * 100}$	Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos, INE	INE	INE	2011-2016	Anual	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
Equipamentos e Infraestruturas - Energia	140	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante por município (2015)	kWh/hab	>=0	Quilowatt hora/ Habitante	Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, DGEg	INE	INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0008229&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	Revisão do PNPOT	Simple
	141	Consumo de energia elétrica por setor de atividade económica	Consumo de energia elétrica por setor atividade económica (Agricultura e Pesca; Indústrias extrativas; Indústrias transformadoras; Construção; Eletricidade, gás e água; Comércio pro grosso e retalho; Restauração e Alojamento; Transportes; Bancos e Seguros; Outros) por município (2015)	kWh	>=0	N/A	DGEg/MEc	PORDATA	https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	REOT Lisboa	Simple
Equipamentos e Infraestruturas - Energia	142	Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo	Número de consumidores de energia elétrica por município e tipo de consumo (Total; Doméstico; Não Doméstico; Indústria; Agricultura; Outros) por município (2015)	nº	>=0	N/A	Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, DGEg	INE; DGEg	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0008223&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	DGT	Simple
	143	Consumo de combustível automóvel por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante, por município (2015)	tep/hab	>=0	tonelada equivalente de petróleo / habitantes	Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, DGEg	INE; DGEg	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0008158&contexto=bd&selTab=tab2	2015	Anual	Município	Completo / Portugal	DGT	Simple
Equipamentos e Infraestruturas - Água	144	Consumo de água por habitante	Quantidade de água consumida por habitante, por município (2009)	m³/hab	>=0	Consumo de água/população média anual residente	Inventário nacional de sistema de abastecimento de água e de águas residuais/vertente física e de funcionamento, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0001877&contexto=bd&selTab=tab2	2009	Anual	Município	Incompleto / Portugal Continental	reot lisboa	simple
	145	Qualidade da água para consumo humano	Estado de qualidade da água para consumo humano por parâmetro de qualidade: Proporção de análises em incumprimento do valor paramétrico, por NUT III (2016)	%	0-100	N/A	ERSAR	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0008662&contexto=bd&selTab=tab2	2016	Anual	NUT III	A desenvolver / Portugal Continental	SIDS AMADORA	Simple
	146	População servida por sistema de abastecimento de água	Percentagem da população servida por sistema de abastecimento de água por município (2009)	%	0-100	$(\text{população servida por sistemas de abastecimento de água} / \text{população média anual}) * 100$	Inventário nacional de sistema de abastecimento de água e de águas residuais/vertente física e de funcionamento, INE	INE	INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadore&s&indOcorrCod=0001873&contexto=bd&selTab=tab2	2009	Anual	Município	Incompleto / Portugal Continental	DGT	Simple
	147	Perdas de água	Quantidade de água que é captada, mas não chega a ser consumida, por município (2012)	%	0-100	$\frac{(\text{volume captado} - \text{volume consumido}) / \text{volume captado}}{100}$	SMAS	N/A	http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/ESTATISTICAS/sid_2013.pdf	2012	N/A	Município	A desenvolver / Portugal Continental	SIDS AMADORA	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor(es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador	
Riscos - Gerais	148	Número de ocorrências anuais por tipo de acidente natural	Número de ocorrências anuais de acidente naturais por tipo de acidente (incêndios florestais; extremos de temperatura; inundações; movimentos de massa; sismos e tsunamis; erupções vulcânicas; ...) - Portugal (2000-2017)	nº	>=0	Número anual de ocorrências por tipo de acidente natural	EM_DAT	ANPC?	EM-DAT - http://www.emdat.be/#pager	2000-2017	Anual	Portugal	A desenvolver / Portugal	Adaptado de SIDS AÇORES	Simple	
	149	Número de pessoas afetadas anualmente por tipo de acidente natural	Número anual de indivíduos afetados por acidentes naturais por tipo de acidente (incêndios florestais; extremos de temperatura; inundações; movimentos de massa; sismos e tsunamis; erupções vulcânicas; ...) - Portugal (2000-2017)	nº	>=0	Número anual de pessoas lesadas por tipo de acidente natural	EM_DAT	ANPC?	EM-DAT - http://www.emdat.be/#pager	2000-2017	Anual	Portugal	A desenvolver / Portugal	Adaptado de SIDS AÇORES	Simple	
	150	Número de perdas humanas anuais por tipo de acidente natural	Número de mortes com origem em acidentes naturais, por tipo de acidente (incêndios florestais; extremos de temperatura; inundações; movimentos de massa; sismos e tsunamis; erupções vulcânicas; ...) - Portugal (2000-2017)	nº	>=0	Número anual de mortes ocasionadas por tipo de acidente natural	EM_DAT	ANPC?	EM-DAT - http://www.emdat.be/#pager	2000-2017	Anual	Portugal	A desenvolver / Portugal	Adaptado de SIDS AÇORES	Simple	
	151	Estimativa de perdas materiais anuais por tipo de acidente natural	Perdas materiais anuais originadas por acidentes naturais, por tipo de acidente (incêndios florestais; extremos de temperatura; inundações; movimentos de massa; sismos e tsunamis; erupções vulcânicas; ...) - Portugal (2000-2017)	€	>=0	Estimativa das perdas monetárias anuais ocasionadas por tipo de acidente natural	EM_DAT	ANPC?	EM-DAT - http://www.emdat.be/#pager	2000-2017	Anual	Portugal	A desenvolver / Portugal	Adaptado de SIDS AÇORES	Simple	
	152	Densidade populacional na zona litoral	Densidade de habitantes na zona litoral (2 Km) por município (2011)	hab/km²	>= 0	Nº Habitantes/ Área de interesse em km²	DGT; INE	DGT	DGT (-)		2011	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	153	Densidade de edifícios na zona litoral	Densidade de edifícios na zona litoral (2 Km) por município (2011)	edifícios/km²	>= 0	Nº Edifícios/ Área de interesse em km²	DGT; INE	DGT	DGT (-)		2011	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
	154	Habitantes por bombeiro	Número de habitantes por bombeiro, por município (2016)	Hab/bombeiro	>=0	N/A	Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (2011), INE	INE	PORDATA - https://www.pordata.pt/Municipios/Habitantes+por+bombeiro-888		2016	Anual	Município	N/A	SIDS AMADORA	Simple
Riscos - extremos de temperatura	155	Número de ondas de calor nos meses de Verão	Número de ondas de calor nos meses de Verão (junho, julho e agosto), por município (1981-2010)	nº	>=0	N/A	Carta Total de ondas de calor nos meses de verão no período 1981-2010, IPMA	IPMA	IPMA		1981-2010		Município	N/A	SIDS AMADORA	Simple
	156	Número de ondas de frio nos meses de Inverno	Número de ondas de frio nos meses de Inverno, por município (2017?)	nº	>=0	N/A	Carta de suscetibilidade de vagas de frio, ANPC	ANPC	Avaliação Nacional de risco		2017?		Município	A desenvolver / Portugal Continental	SIDS AMADORA	Simple
Riscos - qualidade do ar	157	Número de dias anuais com Índice Qualidade do Ar Mau ou Fraco	Número de dias no ano com Índice de Qualidade do Ar Mau ou Fraco por NUTS II (2017)	nº	>=0	N/A	APA, CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa e Vale do Tejo, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Madeira, DRA Açores	APA	https://rea.apambiente.pt/content/%C3%ADndice-de-qualidade-do-ar		2017	Anual	NUTS II	Completo / Portugal	APA	Simple
Riscos - erosão costeira	158	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral baixo e arenoso	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral baixo e arenoso por município (2017?)	km	>=0	N/A	APA, Planos / Programas de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	APA	APA		N/A	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
	159	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral de arribas	Extensão da linha de costa suscetível a erosão em litoral de arribas por município (2017?)	km	>=0	N/A	APA, Planos / Programas de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	APA	APA		N/A	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor(es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Riscos - estabelecimentos com substâncias perigosas	160	Número de estabelecimentos com substâncias perigosas, de nível superior ou inferior de perigosidade	Estabelecimentos com substâncias perigosas, de nível superior ou inferior de perigosidade (abrangidos pelo DL 150/2015 - SEVESO III) por município (2015)	nº	>=0	N/A	SNIAmb; APA	APA	APA	2015?	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
Riscos - incêndios florestais	161	Área ardida em incêndio florestal	Área ardida em incêndio florestal por município (2015; 2016; 2017)	ha	>=0	N/A	ICNF: DGACPPF / DPFVAP	ICNF: DGACPPF / DPFVAP	APA	2015; 2016; 2017	Anual	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	162	Número de incêndios florestais	Número de incêndios florestais por município (2015; 2016; 2017)	nº	>=0	N/A	ICNF: DGACPPF / DPFVAP	ICNF: DGACPPF / DPFVAP	FCUL	2015; 2016; 2017	Anual	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	163	Área média por incêndio florestal	Proporção entre a área ardida e o número de incêndios florestais, por município (2015; 2016; 2017)	ha	>=0	Área ardida/ Número de incêndios florestais	ICNF	ICNF	ICNF	2015; 2016; 2017	Anual	Município	A desenvolver / Portugal Continental	Revisão do PNPOT	Simple
	164	Percentagem do território classificado com alta e muito alta perigosidade de incêndio florestal	Percentagem do território municipal afecta a alta a muito alta perigosidade de incêndio florestal por município (2017)	%	0-100	área afecta a alta a muito alta perigosidade de incêndio/área total * 100	Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal para Portugal Continental, ICNF	ICNF	ICNF - http://www2.icnf.pt/portal/floresta/s/dci/inc/cartografia/cartografia-risco-classes-perigosidade	2017	Anual	Município	A desenvolver / Portugal Continental	DGT	Simple
Riscos - inundações	165	População residente em zonas suscetíveis a inundação	Número de residentes em áreas suscetíveis a inundações por município (2014)	nº	>=0	N/A	SMPC; CML	CML	http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/reot1/REOT_texto.pdf	2014	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	REOT LISBOA	Simple
	166	Edifícios situados em zonas suscetíveis a inundação	Número de edifícios situados em áreas suscetíveis a inundações por município (2014)	nº	>=0	N/A	SMPC; CML	CML	http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/reot1/REOT_texto.pdf	2014	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	REOT LISBOA	Simple
Riscos - inundações	167	Área das zonas inundáveis de média probabilidade de ocorrência (T=100) dos PGRI	Superfície territorial ocupada por áreas inundáveis (inundação fluvial) de média probabilidade de ocorrência (Período de Retorno de 100 anos) por NUT II (2015) dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações	km²	>=0	N/A	SNIAmb ; APA	APA	APA	2015	Desconhecida	NUT II	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
	168	Área do território com suscetibilidade à inundação costeira em cenário de alterações climáticas (cenário FC_2, 2025)	Superfície territorial ocupada por áreas com suscetibilidade à inundação costeira em cenário de alterações climáticas (cenário FC_2, 2025) por município (2025)	km²	>=0	suscetibilidade da orla costeira ao perigo de galgamento costeiro, e consequente inundação, estimada em função da variação do nível do mar, sobrelevação meteorológica e nível médio das águas do mar, levando em conta as projecções resultantes de um cenário intermédio (FC 2)	IDL; FCUL	FCUL	FCUL	2025	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
Riscos - inundações por tsunami	169	Extensão da linha de costa suscetível ao risco de inundação por tsunami	Extensão da linha de costa suscetível ao risco de inundação por tsunami por município (2007)	km	>=0	N/A	DGT - Relatório PNPOT 2007, SNIAmb / Atlas do Ambiente (APA)	APA	APA	2007	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple

Tema	ID	Designação do Indicador	Descrição do Indicador	Unidades	Domínio de variação	Fórmula de Cálculo	Fonte(s)	Produtor(es)	Detentor (URL)	Período de Referência	Frequência de Produção e/ou Atualização	Desagregação Geográfica	Estado de desenvolvimento / Área coberta	Origem do Indicador	Tipo do Indicador
Riscos - movimento de massa em vertentes	170	Área susceptível a movimentos de massa em vertentes	Superfície territorial ocupada por áreas com suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes por município (2007)	%	0-100	Área da unidade territorial com suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes / Área da unidade territorial X 100	DGT - Relatório PNPOT 2007, JL Zezere	DGT?	DGT (-)	2007	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
Riscos - rutura de barragens	171	Extensão dos troços de cursos de água com suscetibilidade elevada a ruturas de barragens	Extensão dos troços de cursos de água classificados com suscetibilidade elevada a ruturas de barragens por município (2017)	km	>=0	N/A	ANPC	ANPC	ANPC	2017	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple
Riscos - sismos	172	Área sujeita a vulnerabilidade sísmica	Superfície territorial sujeita a vulnerabilidade sísmica dos solos por município (2007)	nº	>=0	Área do município vulnerável a sismos	SNIAmb / Atlas do Ambiente (APA)	APA	APA	2007	Desconhecida	Município	A desenvolver / Portugal Continental	PNPOT	Simple